

resenha

de Política Exterior do Brasil

número 81, 2º semestre de 1997

ministério das relações exteriores

RESENHA DE POLÍTICA EXTERIOR DO BRASIL

Número 81, 2º semestre de 1997

Ano 24, ISSN 0101 2428

A Resenha de Política Exterior do Brasil é uma publicação semestral do Ministério das Relações Exteriores, organizada e editada pela Coordenação de Documentação Diplomática (CDO) do Departamento de Comunicações e Documentação (DCD).

Ministro de Estado das Relações Exteriores
Embaixador Celso Amorim

Secretário-Geral das Relações Exteriores
Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães

Subsecretário-Geral do Serviço Exterior
Embaixador Paulo Cesar Meira de Vasconcellos

Diretor do Departamento de Comunicações e Documentação
Ministro Hélio Vitor Ramos Filho

Coordenação de Documentação Diplomática
Primeiro Secretário Henrique Archanjo Ferrari
Secretário Igor de Carvalho Sobral

Padronização
Hilton Ferreira da Silva

Editoração eletrônica
Hilton Ferreira da Silva / Daniel Bastos de Oliveira Bomfim

Endereço para correspondência:
Coordenação de Documentação Diplomática (CDO)
Ministério das Relações Exteriores, Anexo II, 1º subsolo
CEP 70170-900, Brasília, DF
Telefones: (61) 3411-9273, (61) 3411-9037, fax: (61) 3411-6591

© 2009 Todos os direitos reservados. A reprodução ou tradução de qualquer parte desta publicação será permitida com a prévia permissão do Editor.

Resenha de Política Exterior do Brasil / Ministério das Relações Exteriores. –
Ano 1, nº 1 (jun. 1974) -.- Brasília, Ministério das Relações Exteriores,
1974 –.

120p.

ISSN 0101 2428
Semestral

1.Brasil – Relações Exteriores – Periódicos. I.Brasil. Ministério das Relações Exteriores

CDU: 327 (05)



Departamento de Comunicações e Documentação

SUMÁRIO

DISCURSO

Assinatura dos contratos para a construção do Gasoduto Brasil-Bolívia

Palavras do Senhor Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, por ocasião da assinatura dos contratos para a construção do Gasoduto Brasil-Bolívia. Puerto Suarez, 25 de julho de 1997 7

Assistência a brasileiros no exterior

Palavras do Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Luiz Felipe Lampreia, por ocasião da abertura da reunião de instalação do conselho de cidadãos. Hong Kong, 10 de julho de 1997 ... 11

Jantar oferecido ao Presidente da República de Guiné-Bissau, General João Bernardo Vieira

Brinde do Senhor Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, por ocasião do jantar que ofereceu ao Presidente da República de Guiné-Bissau, General João Bernardo Vieira. Brasília, 10 de julho de 1997 13

Reunião Ministerial da Comunidade de Países de Língua Portuguesa

Palavras do Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Luiz Felipe Lampreia, por ocasião da abertura da Reunião Ministerial da Comunidade de Países de Língua Portuguesa. Salvador, Bahia, 17 de julho de 1997 15

Aula inaugural do Instituto Rio Branco “Uma diplomacia para o início do próximo século”

Aula inaugural do Instituto Rio Branco, proferida pelo Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Luiz Felipe Lampreia. “Uma diplomacia para o início do próximo século”. Brasília, 27 de agosto de 1997 19

Comissão de Relações Exteriores da Câmara dos Deputados

Exposição do Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Luiz Felipe Lampreia, perante a Comissão de Relações Exteriores da Câmara dos Deputados. “O Brasil e a reforma do Conselho de Segurança” - Brasília, 28 de agosto de 1997 29

Jantar de gala oferecido ao Presidente da República do Líbano, Senhor Elias Hraoui

Discurso do Senhor Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, no jantar de gala oferecido ao Presidente da República do Líbano, Senhor Elias Hraoui. Brasília, 2 de setembro de 1997 39

52ª Sessão da Assembléia Geral das Nações Unidas

Discurso do Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Luiz Felipe Lampreia, na abertura da 52ª Sessão da Assembléia Geral das Nações Unidas. Nova York, 22 de setembro de 1997 43

Encontro empresarial Brasil-Alemanha

“Os avanços recentes e o futuro do Mercosul”. Apresentação realizada no encontro empresarial Brasil-Alemanha. Rio de Janeiro, 15 de setembro de 1997 49

Almoço oferecido aos chanceleres e chefes de delegação do grupo latino-americano e do Caribe na ONU

Discurso do Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Luiz Felipe Lampreia, por ocasião do almoço que oferece aos chanceleres e chefes de delegação do grupo latino-americano e do Caribe nas Nações Unidas. Nova York, 23 de setembro de 1997 53

Visita do Presidente Bill Clinton ao Brasil

Discurso de saudação do Senhor Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, ao Presidente dos Estados Unidos, Bill Clinton. Brasília, 13 de outubro de 1997 55

Jantar oferecido ao Presidente Carlos Menem, da República Argentina

Discurso do Senhor Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, por ocasião do jantar que oferece ao Presidente Carlos Menem, da República Argentina. Brasília, 10 de novembro de 1997 57

Cerimônia de assinatura de atos com a Federação da Rússia

Discurso do Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Luiz Felipe Lampreia, por ocasião da cerimônia de assinatura de atos com a Federação da Rússia, durante a visita ao Brasil do Ministro dos Negócios Estrangeiros Ievgueni Primakov. Brasília, 21 de novembro de 1997 61

Instalação da Comissão Geral Brasil-França

Palavras do Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Luiz Felipe Lampreia, por ocasião da instalação da Comissão Geral Brasil-França e abertura da primeira reunião. Paris, 27 de novembro de 1997 65

III Conferência das Partes da Convenção-Quadro sobre Mudança do Clima

Declaração do Presidente Fernando Henrique Cardoso sobre a III Conferência das Partes da Convenção-Quadro sobre Mudança do Clima. Quioto, 1a. de dezembro de 1997 69

Processo de Ottawa

Declaração do Senhor Embaixador Sebastião do Rego Barros, Secretário-Geral das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil, na Conferência de Assinatura do Tratado e Fórum sobre Minas Terrestres. Ottawa, 02 de dezembro de 1997 71

Banquete de Estado oferecido por Sua Majestade a Rainha Elizabeth II	
Discurso do Senhor Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, no Banquete de Estado oferecido por Sua Majestade a Rainha Elizabeth II e Sua Alteza Real o Duque de Edimburgo. Londres, 2 de dezembro de 1997	73
London School of Economics and Political Science	
Conferência do Senhor Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso na London School of Economics and Political Science. Londres, 3 de dezembro de 1997	75
Recepção do Lord Mayor em Londres	
Discurso do Senhor Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, ao ser recebido pelo Lord Mayor no Guildhall. Londres, 3 de dezembro de 1997	81
Recepção oferecida pela Presidente da Canning House	
Discurso do Senhor Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, na recepção oferecida pela Presidente da Canning House. Londres, 4 de dezembro de 1997	83
Recebimento do Título de Doutor “Honoris Causa” em Direito na Universidade de Cambridge	
Discurso do Senhor Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, ao receber o Título de Doutor “Honoris Causa” em Direito na Universidade de Cambridge. Cambridge, 4 de dezembro de 1997	85
ATOS INTERNACIONAIS	87
COMUNICADOS, NOTAS, MENSAGENS E INFORMAÇÕES	
Declaração Conjunta do Senhor Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, do Chanceler Helmut Kohl, da República Federal da Alemanha, do Vice-Presidente Thabo Mbeki, da República da África do Sul e do Primeiro-Ministro Goh Chok Tong, da República de Cingapura. Quioto, 1 ^a de dezembro de 1997	92
ARTIGOS	
“O Brasil e o TNP”	
Artigo do Senhor Luiz Felipe Lampreia, Ministro de Estado das Relações Exteriores - O Estado de São Paulo, 1º de julho de 1997	95
“As relações entre Brasil e Argentina”	
Artigo do Senhor Secretário-Geral do Ministério das Relações Exteriores, Embaixador Sebastião do Rego Barros, publicado no jornal Clarín, de Buenos Aires, em 27 de agosto de 1997	96
“A reforma do Conselho de Segurança”.	
Artigo publicado pelo Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Luiz Felipe Lampreia, na folha de São Paulo. 31 de agosto de 1997	97

“El mercosur: una muralla contra la crisis”.	
Artigo publicado pelo Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Luiz Felipe Lampreia, no jornal El País, do Uruguai. Montevidéu, 15 de dezembro de 1997	99
ENTREVISTA	
As razões do Presidente - O sociólogo Fernando Henrique expõe a doutrina do governo Fernando Henrique. Revista Veja , 1º de julho de 1997	103
ÍNDICE REMISSIVO	117

Assinatura dos contratos para a construção do Gasoduto Brasil-Bolívia

*Palavras do Senhor Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, por ocasião da assinatura dos contratos para a construção do Gasoduto Brasil-Bolívia.
Puerto Suarez, 25 de julho de 1997*

Hoje é um dia muito especial para a história das relações quase bicentenárias entre o Brasil e a Bolívia. Mais uma vez, os Presidentes dos dois países se encontram em um ponto da nossa extensa fronteira comum para celebrar um dos muitos compromissos que vêm ajudando a construir a base de uma amizade que tem sabido renovar-se. É em prazer para mim reencontrar o meu colega e amigo Gonzalo Sánchez de Laxada. Nestes dois anos e meio em que me encontro à frente do Governo do meu país, o Presidente Sánchez de Lozada foi incansável nesta tarefa de associar o desenvolvimento do Brasil e da Bolívia com base na integração energética da nossa região e em uma aproximação econômica e comercial sem precedentes entre os dois países.

É próprio da democracia, o regime que recolocou a América Latina na linha de frente da história mundial, que os Governos se sucedam e se renovem. O Presidente Sánchez de Lozada deixará em breve o Governo do seu país tendo prestado uma contribuição de qualidade à amizade entre os nossos dois países. Naquilo que a amizade do Brasil signifique para o progresso da Bolívia, o Presidente Sánchez de Lozada deixa um legado excepcional.

Nós sabemos que a amizade tem um extraordinário efeito benéfico para o desenvolvimento dos dois países. Somos hoje parceiros mais

próximos, mais ativos e confiantes, com um número maior de realizações conjuntas, entre as quais certamente o gasoduto Brasil-Bolívia e o acordo de livre comércio entre a Bolívia e o Mercosul têm uma posição especial de importância e visibilidade.

Estamos aqui, mais uma vez, dentro da já longa tradição dos encontros fronteiriços, para dar mais um passo no grande projeto conjunto do gasoduto.

Depois de quatro décadas de intensas negociações, vamos finalmente dar a largada em um projeto de integração de impacto transcendental, não apenas em nossos países, mas também para nosso entorno regional. A integração energética que estamos construindo é um dos três pilares da integração sul-americana. Com o comércio intra-regional cada vez mais livre, com a malha de interconexões físicas que estamos construindo e com a utilização das nossas variadas fontes de energia, o nosso Continente sul-americano começa a firmar-se como um pólo econômico viável e destacado no mundo. Nós estamos aqui ajudando a fazer parte dessa história que começa a ser de pleno sucesso.

Desde os históricos acordos de Roboré, de 1958, até a assinatura final dos contratos entre a PETROBRÁS e a YPFB em Cochabamba, no dia 4 de setembro do passado, nossos países se

esmeraram em um longo e exaustivo processo de negociações, que mobilizaram um contingente experiente de negociadores, muitos dos quais estão aqui conosco, hoje.

Queremos prestar-lhes a nossa homenagem pelo que ajudaram a realizar.

As primeiras idéias para a concretização do antigo sonho de integração no campo energético entre o Brasil e a Bolívia nasceram sob os melhores augúrios. Do lado brasileiro, remontam à gestão do Presidente Juscelino Kubitschek, indelevelmente associado aos objetivos de desenvolvimento e progresso, e marcam uma continuidade muito grande de objetivos.

Graças a essa continuidade e perseverança de duas gerações de administradores e negociadores dos dois países, o velho sonho da integração Brasil-Bolívia a partir do gás começa a tomar forma, a ser um dado da nossa realidade econômica, a figurar no mapa das boas perspectivas econômicas e sociais que se consolidam nos dois países.

Senhores,

O gasoduto Brasil-Bolívia se alinha entre os grandes projetos de infra-estrutura no mundo. Nessa avaliação coincidem os mais respeitáveis analistas internacionais. Mas não seria exagerado ir mais além para assinalar o seu potencial como referência para futuros empreendimentos brasileiros em parceria com os nossos vizinhos e com a participação intensa dos investimentos produtivos internacionais.

O gasoduto é uma das boas respostas que estamos dando aos desafios que enfrentamos hoje; uma das boas fórmulas que encontramos para explorar as oportunidades que soubemos identificar no mundo contemporâneo.

Em nossa região, como concepção político-diplomática e econômica, o gasoduto encontra paralelo somente na imponente obra da Hidrelétrica de Itaipu, construída em conjunto com o Paraguai nos anos 70.

O gasoduto, porém, apresenta um traço

distintivo da maior importância, se levarmos em conta a nova modalidade em que vai ser operado. Refiro-me ao amplo esquema de parcerias nacionais e internacionais pelo qual foi engendrada a obra. Esse novo desenho resultou não somente em preços mais competitivos para a sua contratação, mas também na abertura de frentes adicionais de atuação para a PETROBRÁS, mediante a venda de serviços de engenharia.

Com orçamento expressivo, da ordem de US\$ 2 bilhões de dólares, e vinculando em torno do mesmo interesse entidades como o Banco Interamericano de Desenvolvimento e a Corporación Andina de Fomento, o BNDES, a PETROBRÁS, a ELETROBRÁS, as Companhias Estaduais de Gás e sócios privados nacionais e internacionais, o duto de 3150 km que transportará o gás Boliviano aos centros de consumo é mesmo um símbolo das mudanças que se operam nos nossos países neste final de século.

É também uma realidade que só se está tornando possível graças estabilidade política e econômica que soubemos conquistar e que defendemos e defenderemos sempre com muito afinco, com muito senso de responsabilidade.

Ninguém duvide de que uma obra deste porte, deste alcance e desta significação econômica e social depende de que tenhamos, dos dois lados da fronteira, as condições políticas e econômicas que sustentam um projeto de longo prazo.

Com o gasoduto, o Brasil e a Bolívia sinalizam sua sintonia entre si mesmos e com os imperativos do mundo. Partilhando uma agenda de internacionalização voltada para a inserção competitiva no mundo que se delineia para o século 21, nossos países demonstram ter sabido dar prioridade a uma das condições de sucesso nas próximas décadas: a eficiência energética.

O projeto tem uma imensa capilaridade no Brasil, incorporando vários Estados brasileiros. Tem, portanto, a força do apoio que lhe empresta a nossa Federação.

Mas tem também a perspectiva real de incorporação ao projeto, a médio prazo, da Argentina e do Peru. As reservas de gás desses países vizinhos encontram boas chances de serem absorvidas de forma complementar, mediante a construção de ramais e inversão de fluxos, que moldariam, assim, uma densa rede de abastecimento regional, com eixo central na Bolívia.

A integração energética é, de fato, uma alavancada excepcional para o nosso desenvolvimento e a nossa integração. Por isso, já se encontram em etapa avançada as negociações para um acordo de compra de energia elétrica boliviana pelo Brasil. A abrangência, a complexidade e a maturação desse projeto, além da necessidade de serem adotadas providências internas no Brasil sobre a licitação de mercados e a privatização de companhias de eletricidade, apontam a conveniência de ampliar e aprofundar as consultas. Mas nós estamos certos de que, em breve, haverá condições de se levar adiante mais essa iniciativa de integração energética na América do Sul, reforçando a estrutura da nossa integração regional.

Senhoras e Senhores,

O consumo brasileiro de gás deverá mais do que dobrar ao longo dos próximos três anos. Atualmente na faixa de 10 milhões de metros cúbicos, alcançará algo entre 20 e 25 milhões de metros cúbicos diários no ano 2000.

A iminente realidade apontada por tais números de consumo levou a PETROBRÁS, por conseguinte, a negociar com sua contraparte boliviana, a YPFB, um aumento no volume de gás a ser transportado. Está antecipando, para os próximos cinco anos, fluxo que seria atingido somente a partir do final de 20 anos do contrato original. Trata-se de um sinal inequívoco da expectativa alimentada em relação ao consumo a ser atendido, a curto prazo, no mercado brasileiro.

Esse repentino movimento se sustenta no cenário de sólida expansão desenhado para a

economia brasileira com a consolidação da estabilidade. Por isso, está sendo possível antever uma pressão por abastecimento de gás, não apenas por conta da maior demanda residencial e industrial, como também pela necessidade de suprir as numerosas usinas termelétricas, cujos projetos, já em torno de 10, chegam à PETROBRÁS com clara indicação de interesse para operação imediata.

Nessas condições, a meta nacional de elevar a participação do gás na matriz energética de dois para doze por cento fica cada vez mais factível, contribuindo, igualmente, para afastar o fantasma do racionamento de energia, que periodicamente nos assola.

A estimativa de negócios a serem gerados pela obra é alentadora para os dois países. De nossa parte, sete estados e 120 municípios deverão ser atravessados pelo gasoduto em sua extensão total.

Os investimentos nesta fase inicial do empreendimento terão um grande impacto econômico nesses Estados e municípios. Essa, inclusive, é a razão que pela qual o gasoduto foi incluído no projeto denominado "Brasil em Ação", conjunto de obras prioritárias nas de transporte, energia, irrigação e comunicação. É por esse caminho que se dará o reencontro do nosso país com a trajetória de prosperidade a que historicamente esteve associado.

Senhor Presidente,

O passo que estamos dando hoje nos permite dizer, com toda a segurança, que, muito além do gasoduto, estamos efetivamente construindo uma nova aliança, uma nova parceria, entre o Brasil e a Bolívia.

Será uma parceria duradoura porque ela responde exigências da modernidade dos nossos países: a participação do setor privado, a participação das regiões, estados e municípios, o caráter multidimensional das iniciativas.

Quero transmitir os meus melhores votos de pleno aos empresários vinculados a este empreendimento, e em especial aos representantes

dos consórcios vencedores da licitação pública aqui presentes.

A responsabilidade que têm pela frente é grande, mas lhes reserva um papel decisivo neste empreendimento binacional. Sob o amparo da sólida moldura jurídica dos acordos cuidadosamente tecidos ao longo dos anos, estarão ajudando a concretizar o corredor de integração que fará o gás boliviano chegar aos consumidores paulistas em dezembro de

1998, tal qual prevê o cronograma de atividades entre nós negociado. Vamos acompanhar o seu trabalho com interesse e com zelo. Façam-no com o mesmo entusiasmo que nos trouxe até aqui e que haverá de levar-nos muito mais longe nesta obra de engenharia diplomática em que se transformaram as relações entre o Brasil e a Bolívia.

Muito obrigado.

Assistência a brasileiros no exterior

Palavras do Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Luiz Felipe Lampreia, por ocasião da abertura da reunião de instalação do conselho de cidadãos. Hong Kong, 10 de julho de 1997

Eu queria apenas dizer umas palavras para agradecer a presença de todos e manifestar o meu reconhecimento pela disposição de colocar nesta iniciativa do Conselho de Cidadãos. Junto com os Consulados Itinerantes, os Conselhos de Cidadãos são uma imagem de marca da política consular do Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso. Mas são também, sobretudo, um reflexo pleno do exercício da cidadania pelos brasileiros, onde quer que se encontrem.

Foi com grande satisfação que aceitei o convite dos Governos da República Popular da China e da Grã-Bretanha para realizar esta viagem a Hong Kong, a fim de representar o Brasil nas cerimônias de transferência de soberania. Antes de encerrar minha vista ao território, é para mim um privilégio presidir esta reunião com representantes das comunidades brasileiras, daqui e de Macau, por ocasião da cerimônia de instalação do Conselho de Cidadãos Brasileiros.

O Brasil e a China, e em especial Hong Kong e Macau, têm fortes laços de amizade aos quais se somam um número cada vez maior de interesses concretos, políticos e econômicos, que tendem a aproximar as duas nações. Também a imigração chinesa no Brasil enriqueceu a nossa cultura e ajudou o nosso desenvolvimento, dando fundamento sólido as relações fraternas entre os Estados. Agora os senhores revivem de certo modo essa saga humana

ao se estabelecerem nesta parte do mundo, que é de longe o centro mais dinâmico da economia planetária, onde há sem dúvida muitas oportunidades de vida e emprego. Tal fenômeno não é localizado e vem ocorrendo em diversas regiões do globo. Coloca desafios inéditos ao Governo, e, em particular, ao Ministério das Relações Exteriores e a nossa rede diplomática e consular em todo o mundo.

Este um tema que se insere no quadro mais amplo da política de apoio e proteção dos brasileiros no exterior que o Governo brasileiro, sensível ao movimento migratório que se passou a verificar no Brasil a partir dos anos 80, tem desenvolvido através do Ministério das Relações Exteriores. Desde que assumi o Itamaraty, cumprindo determinação expressa do Senhor Presidente da República, tenho procurado adequar o perfil da rede consular brasileira e os recursos disponíveis para as atividades relacionadas à crescente demanda de serviços de assistência por parte de nossos nacionais domiciliados ou de passagem no exterior.

A importância hoje, de assistência e proteção consular ao brasileiro fora de seu país é indiscutível. Constitui uma das prioridades de nossa política externa, expressa diretamente pelo Senhor Presidente da República, quando do lançamento, em 1995, do “Programa Governamental de Assistência aos Brasileiros no Exterior”. Ao fazê-lo, o Governo e o Itamaraty, em particular, procuraram responder à

preocupação que este assunto hoje suscita, com toda justeza, na opinião pública nacional. O projeto de criação de Conselhos e Cidadãos visa a encurtar a distância ainda existente entre os nacionais brasileiros e a rede consular, instituindo dessa forma um elo entre o governo e a sociedade civil e um embrião da organização dessa mesma sociedade no exterior.

O Conselho de Cidadãos constitui um essencialmente apolítico e, como o próprio nome indica, um foro de aconselhamento. Onde as repartições consulares e as comunidades brasileiras se encontrarão para examinar a melhor maneira de atender ao nacional em suas necessidades consulares, de aperfeiçoar os serviços prestados e de organizar a comunidade brasileira dentro da jurisdição consular e é importante que se identifiquem os problemas da comunidade e que apontem soluções, com o sentido de responsabilidade compartilhada e solidária.

Hoje, quase um ano e meio após o início do processo de implantação dos Conselhos de Cidadãos, estou convencido do acerto da iniciativa. Os resultados positivos, chegados das repartições consulares em todas as partes do mundo onde o projeto já se implementou, comprovam sua utilidade para melhorar a vida do brasileiro no exterior, ou pelo menos, para tornar mais férteis as suas vinculações, tanto dentro da comunidade quanto com as autoridades consulares brasileiras. Desta forma,

podemos encontrar soluções comuns para as situações que enfrentamos juntos.

Queria agradecer muito especialmente aos conselheiros que aceitaram a responsabilidade de representar a comunidade brasileira nestas jurisdições consulares.

Trata-se de um grupo de pessoas provenientes dos mais diversos extratos profissionais. Nele temos empresários, funcionários públicos, bancários, profissionais liberais, desportistas profissionais e uma dona-de-casa. Estou seguro de que desempenharão essa importante tarefa com sentido social e espírito desinteressado - como cidadãos que exercem um direito e tem consciência dos seus deveres para com a sua comunidade e mesmo para com a sua identidade nacional.

O Itamaraty e o Consulado-Geral do Brasil em Hong Kong estarão sempre à disposição das comunidades para tornar os ideais que levaram à criação deste Conselho.

Ao dar por instalado o Conselho de Cidadãos Brasileiros de Hong Kong e Macau, faço-lhes votos de um trabalho profícuo e recompensador e peço aos seus integrantes que transmitam as comunidades brasileiras nas duas cidades a certeza do apoio do Governo e meus votos de uma vida cheia de alegrias e recompensas.

Muito obrigado.

Jantar oferecido ao Presidente da República de Guiné-Bissau, General João Bernardo Vieira

Brinde do Senhor Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, por ocasião do jantar que ofereceu ao Presidente da República de Guiné-Bissau, General João Bernardo Vieira. Brasília, 10 de julho de 1997

Eu queria dizer umas palavras para reafirmar ao meu amigo João Bernardo Vieira o quanto nós nos sentimos felizes com a sua visita ao Brasil.

A sua presença em Brasília valoriza o lugar de relevo que sempre coube a Guiné-Bissau no horizonte da política africana do Brasil e nos permite refletir sobre como levar adiante a sincera amizade que une os nossos dois países.

Não preciso me estender sobre as múltiplas identidades culturais e históricas entre o Brasil e a Guiné-Bissau. Somos capítulos diferentes de uma mesma história, que vai do encontro de mundos provocado pela expansão européia à saga da luta pelo desenvolvimento e pela liberdade.

Somos países que se compreendem mutuamente. Países que compartilham algo que é muito importante também nas relações internacionais: o sentimento de pertencer a um mesmo mundo, a uma identidade específica, que não exclui outras identidades – antes as reforça.

O Brasil esteve presente em Bissau desde o inicio da construção da sua vida independente. Nós também sabemos, por nossa própria experiência, que a independência não é obra de um dia, produto exclusivo de um gesto ou uma declaração. Sabemos que estamos hoje, em muitos sentidos, continuando a obra dos que nos deram independência política e soberania. Um pouco por isso, nós brasileiros nos

sentimos envolvidos nesse esforço extraordinário que constituía, em Guiné-Bissau, a construção de um novo país.

Tem sido uma luta heróica do povo guineense, e dessa luta Vossa Excelência tem participado, Senhor Presidente, oferecendo liderança e experiência para enfrentar os inúmeros desafios que seu país encontra nesse caminho de consolidação da independência.

Os sinais que de lá recebemos são encorajadores. A Guiné-Bissau é um país democrático que, como o Brasil, descobriu o valor insubstituível da estabilidade política e econômica.

A Guiné-Bissau tem demonstrado como um jovem país em desenvolvimento é capaz de participar de diferentes mecanismos da vida internacional contemporânea, nos campos político e econômico, para fortalecer a sua própria identidade e melhor projetar-se em sua região e no mundo.

Tudo o que contribuir para uma Guiné-Bissau mais forte e estável contará com o apoio fraterno do Brasil. A participação da Guiné-Bissau na Comunidade dos Países de Língua Portuguesa ilustra exemplarmente essa nova inserção internacional do país.

A CPLP, onde o Brasil e a Guiné-Bissau têm podido dar demonstrações de grande sintonia, reforça o perfil externo de cada um de seus membros e começa a constituir espaço importante para uma

cooperação que reflete o quadro de relações especiais que unem os sete países lusófonos. Na próxima reunião ministerial, em Salvador, esperamos poder avançar nesse caminho.

Senhor Presidente,

O Brasil que Vossa Excelência visita hoje é muito diverso daquele que o recebeu da última vez. Há três anos o Brasil convive com a realidade da estabilidade monetária.

Há três anos o Brasil tem podido enxergar com crescente nitidez o desenho do seu futuro. Não o faz iludido pelas palavras vazias, mas através de fatos muito concretos como o nível dos investimentos, a elevação da renda e, consequentemente, do padrão de consumo da população.

Vossa Excelência verificou o nosso empenho em assegurar a cooperação em matéria de segurança alimentar e a nossa disposição de levar adiante alguns projetos exemplares com a Guiné-Bissau na agrícola, na área da saúde e na área do ensino e formação de recursos humanos.

Precisamos de idéias - práticas, realistas, com objetivos definidos. Queremos ouvi-los sobre como maximizar, na cooperação bilateral, os limitados recursos de que dispomos. Estou certo de que o dos projetos-piloto que estamos lançando será decisivo para promover outros mais, dando novamente um perfil adequado à cooperação que se espera entre o Brasil e a Guiné-Bissau.

Senhor Presidente,

A África está renascendo. Sinais promissores de estabilidade, reformada econômica e progresso social nos animam a olhar com o espírito mais otimista para esse grande continente com o qual compartilhamos, na geografia, a fronteira imensa do Atlântico, e, na história, uma herança comum e o esforço permanente para a nossa inserção soberana no sistema internacional.

Sabemos que esse renascimento africano precisa do incentivo, da compreensão e do interesse da comunidade internacional. Por isso estamos presentes em Angola com o maior contingente militar brasileiro no exterior desde a Segunda Guerra Mundial. Por isso temos acompanhado com preocupação os conflitos que ainda afligem o continente.

Em 1998 e 1999, presente no Conselho de Segurança das Nações Unidas, o Brasil tudo fará para que se dê uma ênfase especial para que de todos os cantos do mundo partam sinais inequívocos de apoio a esse impulso de recuperação. A África está renascendo também em Guiné-Bissau. E é para saudar os passos históricos que ali se estão dando que eu convido todos a brindarem pela prosperidade do povo guineense, pelo êxito das suas lideranças, pela amizade fraterna e sempre renovada que une o Brasil e a Guiné-Bissau e pela saúde e ventura pessoais do Presidente e da Senhora João Bernardo Vieira.

Muito obrigado.

Reunião Ministerial da Comunidade de Países de Língua Portuguesa

Palavras do Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Luiz Felipe Lampreia, por ocasião da abertura da Reunião Ministerial da Comunidade de Países de Língua Portuguesa. Salvador, Bahia, 17 de julho de 1997

Em nome do Governo brasileiro, quero dar as boas-vindas a todos os representantes da Comunidade de Países de Língua Portuguesa e aos muitos amigos que aqui nos acompanham nesta primeira reunião formal de Ministros da nossa CPLP.

O Presidente Fernando Henrique Cardoso incumbiu-me de lhes transmitir a sua saudação mais cordial, pedindo-lhes que sejam os portadores da mensagem de amizade fraterna do povo e do Governo brasileiros.

Quero agradecer ao Presidente do Senado Federal, Senador Antônio Carlos Magalhães, ao Governo do Estado da Bahia, na pessoa do Governador Paulo Souto, Prefeitura de Salvador, na pessoa do Prefeito Antônio Imbassahy, e a todos os que tornaram possível fazer mais uma vez de Salvador o palco de um importante evento internacional no Brasil. O êxito da reunião de Salvador será sem dúvida a obra de muitos, mas antes de mais nada uma obra do povo e das lideranças da Bahia, aos quais trago a homenagem da diplomacia brasileira.

Dificilmente se poderia encontrar em todo o mundo um cenário humano e histórico mais apropriado para enquadrar o exercício de entendimento e cooperação que estamos prosseguindo aqui entre os países de língua

portuguesa.

A Cidade da Bahia é um retrato vivo da síntese de culturas e histórias, de etnias e de destinos, que caracteriza a nossa Comunidade. Ela desperta em nós, cidadãos da Comunidade, o sentimento de pertencer a um mundo com uma forte identidade própria.

Fala-se aqui a língua franca dos povos luso-afro-brasileiros; vive-se aqui um cotidiano que não seria estranho a nenhum habitante dos nossos países. A Bahia é uma intersecção de todas as nossas identidades, dos nossos mundos, das nossas esperanças.

Nada melhor do que estar na Bahia para recordarmos que nós todos temos um lugar específico no grande mundo em que vivemos. Esse lugar, essa identidade, esse sentimento de mundo só nos engrandecem.

Aqui, a África, Portugal e o Brasil mostram a sua vocação de juntos formarem uma civilização. Uma civilização que já fez muito movida pelos impulsos da história, e que agora quer fazer mais movida pela vontade política de uma aproximação mais deliberada entre os Estados que a formam.

Uma aproximação que não é e não pode ser um projeto retórico. Que deve tomar a forma de uma

coordenação mais estruturada e orientada no plano político, de uma cooperação mais enquadrada em um projeto orgânico de longo prazo e de um trabalho mais sistemático de valorização e promoção da nossa língua comum.

Essas três vertentes da CPLP - a coordenação política, a cooperação e a valorização do português - falam de um projeto que parece ambicioso, e assim é de certa forma. Mas é um projeto que parte da base sólida da identidade entre os nossos países - um benefício que se valorizou muito no mundo contemporâneo, em que os países e regiões buscam elementos mais específicos de associação a partir dos quais ampliar a sua presença internacional.

É isto o que nos traz à Bahia.

Ao realizar esta reunião aqui em Salvador, quisemos significar, sem ambigüidades, o quanto estamos empenhados em fazer da CPLP, de forma gradual, mas efetiva, uma realidade diplomática efetiva, uma força a favor de todos nós, que nos ajude a melhor projetar e defender, na base do consenso, os nossos interesses internacionais comuns.

Esta reunião de Salvador é para o Brasil, um compromisso que se renova: queremos que a CPLP seja um instrumento eficaz e não-excludente de ação diplomática - entre nós próprios, em primeiro lugar, e entre nossos países e o resto do mundo.

Um instrumento, em suma, que seja moderno e que leve em conta e traduza as condicionalidades e realidades novas que os nossos países enfrentam hoje em dia. E que projete melhor no mundo o sentimento de identidade que nos dão não apenas a história, a cultura e a língua, mas a democracia e a liberdade econômica, o compromisso com a estabilidade, o desejo de participar das correntes do progresso mundial através do comércio, dos investimentos e do intercâmbio científico e tecnológico.

Por sobre os traços de união da cultura, da língua e da história, outros elementos de identidade começam a fortalecer o nosso sentimento de pertinência dentro da Comunidade. Vemos os países africanos de língua portuguesa em esforços para

consolidar avanços que estão transformando a sua realidade e redesenhando o seu futuro.

A paz, a estabilidade monetária, a democracia, a abertura e o ajuste econômicos são hoje orientações firmes de povos que não desejam mais perder o momento excepcional que a história lhes oferece. Brasil e Portugal consolidam grandes avanços, mais abertos suas regiões e ao mundo, mais conscientes da importância da sua dimensão luso-afrro-americana.

As condições começam a se mostrar francamente favoráveis ao nosso projeto de construir uma Comunidade aberta e despojada, pragmática, operacional.

Estamos começando a dar forma ao compromisso que os nossos Chefes de Estado e de Governo assumiram em Lisboa, em julho do ano passado, ao lançar a Comunidade.

Viemos a Salvador com um percurso já bastante mapeado. Sabemos o que queremos fazer, temos vários projetos concretos de cooperação e estamos abertos a novas idéias. E estamos começando a fixar a nossa identidade no mapa das relações internacionais e inter-regionais contemporâneas.

O Brasil tem participado intensamente da consolidação da CPLP, ciente de que não pode fazer de uma vez tudo o que desejaría, mas determinado a fazer, com qualidade e sentido de projeto, aquilo que está ao nosso alcance.

Comparecemos a esta reunião de Salvador munidos de diversas propostas concretas de cooperação em sensíveis e consequentes para o desenvolvimento dos nossos irmãos africanos. Escolhemos campos de maior interesse africano para desenvolver projetos-piloto de cooperação com os países africanos de língua portuguesa. São dez projetos a serem desenvolvidos nas de saúde, educação, agricultura, formação de recursos humanos em diversas modernizações administrativas e segurança alimentar.

Desses dez projetos, três são multilaterais,

envolvendo o Brasil, por um lado, e todos os cinco países africanos de língua portuguesa de outro: um projeto de desenvolvimento integrado da mandioca, um projeto na da prevenção e profilaxia da AIDS e um projeto de cooperação em treinamento e desenvolvimento de tecnologia para apoio em políticas de saúde e cuidados primários, totalizando 813 mil dólares. Sete são projetos a serem desenvolvidos em bases bilaterais com cada um dos países africanos de língua portuguesa.

Com Angola, serão três projetos, nas áreas de atendimento crianças e aos adolescentes em circunstâncias particularmente difíceis, desenvolvimento de políticas sociais destinadas à reinserção dos deslocados, repatriados e desmobilizados; e um centro móvel de formação profissional.

Com Cabo Verde, um projeto de modernização administrativa no serviço público e sistemas informatizados de recursos humanos. Trata-se da retomada da cooperação brasileira em uma que já teve grande intensidade no conjunto da nossa cooperação com a de língua portuguesa.

Com Guiné-Bissau, um projeto-piloto de cooperação no êxito do programa especial de segurança alimentar da FAO. É um projeto inovador, o primeiro que o Brasil procura implementar em parceria com outro país.

Com Moçambique, um projeto de formação de recursos humanos em mineração, uma que não apenas tem uma importância central na economia moçambicana, mas que apresenta um bom potencial de cooperação e intercâmbio com o Brasil.

E com São Tomé e Príncipe, um projeto de melhoria do sistema de ensino da educação básica, que não apenas pretende contribuir para aperfeiçoar a qualidade do ensino, mas também valorizar a língua portuguesa como instrumento de educação e de formação.

Os recursos alocados para a cooperação técnica com os países africanos de língua portuguesa montam hoje a cerca de três milhões de dólares, distribuídos nesses dez projetos sob os cuidados da

Agência Brasileira de Cooperação.

Além disso, um grande - e crescente - número de estudantes africanos forma-se hoje, através do programa de estudantes-convênio, em Universidades brasileiras, ocupando, lado a lado com seus colegas brasileiros, vagas significativas nos principais cursos de formação universitária no nosso país.

Queremos que esses projetos sejam o começo de um grande programa de cooperação, ao qual desejamos trazer o aporte de outros países ou instituições internacionais que desejem deles participar dentro do espírito de solidariedade construtiva que inspira a CPLP. Queremos que esses projetos sejam a comprovação de que essa cooperação politicamente desejável e tecnicamente factível e que lancem as bases de uma continuada e crescente cooperação futura.

Temos dado também um forte apoio à projeção da língua portuguesa em todo o mundo, inclusive dentro dos próprios países africanos de língua portuguesa, através do intercâmbio de docentes.

Os Centros de Estudos Brasileiros, hoje transformados em institutos com ampla participação privada em vários países do mundo, mas, sobretudo, na América Latina, têm dado uma contribuição expressiva para a divulgação da nossa língua e literatura.

Cada vez mais procurados, esses centros muitas vezes acham-se com suas vagas completamente tomadas, em uma demonstração concreta de quanto tem crescido o interesse pela língua portuguesa nos países que cada vez mais interagem conosco.

Essa é aliás, uma lição que convém reter. Nenhuma língua se promove e amplia seu universo se não tiver uma forte base de apoio nos interesses dos agentes econômicos, dos consumidores, dos cidadãos em geral. É a força do Mercosul que tem sido uma alavanca fundamental de promoção do português no Cone Sul da América.

O esforço que fizemos para desenvolver a base real de sustentação do português que lhe dará

força para ocupar um espaço crescente entre as línguas em todo o mundo e dentro dos nossos próprios países.

É com o fortalecimento das nossas economias, com a estabilidade e legitimidade das nossas instituições políticas, com o interesse, em suma, que despertemos em nossos parceiros e em nós mesmos que estaremos dando ao português a condição de instrumento político, de suporte lingüístico de uma realidade respeitada e vista com interesse.

Queremos também dar uma dimensão cada vez mais eficaz vertente da coordenação política da Comunidade. O Brasil encara a CPLP como uma instância importante para a coordenação de posições em temas internacionais de interesse comum.

Da nossa capacidade de nos valermos da CPLP para tratar de temas que transcendam as dimensões estritas da lusofonia que depende a sua consolidação como foro de concertação internacional, com capacidade própria e, mais do que nada, com uma percepção adequada por parte da comunidade internacional como um todo e de nossas respectivas comunidades regionais.

Os grandes temas transnacionais, como meio ambiente, crime organizado e direitos humanos, a reforma das Nações Unidas, a integração econômica, o impacto da globalização sobre as economias emergentes, o reforço das instituições financeiras internacionais - todos esses são temas globais nos quais convém que tenhamos não apenas posições concertadas mas uma identidade comunitária que reforce a posição negociadora individual de cada um de nós.

Gostaria de falar agora sobre um tema que nos é muito caro, posto que se refere a uma comunidade de nossa língua comum; ao fazer uma referência especial a Timor Leste. Temos acompanhado, no Brasil, com toda a atenção, a evolução dos acontecimentos em Timor e tomado inclusive a iniciativa de falar com os indonésios sobre nosso empenho e interesse em uma melhoria das condições de vida em Timor, em especial na dos direitos humanos.

O Brasil, sobretudo a partir do pronunciamento do Presidente Fernando Henrique Cardoso, no ano passado, em Lisboa, tem-se pronunciado sem nenhuma ambigüidade a respeito de nossa posição pela autodeterminação do povo timorense. Creio que, na CPLP, nós temos reiterado essa posição, pois é do nosso dever, da nossa prioridade política seguirmos acompanhando com atenção essa questão, em companhia, naturalmente, dos representantes do povo de Timor Leste, hoje presentes em nossa reunião, aos quais gostaria de saudar de forma especial e assegurar-lhes que continuamos empenhados em trabalhar para a melhoria dos níveis de bem estar do povo timorense.

A CPLP deve ver de que maneira a nossa voz, a nossa consciência, o nosso peso específico irá agir sobre a realidade internacional e fazer com que o processo político ora em curso evolucione e tome impulso, sob a direção do Secretário-Geral Kofi Annan, e no qual o Ministro Jaime Gama está tão séria e profundamente empenhado. Esperamos que esse esforço tenha, a mais breve trecho, uma conclusão exitosa e o povo de Timor Leste possa efetivamente pronunciar-se sobre o seu futuro.

Senhores Ministros,

O Brasil quis recebê-los da forma mais carinhosa e hospitalar possível. Que se sentissem em casa. Que verificassem pessoalmente a que grau chega a identidade luso-afrro-brasileira quando uma civilização se desenvolve com base no que cada um desses três mundos pode oferecer.

Salvador é uma cidade plena de simbolismos históricos, culturais, políticos. Era legítimo que também estendesse esse simbolismo a essa empresa de construção da nossa Comunidade. Ao dar-lhes mais uma vez as boas-vindas, quero desejar-lhes uma feliz estada e que nossos trabalhos sejam produtivos. Que prevaleçam o congraçamento e o entendimento entre nós, e que possamos avançar de modo seguro e irreversível.

Muito obrigado.

Aula inaugural do Instituto Rio Branco “Uma diplomacia para o início do próximo século”

Aula inaugural do Instituto Rio Branco, proferida pelo Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Luiz Felipe Lampreia. “Uma diplomacia para o início do próximo século”. Brasília, 27 de agosto de 1997

Quero dar as boas-vindas aos novos diplomatas que iniciam o seu curso de profissionalização no Instituto Rio Branco. Fiz questão de mais uma vez abrir pessoalmente o ano letivo do Instituto com esta espécie de aula inaugural porque quero transmitir aos novos colegas e aos alunos que já fizeram o primeiro ano a certeza de que o Itamaraty é uma Casa que privilegia o diálogo entre a sua chefia e o seu corpo de profissionais.

Trinta e poucos anos atrás, eu e muitos dos atuais chefes e Embaixadores brasileiros que nos sentávamos nesses bancos do Instituto, preparamo-nos para a carreira que se confundiria em grande parte com as nossas vidas. É o que vai ocorrer com a maioria de vocês, diplomatas, a quem um dia caberá conduzir os destinos desta Casa e da política externa brasileira.

Esta é também uma oportunidade que o Ministro de Estado tem para organizar um pouco as suas idéias e colocá-las de forma a transmitir aos novos colegas, em toda a sua extensão, a natureza e o alcance do desafio que os espera na carreira que escolheram.

Esta é uma carreira do serviço público. Embora ela lhes ofereça uma inigualável soma de oportunidades no plano pessoal, vocês não estão aqui para desenvolver uma agenda própria. São, a

partir de agora, e de forma plena, servidores do Estado, membros de uma instituição respeitada e respeitável dentro e fora do país - quer dizer, funcionários de elite ao serviço do interesse público brasileiro.

Neste período de formação que medeia entre o ingresso na carreira e o exercício pleno das suas atividades em uma das unidades da Secretaria de Estado, vocês vão conhecer saciedade as atribuições próprias da diplomacia, em suas tarefas básicas de representar, informar, negociar e defender, sempre em nome de um país que se encontra por trás, com seus interesses, necessidades e urgências.

Vão desenvolver o espírito público que os trouxe de tantas regiões diferentes do Brasil, para serem diplomatas brasileiros, sem distinção de origem. Vão aprender que a diplomacia é uma das funções mais essenciais e insubstituíveis do Estado, uma face expressiva da soberania, da independência e da integridade nacionais, e que ao exercê-la estarão investidos de uma enorme responsabilidade.

E descobrirão, se já não o souberem, que em um regime democrático essa responsabilidade acompanhada de muito mais perto pela imprensa, pelo Congresso, pelos cidadãos, por todos aqueles que interagem conosco, dentro do país, e nos ajudam a identificar acertadamente o enorme leque de

interesses externos do Brasil, que nos incumbe promover e defender.

Ao escolherem a carreira diplomática, vocês devem ter tido presente o que significa hoje ser um representante do Brasil.

Creiam-me, é uma tarefa, por um lado, muito mais fácil e recompensadora, porque a solidez da nossa democracia, a estabilidade econômica, as reformas, o Mercosul, o crescimento, o tamanho e o potencial do nosso mercado nos conferem naturalmente uma posição de destaque e despertam o interesse dos nossos interlocutores.

Onde antes havia rechaço e desconfiança provocados pelo déficit democrático, pela desordem econômica e pela falsa vocação autárquica do desenvolvimento brasileiro, agora há um desejo de construir ou fortalecer a parceria conosco, de nos ouvir, de saber para onde vamos ou o que pensamos. Onde antes os de inflação funcionavam como um desincentivo ao diálogo e impediam a continuação de qualquer conversa mais aprofundada, hoje somos procurados para falar de investimentos produtivos e da perspectiva da integração na nossa região sul-americana e no Hemisfério.

Mas, por outro lado, representar o Brasil tornou-se também uma tarefa mais complexa. Estamos estendendo nossa presença no mundo e na agenda internacional como nunca antes, e a prova disso é a intensidade da agenda presidencial, uma espécie de paradigma da política externa do Governo Fernando Henrique. Ela reflete a amplitude, o equilíbrio e o senso de oportunidade de uma estratégia de virtual reinserção do Brasil no mundo a partir dos dados concretos da nova realidade brasileira. E porque estamos mais abertos a um mundo em que se aceleram os contatos entre os países, em que os agentes econômicos agem com independência em relação aos Governos, em que a informação circula com uma velocidade impensável dez anos atrás, multiplicam-se também os desafios da diplomacia de carreira. Hoje, exige-se do diplomata brasileiro uma ação muito mais que compense a diminuição relativa

da margem de atuação dos Governos nas relações internacionais e aproveite o grande alívio que a revolução da mídia eletrônica trouxe para o desempenho da tarefa da informação.

Discute-se muito hoje sobre o papel da diplomacia no mundo das comunicações instantâneas. É uma falsa discussão, porque o agente diplomático mantém a atribuição de ser quem faz a ponte entre o país em que atua e o país que representa. Apenas dispõe, hoje, de instrumentos mais eficazes e ágeis para fazê-lo. É ele quem conhece em profundidade as idiossincrasias do Governo, da sociedade e dos agentes econômicos locais; é ele quem identifica os interlocutores que poderão até prescindir dessa intermediação mais tarde, mas que saberão identificar a Embaixada que tem a competência para ser funcional no diálogo e na interação entre os países. Os diplomatas mantêm o papel de principais estrategistas da inserção internacional do seu país e de principal braço do Estado nos países amigos e nos organismos internacionais.

O Brasil de hoje acrescenta outros desafios a esses que enfrentam as diplomacias de todo o mundo. Nunca antes tivemos tantas frentes diplomáticas ao mesmo tempo, e tantas frentes com repercussão direta sobre os padrões de consumo da cidadania, os níveis de investimentos e o volume de comércio. Nunca antes tivemos tamanho contingente de brasileiros vivendo ou viajando no exterior, a trabalho, em estudos ou por lazer. Nunca antes o país esteve tão exposto influências do mundo, nem interagiu tanto com o exterior nos campos econômico, político e cultural.

Vocês ingressam na carreira em uma etapa de grandes transformações da agenda internacional do Brasil. Uma etapa em que a diplomacia e as relações exteriores começam a deixar de ser uma referência vaga na mente da opinião pública para alcançar o dia a dia do consumidor e dos agentes econômicos, para chegar às prateleiras dos supermercados ou à banca das feiras livres sob a forma de produtos cuja entrada facilitada pela

integração regional ou pela abertura econômica. Vocês viram os impactos de imprensa que podem ter temas como a reunião da ALCA em Belo Horizonte ou essa questão mais recente do Conselho de Segurança.

Essa tendência só deve aprofundar-se. Por isso, achei que seria importante compartilhar com vocês algumas idéias sobre o futuro da diplomacia brasileira, esse futuro que a partir de agora vocês ajudarão a construir e que poderão ter a oportunidade singular de influenciar, se entrarem, como estou certo que farão, no espírito que tem animado o Itamaraty desde há muitas décadas: a consciência de que aqui estamos ajudando a consolidar a independência do nosso país, que não foi obra de um dia, mas esforço continuado no tempo.

Como será o mundo em que vocês atuarão?

Essa é uma reflexão importante que devemos fazer constantemente. Não podemos ter respostas definitivas; mas a reflexão estratégica de longo prazo é um instrumento de concepção e de aperfeiçoamento das políticas que estamos implementando no presente.

É claro que a inquirição sobre o futuro não pode ser um exercício de diletantismo ou uma empresa de adivinhação desconectada do presente. Não pode tampouco ser uma profissão de fé voluntarista ou ideológica, que confunde o que é desejável com o que é objetivamente previsível e possível. Sem deixar de ser profundamente o diplomata não pode ser um ideólogo. O realismo e o pragmatismo estão na essência do ser diplomático, e são eles que ajudam a desenvolver o senso de percepção da realidade, a ampliar a capacidade de avaliar as forças em pugna, a aprofundar a sensibilidade negociadora.

Sem que seu projeto nacional conte a vocação de hegemonia regional ou internacional, o Brasil sem dúvida está reunindo um bom potencial para dar um salto qualitativo tanto no seu desenvolvimento interno quanto na sua inserção internacional.

Reconhecida e bem recebida pela comunidade internacional, ainda que muitas vezes com uma nota de cautela e prudência próprias de quem se habituou a acompanhar a história da nossa região, nossa melhor presença internacional é a resultante de diversos avanços que o país tem conseguido a partir da sua consolidação como uma democracia, uma sociedade majoritariamente urbana, uma economia industrial moderna e diversificada.

Essas tendências não se vão firmando sem resistências, nem devem ser encaradas pelos diplomatas como um fato consumado, que não exige mais atenção ou cuidados. Mas elas sem dúvida constituem uma resposta adequada a dois imperativos básicos do país: o primeiro, o da consolidação da cidadania, base fundamental da soberania no mundo moderno e fonte de legitimidade e poder do Estado; o segundo, o de valer-se adequadamente da inexorabilidade da nossa inserção internacional para dela extrair o maior número possível de benefícios concretos — em geração de riqueza, empregos e apoio para o desenvolvimento econômico e social — ao menor custo possível. Não há alternativa a uma inserção mais intensa do Brasil na sua região, no seu hemisfério e no mundo.

O Estado brasileiro e, portanto, os diplomatas brasileiros, devem mover-se em duas realidades desafiadoras.

A primeira, a crescente preeminência do cidadão, na sua vertente política de eleitor e na sua vertente econômica de consumidor, no Estado e no Governo e, portanto, como objetivo das políticas.

A segunda, a crescente globalização da economia — um termo que se tornou lugar comum, mas que é efetivo para descrever uma realidade objetiva (não se confundindo, portanto, com um movimento ou uma ideologia contra a qual é possível insurgir-se).

É evidente que a questão da cidadania, como fator principal da estruturação do Estado, do Governo e das políticas nacionais, tem a maior relevância para os diplomatas brasileiros desta mudança de século.

O Itamaraty tem, aliás, incorporado sistematicamente o conceito de cidadão e de consumidor no discurso diplomático brasileiro. E, do atendente do balcão do Consulado brasileiro ao assessor mais graduado, a consciência dos direitos do cidadão e da obrigação do servidor público para com a cidadania é hoje mais do que um valor um instrumento de trabalho, uma condição básica para exercer a função pública de membro do Serviço Exterior Brasileiro.

Quero deixar esse registro sobre a importância crescente do cidadão como objetivo primeiro das políticas nacionais, para concentrar-me agora sobre as políticas, no entender da diplomacia brasileira, que fortalecerão a ação internacional do Brasil e o deixarão mais preparado para atuar diante desses desdobramentos previsíveis da globalização nos próximos vinte a vinte e cinco anos.

Para fazer isso, será preciso passar rapidamente em revista alguns desdobramentos previsíveis nas relações internacionais nos próximos vinte a vinte e cinco anos.

O primeiro desdobramento é a acentuação da homogeneização da vida internacional em torno das duas forças centrais da democracia e da liberdade econômica e a convergência quanto regras de conduta das relações internacionais em diversos campos, como não-proliferação, meio ambiente, direitos humanos, comércio e investimentos, entre outros. É evidente que continuará havendo exceções a essa tendência, mas o provável é que elas se confinem cada vez mais periferia do sistema internacional. Em termos territoriais e populacionais, a tendência deve ser a de que a imensa maioria da humanidade viverá sob o domínio dessas duas formas ou ao menos da liberdade econômica.

Essa homogeneização se reforça também pelo fato de que, no horizonte previsível, as relações internacionais serão dominadas, do ponto de vista estratégico-militar, pelo unipolarismo, com o predomínio da superpotência remanescente do período anterior, os Estados Unidos. A perda — apenas relativa — de poder econômico dos Estados

Unidos em nada alterou sua condição de ator global capaz de jogar e influir nos diversos tabuleiros diplomáticos. Ao contrário, os EUA são o país industrializado que vem dando sinais continuados de grande vitalidade econômica, expressos, por exemplo, na baixa significativa de um de desemprego que nunca alcançou os patamares europeus.

Mesmo estando distantes dos anos em que respondiam por mais de 40% do produto mundial, os EUA continuarão sendo o principal mercado individual do mundo, provavelmente o mais aberto, mas também o que com maior facilidade recorre a medidas unilaterais de proteção e de busca de acessos no exterior. A crescente ascensão econômica e política da Alemanha, da China e do Japão, embora cruciais e determinantes no planejamento estratégico-diplomático brasileiro, não deve alterar essa realidade a não ser em termos relativos. Trata-se de um dado que é preciso compreender e com o qual é preciso saber operar.

Um segundo desdobramento previsível é o continuado fortalecimento da OMC, uma organização que corporifica os grandes progressos feitos em matéria de universalização de regras na do comércio internacional, inclusive no que se refere a um sistema de solução de controvérsias que se vem firmando como efetivo e respeitado.

A OMC — provavelmente o mais bem sucedido organismo multilateral — encarna, portanto, um novo patamar de desenvolvimento das relações internacionais, uma nova realidade em cuja consolidação um país como o Brasil tem todo o interesse.

Um terceiro desdobramento previsível — e até certo ponto já mapeado e definido por entendimentos realizados ou em curso — será a intensificação da integração regional e da integração entre regiões, de que são exemplos os processos já lançados, mas projetados para um futuro de médio a longo prazo, das negociações para a criação da de Livre Comércio das Américas e para a criação de uma de livre comércio entre o Mercosul e a União

Européia, até como forma de se criar um desejável paralelismo com o processo de integração hemisférica.

Os europeus dão cada vez mais sinais de que compreendem a importância desse paralelismo, que lhes permitirá explorar as oportunidades comerciais e de investimentos geradas na nossa região. Para nós, em compensação, será uma forma de melhorar o acesso ao mercado europeu, ainda muito bloqueado por medidas protecionistas que afetam produtos em que o Brasil, por exemplo, tem grande competitividade.

O próprio Mercosul adota hoje um curso que permite antever o que será nas próximas duas décadas: um processo intensificado de integração, baseado em um núcleo algo ampliado de Estados-Membros, que irão aprofundando os mecanismos do Mercado Comum através de um crescente número de políticas internas concertadas (direitos do consumidor, proteção da propriedade intelectual, regime de salvaguardas e defesa contra práticas desleais de comércio, etc.), e com um número importante de acordos de livre comércio com outros países da região e fora dela, a exemplo do que já ocorreu com o Chile e a Bolívia. Nossa prioridade agora é o acordo com o Grupo Andino, que nos esforçaremos para conseguir levar adiante até o final deste ano.

Essa realidade da integração regional dá uma perspectiva nova nossas antigas e excelentes relações com todos os vizinhos da América do Sul. De fato, está em curso um grande processo de integração regional na América do Sul, fundado em três alicerces: a integração econômica e comercial, a integração energética e a integração física. Uma expectativa com que realisticamente trabalham os analistas é a organização do espaço econômico sul-americano em função do mercado brasileiro. Isso nos dá novas responsabilidades.

Uma outra tendência previsível, embora ainda não facilmente identificável em seus contornos e desdobramentos, é a reforma das Nações Unidas e

a ampliação do Conselho de Segurança. Sobre esse tema, acho importante reiterar aqui alguns elementos da nossa posição. É certo que o processo tenha recebido um forte impulso em Nova York, graças ao projeto Razali, que procura reunir a maioria em torno de uma fórmula de expansão do Conselho mais ou menos nos moldes preconizados pelo Brasil – isto sem discriminações e a partir de um reconhecimento global da capacidade de eventuais postulantes a membro permanente -, e graças ao avanço da posição norte-americana, que já admite o acréscimo de cinco membros permanentes. Mas o processo ainda não está definido. Nós o acompanhamos com interesse e temos dito que, se a reforma do Conselho se fizer com o sentido e a direção defendidos pelo Brasil, isto como um fator de fortalecimento das Nações Unidas e como um catalisador das demais reformas exigidas pela organização, e se nós formos chamados pela comunidade internacional, estamos dispostos a assumir as responsabilidades de um membro permanente.

Não queremos, contudo, que esse tema seja percebido como o objetivo máximo da diplomacia brasileira, nem que afete adversamente as relações do Brasil com seus parceiros na região, em particular a Argentina. Nossa idéia é manter o espírito e as opções brasileiras abertos, evitando que um tema que não é estrutural nas relações com a Argentina possa ter implicações indesejáveis seja para a parceria bilateral, seja para o funcionamento do Mercosul, seja ainda para a percepção que as opiniões públicas dos dois países e dos nossos parceiros internacionais têm da relação Brasil-Argentina e do Mercosul. Em Assunção, onde nosso objetivo não era o de conseguir endossos ou apoios, acho que conseguimos recolocar a questão na perspectiva correta. Nossa intenção é não deixar que se perca essa perspectiva daqui para frente.

É marcante que nosso tempo seja caracterizado por uma agenda negativa internacional. No plano do racionalmente previsível, as relações internacionais continuarão marcadas pela presença

de radicalismos em certos países ou regiões e pela ação desestabilizadora de Estados ou movimentos extremistas que preferem o caminho da marginalidade em relação a grandes tendências contemporâneas. Uma consequência disso será a persistência do fenômeno do terrorismo e sua pressão sobre a agenda internacional.

Fenômenos como o crime organizado transnacional, o narcotráfico e a exploração predatória do meio ambiente continuarão a estar no topo da agenda global, em parte como consequência da falta de coesão social em um grande número de países, em parte devido facilidades crescentes que a própria globalização oferece em termos de comunicações e meios tecnológicos à disposição das redes criminosas. Esses temas fazem parte de um novo temário diplomático, infelizmente de importância crescente para o Brasil, e exigirá de nós pregar e atuação adequados e continuados.

A dificuldade de se dar uma solução efetiva ao problema da demanda por drogas nos países consumidores tende a eternizar uma relação de mercado pura: onde há demanda, haverá oferta; onde o comércio, e não a demanda, reprimida, o aumento dos preços tende a compensar os riscos. Acresce a isso uma sensação crescente de impunidade internacional na do narcotráfico, do crime organizado e da corrupção. A lavagem de dinheiro é facilitada pela existência de paraísos fiscais e mecanismos de sigilo bancário, enquanto a permeabilidade dos sistemas políticos de vários países permite que os criminosos de certa forma consigam proteção e santuário.

Quanto ao meio ambiente, a equação tende a tornar-se cada vez mais complexa, na medida em que crescem as pressões pela exploração de recursos naturais, na proporção em que crescem as pressões internas e internacionais pela preservação do patrimônio ambiental de países que, como o Brasil, são grandes repositórios de biodiversidade e de recursos minerais, florestais e hídricos e apresentam rica variedade de ecossistemas ainda intocados ou

apenas parcialmente afetados pela atividade humana.

Há um lado positivo nessas preocupações, porque elas encorajam uma visão mais abrangente do patrimônio nacional, que vai muito além do território e dos recursos neles existentes para englobar a preservação e o uso sustentado desses recursos e o combate a práticas predatórias. Mas é um tema com forte impacto político e diplomático, ainda que tenha havido uma desmobilização internacional depois de passada a Rio-92, que a recente Sessão Especial da Assembléia-Geral da ONU sobre Meio Ambiente não conseguiu resgatar.

Ainda na agenda negativa, o fenômeno da imigração ilegal parece longe de se reverter, especialmente na medida em que diversos mecanismos que operam sob a globalização produzem ou acentuam as desigualdades dentro dos países ou entre eles.

Como país de crescente migração em direção ao exterior — um fenômeno novo do ponto de vista social e diplomático para nós —, o Brasil tem acompanhado com crescente atenção o fenômeno, na medida em que ele gera não apenas restrições importantes ao livre trânsito internacional de pessoas, mas também atitudes individuais ou coletivas de discriminação nos países recipiendários e políticas de contenção e reversão das correntes migratórias nesses países. O crescimento da xenofobia um corolário desse fenômeno e pode afetar também a comunidade brasileira no exterior.

Nada autoriza tampouco a acreditar em um fim próximo de focos de instabilidade e conflito nos antes chamados segundo e terceiro mundos. As tensões e políticas, o renascimento do nacionalismo radical e os conflitos distributivos têm estado na raiz de tragédias como a da Bósnia, da Somália, do Burundi, de Ruanda e do Zaire.

Não há garantia explícita nos desenvolvimentos mais recentes da história mundial no sentido de que será possível evitar novos focos de conflitos como esses, na medida em que as suas causas profundas não são resolvidas e em que a

comunidade internacional mostra grande relutância em se envolver diretamente nos países afetados.

Tem havido desenvolvimentos positivos em algumas regiões, como na Austral, que ressurgiu como de grande interesse para a comunidade internacional em razão do fim do apartheid e do encaminhamento dos conflitos em Moçambique e Angola neste país ainda sujeito a modulações preocupantes.

O Oriente Médio continua a demonstrar que ainda é uma área volátil, que encontrou o frágil e instável caminho da paz — e, portanto, do desenvolvimento — em um processo complexo, submetido a fortes pressões e golpes. É possível fazer uma aposta nesse processo, como, aliás, o Brasil tem feito, mas trata-se ainda de uma situação que recomenda cautela, apoio imparcial, mas interessado, e uma atitude de observação atenta.

Pacificado, o Oriente Médio rapidamente se alçará condição de uma dinâmica do mundo em desenvolvimento, pela sua condição de encruzilhada entre continentes e por sua vocação para o comércio internacional. Mas ainda poderá permanecer como uma grande interrogação. Ainda assim, temos começado a desenvolver nossas parcerias na O Líbano, com o qual intensificamos as nossas relações através de uma intensa agenda de visitas, é um exemplo do que se poderá fazer para reaproximar, em novas bases, o Brasil e o Oriente Médio.

Os países da Ásia deverão continuar a liderar as estatísticas de crescimento do produto e de participação no comércio. Um importante desenvolvimento ocorreu em 1997 com a incorporação de Hong Kong à China. Será fundamental observar essa intersecção de dois sistemas políticos distintos que dão expressão a duas economias poderosas, com uma extraordinária vocação de participação no comércio internacional e nos fluxos de investimentos.

No campo da não-proliferação e do desarmamento, deve prosseguir a tendência atual de universalização de regras e de participação nos

diversos esquemas multilaterais, como ficou patente na recente aprovação, por esmagadora maioria — um virtual consenso —, do Tratado de Proscrição Completa dos Testes Nucleares. Cada vez mais o custo político — e certamente o custo tecnológico — do desvio da norma será maior. As exceções, as reticências, serão cada vez mais limitadas e com visibilidade cada vez maior.

Por essa razão, decidimos finalmente propor ao Congresso brasileiro que aprove a nossa adesão ao TNP. Uma vez efetivada, essa adesão nos abrirá um novo campo de participação nos debates e negociações internacionais na do desarmamento, em que o Brasil vem dando e continuará a dar uma contribuição expressiva.

Essa já longa descrição de alguns dos traços mais marcantes do mundo em que deveremos nos movimentar nesta mudança de século poderia concluir com a menção de uma realidade nova para nós: a presença, em diversos pontos do globo, de imigrantes brasileiros, que já vão constituindo colônias brasileiras em vários países.

Essas colônias, cuja preservação do vínculo com o Brasil interessa profundamente ao Estado brasileiro, têm efeitos muito claros sobre as nossas relações exteriores, na medida em que geram uma necessidade de proteção e acompanhamento por parte do Governo e na medida em que contribuem para criar vínculos mais fortes, e de uma natureza diferente, com os países recipientários.

A tendência previsível nos próximos anos é de consolidação dessas comunidades, que começam a participar intensamente da vida econômica e social de muitas cidades e regiões no exterior e parecem estar destinadas a durar. Essas comunidades estão criando novos vínculos do Brasil com os países onde se encontram — aquele laço indissolúvel e insubstituível entre os Estados que ondas anteriores de imigração criaram entre o Brasil e o Japão, a Itália, o Líbano, a Alemanha e muitos outros países.

Objetivamente, a continuada melhoria da inserção internacional do Brasil, nos rumos e no ritmo

que se vem processando, especialmente a partir do Plano Real e das reformas empreendidas pelo Governo, dependerá da continuidade das políticas de estabilização, abertura econômica, desestatização, retomada do crescimento e reforma social. A diplomacia tem um papel importante a desempenhar para coadjuvar esse grande esforço nacional. Ela apóia esse esforço, como seu instrumento, e dele se beneficia.

Meus interlocutores no exterior têm sido enfáticos em dois aspectos: em louvar os progressos que temos feito e seu impacto positivo nas relações do Brasil com os principais parceiros em todo o mundo, e na expectativa de que as tendências responsáveis por essa significativa alteração qualitativa da inserção externa do Brasil se sustentem e ultrapassem os limites temporais de um mandato presidencial. Por isso, a possibilidade de reeleição do Presidente da República, garantindo a continuidade das políticas que nos deram tamanho capital diplomático, veio somar-se a um patrimônio de fatores positivos para a diplomacia brasileira atuar.

A mera indicação de uma possibilidade de retorno a políticas condenadas pelo passado — crescimento à base de inflação, políticas populistas, arroubos ideológicos, discriminação dos investimentos produtivos estrangeiros, controle estatal de setores da economia, protecionismo tarifário e não-tarifário exacerbado, apoio a práticas corporativistas, excessos de regulamentação e tantas outras — seria suficiente para literalmente neutralizar os ganhos significativos que temos obtido expressos, entre outros, pelos muitos bilhões de dólares de investimentos diretos que o Brasil tem recebido e pelo notável crescimento do nosso comércio exterior nos dois sentidos.

Um outro elemento particularmente importante para a inserção externa do Brasil nestes próximos anos foi a definição de uma política de defesa nacional, que harmoniza e maximiza a ação das três forças singulares e engaja a sociedade brasileira através da consciência sobre o imperativo

de proteger adequadamente o nosso território, o nosso patrimônio ambiental e os nossos valores e identidades culturais e nacionais.

Trata-se de adequar os meios de defesa nacional aos fins a que se destinam: proteger um território continental, formado por diversos ecossistemas distintos, com variados graus de desenvolvimento e problemas de toda a ordem. Trata-se de estender sistematicamente a presença do Estado brasileiro a todo o território nacional, promovendo um sentimento de inclusão das populações que hoje podem ter razões para se sentir menos conectadas ao restante da Nação — inclusive, é preciso que se diga, em urbanas controladas por poderes para-estatais.

Essa política unificada foi elaborada no âmbito da Câmara de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Conselho de Governo. Sua definição, fundada em uma concepção realista e pragmática dos objetivos e das prioridades, foi feita com base em amplas consultas e coordenação entre os interessados e Forças Singulares.

Ela certamente abrirá uma nova perspectiva para o planejamento estratégico e para a ação governamental em todo o território brasileiro, permitindo a otimização dos recursos humanos, materiais e financeiros e maior eficiência em matéria de defesa territorial e patrimonial do Brasil. Permitirá também uma relação de confiança ainda maior com nossos vizinhos sul-americanos.

A intensificação da política externa do Governo Fernando Henrique fornece outros elementos para que o Brasil possa ingressar no século XXI capacitado a prosseguir em um projeto de desenvolvimento econômico e social que atenda necessidades de um país que terá cerca de duzentos milhões de habitantes nesse horizonte de tempo que venho analisando.

O relançamento das nossas principais parcerias e a exploração de novas parcerias onde elas se apresentam — no Oriente Médio deverão deixar em poucos anos o patrimônio de uma política

externa verdadeiramente universal, ou seja, cuja rede de relações tem uma base concreta de natureza econômica e comercial.

Esse patrimônio será enriquecido pelo fortalecimento do multilateralismo econômico, comercial e regulatório nos próximos anos: regras universais e transparentes para regular as múltiplas esferas do relacionamento econômico, financeiro, comercial e tecnológico devem facilitar o desenvolvimento das relações do Brasil com cada um dos seus parceiros individuais, na medida em que a economia brasileira continue a crescer em complexidade, dinamismo e grau de inter-relação com o mundo.

A consolidação vertical do Mercosul, ou seja, seu aprofundamento mais além da de livre comércio com união aduaneira e tarifa externa comum, e sua ampliação horizontal, com a incorporação de alguns novos membros plenos e a associação de parceiros por meio de acordos, deverá ser uma das linhas-mestras da política externa brasileira nestes próximos anos.

O Itamaraty deve preparar-se criteriosamente para enfrentar esses e outros desafios que os próximos anos nos reservam. Sei que existe um sentimento na Casa sobre a urgência e a necessidade de certas reformas, que garantam à nossa instituição um padrão de desempenho compatível com as legítimas expectativas que a sociedade brasileira tem em relação sua diplomacia. Estamos trabalhando

nisso, tendo presentes as necessidades do Serviço exterior, mas sem perder de vista o amplo processo de reorganização por que passa o estado brasileiro e que deve traçar os limites do que possível e oportuno esperar.

O fato de que vocês, novos alunos, ingressem diretamente na carreira, após o vestibular do Rio Branco, e já possam ter um salário mais à altura – embora ainda distante – do nível de excelência que trazem ao serviço público brasileiro é apenas uma das dimensões dessa reforma que estamos empreendendo.

Mais do que nada, é a qualidade do trabalho que vocês ajudarem esta Casa a continuar apresentando ao Brasil o que definirá o futuro da nossa carreira. Para isso, vocês começam – outros prosseguem – os estudos que hão de prepará-los para uma longa vida de serviços ao seu país nos mais diferentes países do mundo e diante das situações e desafios os mais variados.

Quero que levem deste primeiro contato com o Ministro um incentivo para que busquem, no espírito que os trouxe até aqui, inspiração para continuar nesta empresa. Terão aqui, dentro e fora do Rio Branco, grandes professores, diplomatas treinados nos embates mais duros, gente que leva uma vida dedicando-se ao seu país. Essa tradição de dedicação ao Brasil deve motivá-los e ser o seu exemplo.

Muito obrigado.

Comissão de Relações Exteriores da Câmara dos Deputados

Exposição do Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Luiz Felipe Lampreia, perante a Comissão de Relações Exteriores da Câmara dos Deputados. “O Brasil e a reforma do Conselho de Segurança” - Brasília, 28 de agosto de 1997

Introdução

Quero agradecer o convite que me fez a Comissão de Relações Exteriores da Câmara dos Deputados, através do Presidente Benito Gama e por iniciativa do Deputado Lins, para mais uma vez vir aqui discutir tópicos da maior relevância para as relações exteriores do Brasil. Agradeço também o interesse em participar desta sessão, demonstrado pela Comissão Mista do Mercosul e pelo Deputado Neiva Moreira, líder do PDT nesta Casa.

Embora a Constituição dê ao Executivo a competência originária para conduzir a política externa, a participação do Congresso em muitas decisões nos faz, em certa medida, co-gestores da diplomacia brasileira. O interesse do Congresso por uma matéria de política externa é para nós, do Itamaraty, uma baliza fundamental, um alerta e um guia. Não poderia ser de outro modo em um regime democrático.

O Congresso é uma parte fundamental do país real que está por trás da diplomacia. É uma voz importante, decisiva, que fala não apenas para os brasileiros, mas para os nossos parceiros também. Além da responsabilidade por ajudar a forjar o país mais poderoso de que necessitamos para participar das relações internacionais com maior proveito, o Congresso canaliza a voz e o sentimento da Nação

brasileira, e isso é básico para a diplomacia.

Por isso, tomamos boa nota das inúmeras manifestações do Congresso Nacional, na semana passada, a respeito da questão do Conselho de Segurança no contexto das Relações com a Argentina e da provável atribuição, pelos Estados Unidos, do status de aliado extra-OTAN à Argentina.

A questão da venda de armas na América Latina

Fui chamado a falar-lhes sobre o tema da reforma do Conselho de Segurança.

Antes, porém, quero reiterar o que o Governo tem dito a respeito da questão da suspensão do embargo à venda de armamentos sofisticados à América Latina pelos Estados Unidos e questão da aliança extra-OTAN da Argentina.

Tenho dito, refletindo o pensamento do Presidente Fernando Henrique e do Governo, que não nos preocupa a possibilidade de uma corrida armamentista na nossa região. A América Latina tem um reduzido potencial de conflito, é plenamente democrática, tem os mais baixos orçamentos militares do mundo e vem aplicando políticas econômicas que implicam um estrito controle dos gastos orçamentários. As compras de armamentos militares na região, mesmo potencialmente, são plenamente compatíveis com as legítimas necessidades de defesa

dos países latino-americanos e se destinam basicamente à reposição de equipamento obsoleto ou desgastado pelo uso. Não acredito que esses parâmetros possam ser alterados por uma decisão de natureza mais que nada comercial, própria da soberania norte-americana. Outros países há muito não se impunham qualquer constrangimento para vender armamentos à região.

Quanto à aliança extra-OTAN da Argentina, reitero que se trata de uma questão nacional argentina e de um tema próprio da agenda bilateral entre a Argentina e os EUA, que não traz mal-estar para o Governo brasileiro. O Chanceler Di Tella tem dito, e eu respeito a ponderação, que a aliança virá apenas coroar um grande esforço argentino por recompor as suas Relações com os Estados Unidos, que carecem historicamente da solidez e da relativa harmonia que caracterizam as nossas Relações com os EUA desde o inicio do século. Por isso mesmo, aliás, o Brasil não pleiteia para si o mesmo status.

Se o Governo argentino considera o passo apropriado e se isso tem relevância para a política externa argentina e para o fortalecimento da inserção internacional do nosso importante parceiro, nós compreendemos e respeitamos a decisão argentina sobre o assunto. É claro que requer um certo esforço entender as razões para que se aplique a um país da América Latina uma fórmula que tem sido aplicada em países situados em regiões com potencial ou grau elevados de conflito, como o Oriente Médio. Temos a certeza, porém, de que o passo não acarretará distúrbios nas Relações de confiança e na parceria que os países da América do Sul vêm construindo com a Argentina.

Acreditamos, por outro lado, que a teia de interesses concretos que une os países da América do Sul e particularmente o Brasil, a Argentina e o Chile - o comércio, os investimentos, a projeção internacional que ganhamos com o Mercosul - mais do que suficiente para manter unida e coesa a região. Não estamos falando de coisas simbólicas ou de alcance limitado. Estamos falando de bilhões e bilhões

de dólares de um comércio que não encontraria outro escoadouro fora da região. Estamos falando de mais de 300 empresas brasileiras operando na Argentina e mais de cem empresas argentinas operando no Brasil. Estamos falando do interesse que o Mercosul gera dentro e fora da região como parceiro econômico, como mercado, como unidade de integração com a qual países e blocos querem ter um diálogo maduro e pragmático.

Por tudo isso, nós não vemos a necessidade de uma iniciativa regional de autolimitação de armas convencionais. Não achamos que a América Latina deva injustificadamente atribuir-se um potencial de desestabilização militar ou rejeitar uma corrida armamentista que não está acontecendo e não tem condições políticas, econômicas ou estratégicas de acontecer. Seria o equivalente a defender o desarmamento dos desarmados, pois já somos a região que apresenta os menores gastos com armamentos em todo o mundo.

Nossa preocupação deve voltar-se para combater o tráfico de armas, e a diplomacia brasileira tem trabalhado para esse fim na OEA e no diálogo com outros países da região. Esse sim é um problema grave que ajuda a perpetuar a questão do crime organizado e do narcotráfico como fatores de desestabilização na nossa região.

A questão da reforma do Conselho de Segurança

A questão da reforma do Conselho de Segurança não é assunto recente na política externa brasileira, mas certamente os desenvolvimentos havidos em Nova York e, sobretudo, os episódios que colocaram na diferença de abordagem do assunto entre o Brasil e a Argentina deram uma projeção nova à questão, não tanto da reforma em si, mas da participação que eventualmente o Brasil deveria ter em um Conselho de Segurança ampliado.

Devo dizer, antes de tudo, que pairam sobre o assunto, no Brasil, muitas dúvidas e muita desinformação. A própria leitura da cobertura jornalística destes dias, colocando a ênfase em uma

suposta rivalidade renascida entre o Brasil e a Argentina e dando ao assunto uma perspectiva de encaminhamento imediato, evidencia quanto o assunto é ainda desconhecido de grande parte dos meios de comunicação, para não falar da opinião pública de um modo geral.

É natural que assim seja. A reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas é um tema político complexo e de grande magnitude nas Relações Internacionais, mas não tem chegado a mobilizar a opinião pública de praticamente nenhum país. Trata-se de uma questão muito técnica, que comporta matizes, variantes e diversas possibilidades de encaminhamento, que tornam o assunto difícil de descrever e de analisar.

A busca de manchetes pela imprensa agrava a questão. Procura-se no assunto um impacto de opinião pública, uma urgência e um potencial de conflito, quase como se estivéssemos diante de uma final de campeonato mundial, de um jogo de soma zero em que, necessariamente, deve haver um vencedor e um perdedor. No entanto, o assunto está longe ainda de estar maduro para uma decisão. Não é notícia; não dá manchete em nenhum jornal, a menos que se tenha a visão errada do assunto. E, sobretudo, não necessariamente será um jogo de soma zero.

O tema da reforma do Conselho de Segurança é tão antigo quanto a própria ONU. A virtual existência de um diretório político composto pelos cinco membros permanentes do Conselho sempre deixou, em muitos dos países que não participam desse grupo seletivo, a impressão de que as decisões do Conselho careceriam de transparência e legitimidade e de que haveria um hiato de representatividade no Conselho de Segurança.

O Brasil sempre defendeu uma maior prestação de contas do Conselho totalidade dos membros das Nações Unidas, como estipula a Carta da Organização, mas nunca o fez de modo a assumir uma postura paralisante ou obstrucionista. Ao contrário.

Depois de estar vinte anos ausente do Conselho como membro não-permanente, o Brasil voltou a ocupar um assento em 1988 e 1989 e em 1993 e 1994. Deve retornar mais uma vez agora, em janeiro, para o biênio 1998-1999, consolidando uma participação mais ativa nos assuntos referentes à manutenção da paz e da segurança internacionais.

Não acho apropriado discutir aqui um fato da história: a existência de duas categorias de membros nas Nações Unidas e a consequência de um exercício de realismo por parte da comunidade internacional, e de um realismo duramente aprendido nos fracassos da Liga das Nações e na catástrofe da Segunda Guerra Mundial, vinte anos depois de terminada a guerra que tinha vindo “para acabar com todas as guerras”.

Esse duplo estatuto jurídico não nos impediu de assinar a carta das Nações Unidas como membro fundador e de procurar sempre dar uma contribuição construtiva e criativa aos diversos trabalhos das Nações Unidas. O Brasil assumiu mesmo - preciso reconhecer - a condição de um importante ator nas articulações na ONU; visto como um facilitador nas negociações, como um país capaz de ser um fator de equilíbrio e uma ponte entre países desenvolvidos e países em desenvolvimento, por suas condições específicas de desenvolvimento e seu patrimônio físico - o território, a população, o tamanho da economia - e diplomático.

O Brasil tem um peso político reconhecido, porque somos vistos como um país de diplomacia segura, de longas tradições, de ações refletidas e coerentes, que não cede a impulsos nem recorre a gestos histriônicos. Por isso, o Brasil encontra-se entre os primeiros países mais procurados para consultas; sua liderança discreta e equilibrada buscada por inúmeros países dentro e fora da nossa região. Não instrumentalizamos a nossa política externa, nem fazemos dela um uso eleitoreiro ou imediatista. Somos um país que desfruta de credibilidade e confiabilidade, produtos de alto valor nas relações internacionais. E temos dado passos

concretos para consolidar essa posição, como recentemente ao encaminharmos o TNP ao Congresso Nacional para aprovação.

O Conselho de Segurança e os principais interesses externos do Brasil

Deixem-me dizer-lhes também, com toda a franqueza, que não considero que os principais desafios internacionais do Brasil, que se situam na econômica, comercial e tecnológica, passem todos pelas Nações Unidas.

A criação da OMC reproduziu de forma mais tangível, no campo do comércio internacional em sentido amplo, a revolução nas relações internacionais a que a ONU se havia proposto em 1945 e que foi realizando no campo da paz e da segurança internacionais.

A OMC criou uma rede de compromissos efetivos, criteriosamente negociados, e um sistema de solução de controvérsias mandatório que fundou um sistema de comércio internacional regido por normas que limitam as competências discricionárias das soberanias e o unilateralismo das suas ações. É um sistema organizado por regras transparentes e universais e balizado por um sistema judicial não-discriminatório, que relativiza o poder descomunal das grandes potências.

Não quero dizer que isso fosse possível no campo da paz e da segurança internacionais, mas é uma realidade com a qual é preciso lidar. Na OMC, o Brasil defende interesses concretos, mensuráveis, que afetam diretamente o nível de emprego, a sua capacitação tecnológica e econômica, a sua capacidade de atrair investimentos produtivos, a sua capacidade de participar com benefícios do comércio internacional. A importância da participação brasileira na OMC e a projeção que nós temos ali estão patentes, por exemplo, no fato de que o Brasil exerce, desde abril a presidência do Conselho Geral da Organização, através do Embaixador Celso Lafer. Esse fato simbólico tanto do interesse brasileiro quanto do peso específico do país na OMC.

O mesmo ocorre em relação ao Mercosul e Relações que mantemos com alguns parceiros de primeira magnitude, como a Argentina. É evidente que não desejamos que essas prioridades brasileiras, que todos reconhecem e que se traduzem em dados macroeconômicos e em projeção internacional do país, sejam afetadas adversamente, seja pela incidência conflitiva de outros temas, como ocaso da reforma do Conselho de Segurança, seja pelo desvio desproporcional da atenção que devemos dar a essas prioridades.

Esse foi o sentido da nossa reação à entrevista do Presidente Menem no trecho que falava sobre o Conselho de Segurança. Não pensamos que o assunto deva ser colocado em termos que podem comprometer a imagem de coesão entre os dois países ou do Mercosul. Isso não significa que não possa haver diferenças de enfoque e de políticas fora da relação bilateral Brasil-Argentina ou do Mercosul. Essas diferenças são não apenas naturais, mas saudáveis, e refletem visões de mundo distintas que decorrem das posições que cada um dos países ocupa no mundo e das suas experiências históricas individuais.

A história não registra que os países que participam de intensas relações bilaterais ou de esforços sérios de integração regional apaguem a sua individualidade como Nações, nem mesmo quando a integração pressupõe um grau intenso de supranacionalidade, como no caso da União Européia. Por isso, não há nada de impróprio ou surpreendente em que o Brasil e a Argentina tenham visões diferentes da questão da reforma do Conselho de Segurança, desde que não tentem impor a sua visão ao outro.

A reforma do Conselho de Segurança não é um tema central, estrutural, nas relações entre o Brasil e a Argentina ou para o Mercosul. Nossa preocupação maior justamente evitar que se transforme nisso, seja pela percepção da opinião pública interna dos dois países, seja pela percepção da opinião pública internacional e dos nossos parceiros. E acho que conseguimos deixar isso claro,

sem que nenhum dos países tenha abandonado sua respectiva visão do que deve ser um Conselho de Segurança ampliado, de acordo com o estado atual das discussões sobre o assunto.

O Conselho de Segurança lida com matérias que muitas vezes dizem respeito aos interesses concretos do Brasil de maneira indireta e distante - na medida em que afetem de fato a paz e a segurança internacional. E um com vocação global plena, no qual uma questão aparentemente sem nenhum interesse direto para o Brasil, em uma remota região do globo, pode assumir o grau de prioridade máxima, igual à que assume um assunto para nós da maior importância, como a paz em Angola ou a operação de uma força de paz em Moçambique ou no Haiti.

Digo isto para refutar de uma vez por todas a alegação de que o Governo brasileiro tem como objetivo prioritário da sua política externa obter, a qualquer custo, um assento permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas. Sem dúvida, um tema importante para a diplomacia brasileira, na medida em que o Conselho tem um grande significado político. Mas a nossa abordagem do assunto se insere em uma concepção muito mais ampla da política externa e das relações internacionais, que não se subordina nem é condicionada por esse ou qualquer outro tema individual. Por isso, nossa preocupação em não fechar o leque das nossas opções, em não nos isolarmos nas nossas posições, em manter o espírito aberto.

Perspectivas do processo de reforma do Conselho de Segurança

A reforma do Conselho de Segurança tornou um rumo mais definido a partir de 1994, no bojo de uma percepção coletiva de que é urgente e necessário proceder a uma reforma ampla das Nações Unidas, para dar-lhe um novo vigor após as transformações que se operaram no sistema internacional com o fim da Guerra Fria e do bloco soviético e para resolver os graves problemas financeiros e administrativos que têm emperrado a ação da Organização considerada

por muitos países como uma estrutura pesada, onerosa e ineficiente, que se sobre-estendeu nas suas atribuições e no tamanho do seu pessoal administrativo.

Os EUA bloquearam suas contribuições, procurando assim pressionar por uma reforma que signifique ao mesmo tempo um enxugamento da Organização e a redução efetiva da contribuição norte-americana para um patamar de 20 por cento do total do orçamento regular e da cota para Operações de Paz da ONU, conforme determinação do Congresso norte-americano. A retenção dos pagamentos norte-americanos se somou à dificuldade de outros países de pagarem os seus atrasados. Anos de paralisia e desmotivação do Secretariado culminaram com o veto norte-americano à reeleição do Secretário-Geral Boutros Ghali.

Ainda assim, em 1995, quando do cinquentenário da ONU, parecia haver uma oportunidade para promover ao menos o início do processo de reformas. Mais de cem Chefes de Estado e de Governo de todo o mundo estiveram em Nova York, em outubro de 1995, para as celebrações. Nada resultou de concreto, entretanto. E a reforma do Conselho de Segurança, objeto de longuíssimas deliberações em um Grupo de Trabalho que se vem reunindo há já mais de três anos, pouco avançou, ainda que exista o sentimento bastante generalizado de que uma reforma do Conselho poderia ser ao mesmo tempo o catalisador do amplo processo de reformas há tanto esperado e a solução para o problema financeiro, na medida em que novos membros permanentes, sobretudo os industrializados, assumam parcela relativamente maior dos custos operacionais, regulares ou de Operações de Paz, das Nações Unidas.

Deixem-me brevemente colocar-lhes como vemos a questão neste momento.

Três fatos novos vieram dar um impulso revitalizador às reformas, ainda que sem criar as expectativas desmesuradas provocadas pelas celebrações do cinquentenário da ONU.

O primeiro foi a eleição do novo Secretário-Geral, o ganense Kofi Annan, um antigo funcionário com grande experiência administrativa e política - foi Diretor de Operações de Paz, o cargo mais operacional da ONU nestes anos pós-Guerra Fria - e sobretudo um Secretário-Geral que chegou com o respaldo político dos Estados Unidos, até como uma concessão depois do complicado episódio do voto à reeleição de Boutros-Ghali. Kofi Annan acaba de apresentar um projeto realista e pragmático de reforma das Nações Unidas, que reúne boas perspectivas de prosperar e tem, sobretudo, o mérito de demonstrar que a ONU passou a contar com uma nova liderança, uma liderança prática, experiente, sem arroubos de falso idealismo internacional e disposta a ser um fator que impulsiona as reformas de que a Organização tanto necessita. Isso é muito positivo.

O segundo fato tem a ver também com liderança e refere-se à determinação que o Presidente da 51^a Assembléia-Geral, o malásio Ismail Razali, demonstrou no que se refere à reforma do Conselho de Segurança. Desejoso de dar um impulso aos trabalhos do Grupo de Trabalho sobre a reforma do Conselho, Razali realizou amplas consultas e propôs um projeto flexível, mas centrado em um núcleo duro de propostas. Foi a sua maneira de tentar desbloquear um debate marcado pelo dissenso e pelo obstrucionismo determinado de alguns países e de procurar reunir os elementos básicos, senão de um improvável consenso, ao menos de uma expressiva maioria, para levar adiante o processo. Razali tem tido um grande nessa empreitada e merece o nosso reconhecimento por seu esforço.

O projeto Razali, em linhas muito gerais, prevê a reforma do Conselho de Segurança através da ampliação do número de membros permanentes – dois desenvolvidos e três em desenvolvimento - e não permanentes - algo em torno de cinco -, deixando em suspenso, por agora, a questão do voto. O projeto determina, de acordo com a Carta das Nações Unidas, que o processo de identificação dos novos membros permanentes se fará de forma

democrática, em uma segunda etapa, a partir da seleção de países por votação da Assembléia-Geral. Ou seja, primeiro se aprovará uma resolução-quadro que definirá o novo formato do Conselho de Segurança. Numa segunda etapa, decidir se os países que ocuparão os novos assentos permanentes eventualmente criados. Tudo tem que ser aprovado por uma maioria de dois terços dos membros da Assembléia-Geral, sempre com o voto concorrente dos cinco membros permanentes, que podem, portanto, exercer o seu poder de voto nas duas etapas.

O projeto não desce ainda a detalhes, mas tem a vantagem de não atribuir às regiões ou grupos a prerrogativa de propor os eventuais candidatos, evitando dessa forma o elemento de dissenso representado pela possível existência de diferentes enfoques nas regiões sobre a forma de preencher o seu eventual assento permanente. A proposta Razali está de acordo, portanto, com a lógica da reforma do Conselho, ao lhe dar uma dimensão universal.

O terceiro fato novo foi o anúncio do Governo norte-americano de que havia procedido a uma revisão da sua posição tradicional de favorecer apenas o ingresso da Alemanha e do Japão como membros permanentes - o chamado “quick fix”, que é rejeitado por uma expressiva maioria de países. Segundo essa revisão, os EUA, peça-chave na reforma do Conselho de Segurança pela singular capacidade de liderança que pode exercer, favorecem agora a ampliação do Conselho através do acréscimo da Alemanha, do Japão e de três países em desenvolvimento oriundos de cada uma das três grandes em desenvolvimento do globo - a América Latina, a serem escolhidos seja por indicação nominal, seja em bases rotativas - a posição norte-americana não especifica uma preferência. Os EUA contemplariam ainda mais um assento não-permanente, defendendo que o Conselho ampliado não ultrapasse 21 membros para que não seja afetada sua eficiência deliberativa - ou seja, sua operacionalidade.

A esses três fatos novos acresce a urgência de definir o orçamento das Nações Unidas para 1998-1999 - um exercício que será necessariamente afetado pelo eventual acréscimo de novos membros permanentes aos quais incumbirá uma parcela relativamente maior de contribuições.

Esses desenvolvimentos têm estimulado a percepção de que será possível avançar mais decisivamente na reforma do Conselho de Segurança. A prevalecer a orientação geral do projeto Razali, a reforma se daria aproximadamente nas linhas propugnadas pelo Brasil.

A posição brasileira

Qual é então, a posição brasileira?

Em primeiro lugar, devo reiterar mais uma vez que o Brasil não se encontra em campanha pela obtenção de um lugar permanente no Conselho. O Governo anterior iniciou uma campanha quando achou, com base em elementos objetivos, que o processo de reforma poderia precipitar-se no ano do cinqüentenário.

Porque desde o início ficou claro para o Governo Fernando Henrique que não seria assim e porque quisemos deliberadamente diminuir a prioridade do Conselho em benefício de outras iniciativas que nos pareciam mais importantes e prementes, baixamos o perfil brasileiro na matéria. Isso se fez com alguma dificuldade, porque ficou a percepção equivocada de que tudo o que fazíamos em política externa subordinava-se à suposta candidatura. Nada mais falso. Não fizemos campanha e não estamos fazendo campanha.

Nós temos defendido uma idéia de reforma, voltada a fortalecer o Conselho e as Nações Unidas como um todo e não a contemplar o interesse individual de um ou outro país. Queremos que o Conselho seja mais representativo da macroestrutura internacional contemporânea, como ele chegou a ser em 1945, cinqüenta e dois anos atrás. Queremos que o Conselho seja mais eficiente através de uma ação mais universalmente reconhecida como legítima em

função da representatividade dos países que ali detêm a parcela maior do poder de decisão.

Para isso, achamos que o Conselho deve ser ampliado tanto nos seus membros permanentes, de forma a contemplar não só o mundo industrializado, mas também o mundo em desenvolvimento, quanto não-permanentes, de forma a possibilitar uma participação mais freqüente dos países interessados. E repudiamos toda discriminação na atribuição ou preenchimento desses novos assentos. Não podemos aceitar a criação de uma terceira ou quarta categoria de membros, que enfraqueça ou desvalorize a participação do mundo em desenvolvimento no Conselho ampliado. É um ponto de honra para nós.

Por isso, inclusive, temos sido contrários a quaisquer outras fórmulas que não seja a da criação de novos assentos permanentes idênticos aos já existentes, a serem preenchidos de forma idêntica, ou seja, pelo peso específico e pela projeção internacional dos países que aspirem a esses assentos. E a aferição desse peso deve caber à comunidade internacional como um todo, reunida na Assembléia-Geral da ONU.

Isso quer dizer que somos contra fórmulas alternativas, como a criação de membros semi-permanentes ou qualquer coisa que represente o reconhecimento de um status diminuído para a nossa região ou para os países em desenvolvimento em geral, a menos que essas fórmulas fossem aplicadas universalmente, ou seja, por decisão da comunidade internacional.

De toda forma e independente de qual seja a decisão, ela terá de ser adotada por uma maioria de dois terços da Assembléia-Geral, com o voto concorrente dos cinco atuais membros permanentes, e nós aceitaremos tranquilamente qualquer decisão da comunidade internacional sobre a matéria. Não atuamos em função de hipóteses. De acordo com a evolução do assunto, vamos calibrando nossa posição, sem nunca perder de vista o interesse nacional.

Esse é, aliás, outro ponto importante. Nós

achamos que, se o Conselho de Segurança for ampliado, em linhas gerais, nos moldes que favorecemos, o Brasil poderia ser chamado a exercer as responsabilidades de membro permanente. Seria natural que assim ocorresse. Seria prestigioso para o país. Seria o reconhecimento de um progresso considerável na inserção e na ação externa do Brasil. E seria algo que reforçaria a nossa interlocução com o mundo inteiro.

Por isso, reitero aqui nossa posição: não nos furtaremos a exercer as responsabilidades inerentes à condição de membro permanente do Conselho de Segurança se formos chamados a isso, mas não subordinaremos a nossa política externa a esse objetivo, nem deixaremos que ele afete adversamente as prioridades da nossa ação internacional. Não deixaremos de defender os interesses do Brasil no Conselho de Segurança, e lutaremos para que a nossa região esteja ali plenamente representada. Não abriremos mão do que é natural, objetivo e universalmente reconhecido: que se uma vaga permanente tiver de ser preenchida por um país latino-americano, o Brasil conta com credenciais objetivas e amplamente reconhecidas que o habilitam legitimamente a apresentar-se ou ser apresentado para essa função.

Mas é preciso ter presente que uma participação mais intensa do Brasil nas Nações Unidas engajaria a nossa responsabilidade e oneraria a nossa contribuição financeira.

Cabe-me, na qualidade de titular da diplomacia brasileira, chamar a atenção para a necessidade de um debate amplo sobre as responsabilidades concretas que nos incumbirão ao eventualmente virmos a pertencer ao Conselho na condição de membro permanente, já que, além do financeiro, essa condição implica, se não a obrigatoriedade, a disposição de participar mais ativamente em operações de paz e o imperativo de termos preparo e disponibilidade militar para fazê-lo de forma ágil.

Por ao falar da necessidade desse debate,

quero insistir em um ponto que para a diplomacia brasileira é fundamental: essa não é e não pode tornar-se uma questão partidária ou de política interna, nem um objetivo ou um alvo de manifestações de natureza eleitoral. Estamos falando de um interesse permanente do Brasil. Nossa atitude, nossas decisões, terão consequências duradouras para o país. Não devem, portanto, ser fruto de um cálculo alheio à política externa.

Os desenvolvimentos mais recentes na nossa região

A reunião do Grupo do Rio, em Assunção, acabou sendo galvanizada pela questão do Conselho de Segurança em razão das declarações do Presidente Menem de que a Argentina não favorece o ingresso exclusivo do Brasil porque isso afetaria o equilíbrio regional.

A imprensa registrou com amplitude a reação brasileira a essas declarações e não desejo aqui insistir em nossas colocações, que foram compreendidas e aceitas pela parte Argentina. Nosso interesse principal na questão foi resguardado: não queremos que o assunto afete adversamente as relações com a Argentina nem a coesão do Mercosul.

Não queremos que se instrumentalizem esse e outros temas para criar a ciúme entre parceiros especiais, nem para introduzir falsos elementos de barganha que jamais aceitariam.

Deixem-me dizer-lhes que não se chegou a uma posição de consenso na Cúpula do Grupo do Rio em Assunção ou entre o Brasil e a Argentina principalmente porque esse nunca foi o objetivo da reunião. Tampouco foi objetivo brasileiro angariar apoios ou obter definições que lhe fossem favoráveis. Esse não é um assunto que se vá resolver no das relações entre o Brasil e a Argentina ou do Grupo do Rio, nem mesmo da região como um todo. Além disso, não estando o assunto suficientemente definido em relação à fórmula que fará a eventual ampliação do Conselho de Segurança, natural que muitos países prefiram resguardar a sua posição por agora. Por

isso, insisto, não buscamos apoios explícitos nem fomos a Assunção atrás de endossos.

Fora disso, o tema não está maduro para consideração ou especulações de caráter regional, mesmo porque a essência do processo é global. Não se sabe ao certo se haverá uma decisão final em Nova York proximamente e, embora minoritária, existe uma corrente obstrucionista tentando adiar a reforma e neutralizar os três fatores novos que eu assinalei mais acima. Qual tendência vai prevalecer, não é possível ainda dizer com segurança.

Quero reiterar, contudo, que não estamos participando do exercício de discussão da reforma para defender um interesse de prestígio individual do Brasil ou para tentar obter uma reforma a qualquer custo. Vamos continuar trabalhando em favor de uma idéia de reforma do Conselho que sirva aos propósitos de fortalecer as Nações Unidas. E vamos continuar tendo uma atitude aberta e construtiva a respeito.

Conclusões

Quero concluir reiterando a minha confiança em que os acontecimentos da semana passada foram positivos no sentido de terem permitido explicações necessárias entre o Brasil e a Argentina e de terem chamado a atenção da opinião pública e do Congresso para as reais dimensões do tema.

Insisto em que não desejamos ver nesses desenvolvimentos recentes na América Latina um grande complô internacional destinado a abrir brechas nas relações de confiança que existem na América do Sul e na coesão do Mercosul e seus associados. Qualquer esforço nesse sentido nos parece, hoje, um exercício inútil.

Nenhum analista objetivo acharia que o levantamento de um embargo para todos os efeitos

neutralizado pela ação de outros fornecedores de armas, ou a atribuição de um status mais que nada simbólico à Argentina seriam capazes de desmontar o trabalho de construção de confiança que nossos países desenvolvem há mais de uma década, com base em gestos concretos e decisivos, ou de enfraquecer a base real da relação entre os países da nossa região e principalmente no interior do Mercosul.

Não vamos ficar prisioneiros desses episódios. A capacidade de fazer história está precisamente em olhar para frente. Temos diante de nós tarefas muito concretas a realizar no plano das relações com a Argentina, na consolidação e expansão vertical e horizontal do Mercosul, nas negociações da ALCA e em inúmeros outros temas e cenários que afetam muito diretamente a vida de consumidores, trabalhadores e agentes econômicos brasileiros.

Quanto ao Conselho de Segurança, devo reiterar que o assunto não se reveste de nenhuma pressa ou angústia especial para nós. O processo tem o seu ritmo, a decisão será tomada por um corpo formado por mais de 180 países e nós não vamos fazer dessa uma questão de vida ou morte simplesmente porque não se trata de uma questão de vida ou morte para nós. Estamos atentos à sua evolução e não descuidaremos do nosso interesse, que é, antes de mais nada, participar construtivamente do processo de reforma e oferecer a nossa contribuição onde e como ela for mais para nós, para a nossa região e para a comunidade internacional.

É isso o que, em suma, queria transmitir-lhes sobre os temas que me foram propostos. Estou agora à inteira disposição de Vossas Excelências para quaisquer questões ou esclarecimentos adicionais.

Muito obrigado.

Jantar de gala oferecido ao Presidente da República do Líbano, Senhor Elias Hraoui

*Discurso do Senhor Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, no jantar de gala oferecido ao Presidente da República do Líbano, Senhor Elias Hraoui.
Brasília, 2 de setembro de 1997*

É uma honra para o Governo e o povo brasileiros ar as boas-vindas ao Presidente do Líbano nesta sua visita de Estado ao Brasil. Nós o acolhemos como líder de um povo irmão, que tem em nosso país um segundo lar.

A presença de Vossa Excelência entre nós reveste-se de um significado muito especial. Ela fala da extraordinária amizade entre duas nações afastadas pela geografia, mas unidas pelos laços profundos das relações humanas e do afeto entre povos que só a imigração é capaz de criar.

Nos mais diversos pontos do Brasil, Vossa Excelência poderá confirmar o carinho que os brasileiros das mais variadas etnias, credos e raízes culturais guardam pelo povo libanês.

É natural que seja assim. Afinal, o Brasil deve muito à sua comunidade libanesa, a mais numerosa em todo o mundo.

É nosso o privilégio de abrigar tantos descendentes de libaneses que, com talento e dedicação, ajudaram na construção deste grande país. Em todos os campos – no comércio, na indústria, na cultura e na política - a presença libanesa tem-se traduzido em progresso e bem-estar para o povo brasileiro. Somos agradecidos aos nossos amigos libaneses.

Hoje, um novo fenômeno nas relações entre nossos países é motivo de justificado orgulho para

todos no Brasil: a presença de um grande contingente de brasileiros que retornaram ao Líbano para participar da tarefa de reconstrução de seu país de origem. Assim reforçamos o elo humano entre nós.

Ao prestar-lhe esta homenagem, na presença de tantos ilustres brasileiros ligados ao Líbano, quero renovar o reconhecimento pelo papel insubstituível da comunidade libanesa na formação da nacionalidade brasileira.

Senhor Presidente,

Temos acompanhado com admiração e interesse o esforço de reconstrução nacional e de reinserção do Líbano nas relações internacionais.

Temos sido testemunhas da saga de um povo corajoso e consciente de que a promessa de um futuro de paz e liberdade requer, mais do que tudo, a capacidade de superar diferenças na busca de um verdadeiro progresso material e espiritual.

O Líbano pode ser o exemplo para sua região e para o mundo, ao mostrar, como vem fazendo, que a verdadeira paz deve erguer-se sobre a tolerância e a concórdia. Que não pode haver felicidade baseada no sofrimento de outros. Que não pode haver liberdade sem o reconhecimento dos direitos de todos, independentemente de qualquer distinção de raça ou credo. Esse valor da diversidade e da tolerância está inscrito em nossa própria experiência com nação de

muitas origens.

O Brasil não quer ser um mero observador nessa grande obra de coragem do povo libanês.

Queremos contribuir. Com a força da nossa amizade para que o Líbano volte a viver em paz e em prosperidade, para que possa ser novamente um pólo de irradiação de cultura e comércio, um ponto de interseção de civilizações e uma fronteira aberta entre o Ocidente e o Oriente.

Para estar à altura desse desafio, para dar expressão a essa amizade entre dois povos que formam uma imensa família, o Brasil está dedicado à renovação de sua parceria com o Líbano. Essa tem sido uma diretriz básica da nossa diplomacia.

Foi justamente para levar uma palavra de solidariedade e amizade fraterna do povo brasileiro que fiz questão de enviar o Chanceler Luiz Felipe Lampreia ao Líbano em fevereiro de 1996.

Aquela visita representou a consolidação de um novo patamar em nossas relações, cujo impulso decisivo do lado libanês foi dado pelas visitas ao Brasil do Primeiro-Ministro Rafic Hariri, em 1995, e do Presidente da Assembléia Legislativa Libanesa, Nabih Berri, no ano passado. Uma agenda comum de visitas que reflete a vontade política dos dois Governos de aprofundar as relações tão especiais que existem entre o Brasil e o Líbano.

Há pouco mais de um mês, o Presidente da Câmara dos Deputados, o meu amigo Deputado Michel Temer, um dos mais destacados homens públicos brasileiros, liderou uma expressiva missão parlamentar ao Líbano. Vamos dessa forma fortalecendo uma relação que transcende em muito a esfera do executivo e que cada vez mais engaja os agentes políticos e econômicos brasileiros, sobretudo os de origem libanesa, no processo de reconstrução em curso no Líbano.

Enviamos uma delegação de alto nível à reunião dos Amigos do Líbano, realizada em Washington no ano passado, e estamos trabalhando para materializar uma cooperação que se insira com proveito nos esforços do Governo libanês. Faremos

tudo o que estiver ao nosso alcance para estender a nossa colaboração ao Líbano.

Estamos plenamente conscientes de que o desenvolvimento econômico e social no Líbano passa necessariamente pelo caminho da paz.

Por isso o Brasil tem levado sua voz a todas as tribunas internacionais em favor da aplicação da resolução 425 do Conselho de Segurança das Nações Unidas. O Governo brasileiro reitera - e o faço agora de forma solene diante de Vossa Excelência - o seu apoio irrestrito aos legítimos anseios do povo libanês de soberania e independência nacional.

Esperamos que o Líbano, livre de interferências, possa consolidar seu processo de reconciliação nacional e voltar a desempenhar plenamente o papel que lhe cabe nos cenários regional e internacional como ponte entre o Ocidente, de um lado, e a Ásia e o mundo árabe do outro.

Mas o Líbano dificilmente encontrará o caminho da paz enquanto o Oriente Médio estiver sob o manto do conflito e da intolerância. Por isso o Brasil tem buscado apoiar, naquilo que está ao seu alcance, o processo de paz.

Temos defendido o fiel cumprimento das resoluções 242 e 338 do Conselho de Segurança e dos princípios estabelecidos na Conferência de Madri e nos Acordos de Oslo, que juntos formam a base de uma paz justa, abrangente e duradoura para todos os povos e Estados da região.

Continuaremos a atuar decididamente em todos os foros e junto a todos os nossos interlocutores, em prol da paz no Oriente Médio. Em paz, o Oriente Médio será uma região de progresso, riqueza e bem-estar para todos os seus habitantes e um pólo de atração para todo o mundo.

É minha intenção ir pessoalmente, no próximo ano, levar essas mensagens ao povo e ao Governo do Líbano, atendendo ao convite que me foi gentilmente estendido por Vossa Excelência.

Senhor Presidente,

Com sua visita, damos mais um passo na jornada comum de nossos países e de nossos povos. Olhemos para frente com confiança, seguros de que estaremos juntos na busca de um futuro de paz e prosperidade para libaneses e brasileiros.

É com esse espírito que peço a todos que se

juntam a mim em um brinde ao valor e à grandeza do povo libanês, ao êxito de seus esforços pela paz, consolidação dessa grande família brasileiro-libanesa a que pertencemos todos e à saúde e felicidade pessoal de nossos amigos o Presidente Elias Hraoui e Senhora Mouna Hraoui.

Muito obrigado.

52^a Sessão da Assembléia Geral das Nações Unidas

Discurso do Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Luiz Felipe Lampreia, na abertura da 52^a Sessão da Assembléia Geral das Nações Unidas. Nova York, 22 de setembro de 1997

Introdução

Senhor Presidente,

Em nome da delegação brasileira, quero congratulá-lo pela sua eleição para presidir os trabalhos da 52^a Sessão da Assembléia Geral das Nações Unidas. O Brasil tem uma importante e operosa comunidade de origem ucraniana. Por isso, nós, brasileiros, nos sentimos felizes em ver esta Sessão ser presidida por um ilustre filho da Ucrânia, um país do qual se espera uma importante contribuição causa da paz e da segurança internacionais.

Quero saudar o Representante Permanente da Malásia, Embaixador Ismail Razali, pela condução dos trabalhos da 51^a Sessão. A dinâmica presidência do Embaixador Razali permitiu a concepção de uma proposta imaginativa e abrangente, a partir de amplas consultas, para que possamos avançar na reforma do Conselho de Segurança.

Também tenho a satisfação de cumprimentar o nosso novo Secretário-Geral, Senhor Kofi Annan, escolhido para exercer um mandato que estará marcado pelos desafios políticos e administrativos da modernização. O Secretário-Geral tem correspondido às expectativas que a sua eleição justificadamente gerou na comunidade internacional, em um momento difícil da vida da nossa Organização.

Acolhemos como sinal de renovada vitalidade das Nações Unidas as propostas de reforma e fortalecimento institucional apresentadas pelo Secretário-Geral. Essas propostas e a contribuição do Embaixador Razali certamente concentrarão as atenções da Assembléia Geral e nas consultas paralelas e contribuirão para consolidar um novo espírito que deve inspirar a nossa Organização.

Importância da liderança

Senhor Presidente,

Esse novo espírito se chama liderança: a mesma força que desde sempre tem sido capaz de fazer história, de alterar o curso dos acontecimentos dentro dos países e no plano internacional, de apontar caminhos, de dar esperança aos povos - de ver movimento onde outros enxergam apenas inércia ou paralisia.

O Embaixador Razali e o Secretário-Geral reviveram o espírito de liderança dos criadores das Nações Unidas, marcado pelo idealismo nos objetivos e pelo pragmatismo nas formas de atuar.

Foi também a liderança de homens como Dag Hammarskjold ou como o brasileiro Osvaldo Aranha, por duas vezes Presidente desta Assembléia Geral, que permitiu muitos dos momentos em que as Nações Unidas tiveram uma atuação decisiva como fator de transformação nas relações internacionais.

Graças a essas manifestações de liderança, o mundo pôde contar com um foro sem paralelo na história, um palco de negociações e uma força política em favor da paz e a segurança internacionais. Se nem sempre as Nações Unidas foram capazes de impedir ou deter os conflitos, elas certamente reduziram em muito o seu número e evitaram que as suas consequências fossem maiores.

Por isso, as Nações Unidas se fixaram na percepção da opinião pública mundial como uma referência obrigatória, um sinal de esperança, uma força moral.

Nós estamos vendo hoje renascer a liderança nas Nações Unidas, sentindo os seus efeitos, testemunhando uma alteração notável no espírito e no ânimo da Organização. Há mais otimismo. Há mais motivação entre os delegados e funcionários.

Há mais expectativas da parte de um grande número de governos.

Uma nova atmosfera de esperança envolve as Nações Unidas.

É um fenômeno que temos de incentivar e explorar - um fenômeno cujas perspectivas devemos transmitir à opinião pública, para fazer renascer com força a confiança da comunidade internacional na nossa Organização.

Fatores positivos por trás da agenda

Senhor Presidente,

A agenda da 52^a. Sessão é vasta e revela a continuada complexidade e os numerosos conflitos de interesse que animam as relações internacionais em nossos dias.

Uma nova dinâmica internacional combina três impulsos positivos: os projetos de modernização e abertura política e econômica da maioria dos países; a integração econômica nos diferentes planos regionais, com seus inúmeros benefícios políticos e de segurança; e o fenômeno da internacionalização da economia, no plano global.

São movimentos que tendem a gerar, a incentivar e a consolidar a paz e a segurança internacionais, porque se baseiam na confiança e na

concórdia para prosperar e produzir os resultados materiais e espirituais almejados pelos que neles estão engajados.

A integração econômica é cada vez mais a grande promotora e garante da paz, da segurança, da estabilidade e da cooperação internacional, e também por isso deve ser valorizada e incentivada.

Porque produz tantos benefícios políticos e econômicos, a integração é hoje a grande marca da realidade sul-americana, uma consequência da democracia e da liberdade econômica. O MERCOSUL, esse novo e poderoso impulso de desenvolvimento na região, constitui um exemplo da importância da integração.

Inviabilidade de uma corrida armamentista na América Latina

Plenamente democrática, em acelerada e dinâmica integração, a América do Sul tem um reduzido potencial de conflito. Com os mais baixos orçamentos militares do mundo, a nossa região vem aplicando políticas econômicas que implicam um estrito controle dos gastos orçamentários.

Nossas prioridades são a estabilidade e o desenvolvimento.

As compras de armamentos militares são plenamente compatíveis com as necessidades de defesa dos países latino-americanos e se destinam basicamente reposição de equipamento obsoleto ou desgastado.

Medidas recentemente anunciadas no estratégico-militar não alterarão esses parâmetros fundamentais. Os interesses concretos que unem os países da América do Sul - o comércio, os investimentos, a projeção internacional que ganhamos com o MERCOSUL e a crescente integração regional – são um fator inabalável de união e coesão.

Importância de privilegiar o combate ao tráfico de armas

Não há na América Latina qualquer potencial de desestabilização militar. Não existe o perigo de uma corrida armamentista na região porque não

existem condições políticas, econômicas ou estratégicas para isso. Assim, não se justifica uma iniciativa regional de autolimitação de armas convencionais. Seria o equivalente a defender o desarmamento dos desarmados.

Nossa preocupação deve ser o combate ao tráfico de armas, que sustenta a força do crime organizado e do narcotráfico. Esse sim é um problema grave que ajuda a perpetuar um vetor de desestabilização que também a nossa região infelizmente tem tido de enfrentar.

Só a ação determinada e coordenada da comunidade internacional, com medidas mais estritas de controle da fabricação e venda de armas a particulares, poderá coibir e mesmo suprimir o tráfico que sustenta o crime e leva à violência, ao medo e à desesperança. O Brasil faz uma exortação veemente a todos os países do mundo e particularmente aos do seu Hemisfério para que intensifiquem a cooperação no combate ao tráfico de armas.

Avanços na do desarmamento nuclear e minas terrestres

Senhor Presidente,

Temos tido bons avanços em áreas de grande preocupação e crescente visibilidade, como o desarmamento e muito especialmente os esforços pela eliminação de minas terrestres anti-pessoal, que têm mobilizado cada vez mais a comunidade internacional.

Por isso contamos hoje com o Tratado de Proscrição Total de Testes Nucleares - CTBT e a disposição da imensa maioria de assumir compromissos firmes, expressos na Conferência de Oslo sobre Minas Terrestres Anti-Pessoal.

Nessas duas áreas, o Brasil vem procurando somar seus esforços aos da comunidade internacional.

TNP

Esse foi o sentido da decisão do Presidente Fernando Henrique Cardoso de submeter o Tratado de Não-Proliferação – TNP à aprovação do

Congresso Nacional. O Brasil pode dar uma contribuição adicional para o desarmamento nuclear, participando construtivamente das discussões que a prorrogação indefinida do TNP proporcionará, no desse que é o mais universal dos Tratados de desarmamento.

Minas terrestres anti-pessoal.

Esse também é o sentido do trabalho que temos realizado no âmbito da Conferência de Oslo sobre Minas Terrestres e do Processo de Ottawa. O Brasil apóia com firmeza a proscrição das minas anti-pessoal em todos os tipos de conflito.

A comunidade internacional deve engajar-se na ajuda aos países mais pobres e devastados pela guerra, que sofrem os efeitos perversos e prolongados das minas semeadas em seus territórios.

O Brasil quer que a proscrição das minas terrestres anti-pessoal e a desminagem se traduzam em compromissos efetivos de toda a comunidade internacional.

Essa é uma questão de observância dos mais elementares princípios do direito humanitário. Por isso, esperamos que a Convenção internacional aprovada em Oslo, que consagra importantes compromissos nessa área tenha aceitação universal.

Tendências negativas por trás da agenda

Essas tendências positivas poderiam criar a impressão de que as Nações Unidas são hoje menos necessárias do que há dez, vinte ou cinqüenta anos. Essa é uma falsa impressão.

Porque, ao lado do que é positivo, encontramos também a continuada presença de fatores de desagregação. Alguns deles, infelizmente, são subprodutos das novas tendências mundiais – a marginalização dentro das nações e entre elas, a transnacionalização do crime e os conflitos de interesses que se canalizam para a violência, para a ameaça ou o uso da força.

Terrorismo

A persistência e a prepotência do terrorismo

continuam a ser uma das mais sérias ameaças à paz e ao desenvolvimento internacionais, gerando desespero e sofrimento.

No Oriente Médio, o terrorismo e a intolerância ameaçam o futuro de um processo de paz promissor, que já mostrava benefícios para os povos da região. Em outros países, inclusive na América Latina, atos terroristas revelam a existência de grupos que insistem em práticas incompatíveis com os valores da civilização e da dignidade humana.

Precisamos ser incansáveis na condenação daqueles que recorrem à violência covarde para avançar seus propósitos obscuros, desprovidos de toda ética. O Brasil enfático ao expressar sua repulsa a essas práticas e exorta a comunidade internacional a não medir esforços para condenar e combater o terrorismo, qualquer que seja a forma em que se dê ou os motivos que invoque.

Ressurgimento de conflitos

Conflitos que pareciam definitivamente superados, graças ao espírito de entendimento promovido por uma ação construtiva das Nações Unidas, ainda mostram sinais de resistência, exigindo a continuada vigilância e o engajamento da comunidade internacional.

O caso de Angola

Angola é um caso exemplar. Uma história de esperança e promessa não pode ser continuamente rompida pelos fatores que já levaram tanta destruição e tanto sofrimento a um povo valoroso, ao qual nós brasileiros nos sentimos intimamente ligados.

Angola é hoje uma prova decisiva para as Nações Unidas. Não podemos aceitar sequer a possibilidade de um retrocesso. Por isso, o Brasil, no exercício da presidência da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, exorta a comunidade internacional e particularmente os países que integram o Conselho de Segurança a exercer uma vigilância atenta e severa sobre o processo de paz em Angola. Temos de contribuir para que o povo angolano retome

o seu desenvolvimento em um marco de democracia e pluralismo.

A importância da atuação continuada das Nações Unidas

Senhor Presidente,

As Nações Unidas têm um papel insubstituível nesse mundo que continua a mesclar forças de agregação e cooperação com forças da violência, da ruptura e da agressão. Mas, pela inação, pela incapacidade de gerar consensos, pelo obstrucionismo, pela excessiva politização de muitos temas, temos permitido que as Nações Unidas percam a sua força como instrumento da paz e da concórdia universais e promotoras da cooperação e do desenvolvimento.

Temos de reagir a essa situação. Temos de retomar, em todos os âmbitos a noção cardeal de liderança.

A reforma das Nações Unidas e as propostas do Secretário-Geral

Os anos revelaram que a reforma das Nações Unidas tornou-se inadiável. Não podemos mais perder de vista as grandes questões institucionais, nem dissipar energias preciosas.

Foi muito oportuna a circulação do relatório do Secretário-Geral, intitulado Nações Unidas: um Programa de Reforma, que o Governo brasileiro recebe com agrado e entusiasmo.

A força da nossa Organização deriva da sua universalidade e da natureza abrangente do seu mandato.

As Nações Unidas não podem perder-se em tarefas cuja execução melhor caberia a outros Organismos Internacionais ou agências especializadas.

Não podemos ser prisioneiros da inércia, nem condicionar uma parte do nosso debate à irrelevância. É urgente que a Assembléia Geral evolua para uma agenda mais concentrada naquilo que é fundamental para assegurar um papel de relevo para as Nações

Unidas nas relações internacionais.

Para que façam uma diferença, para que exerçam liderança efetiva no complexo mundo de hoje, é imperativo que as Nações Unidas recuperem o sentido original da Carta, concentrando-se nas suas missões essenciais: a manutenção da paz e da segurança internacionais, a promoção da justiça e do direito internacional, a cooperação para o desenvolvimento sustentável, a proteção dos direitos humanos e a prestação de assistência humanitária.

Os Estados Membros devem criar condições políticas para uma atuação eficaz das Nações Unidas e assumir o compromisso de estabelecer prioridades e eliminar o supérfluo. Só assim a Organização inteira – e não apenas o Secretariado – poderá se concentrar em suas tarefas fundamentais.

As idéias que nos oferece o Secretário-Geral, assumindo o papel de liderança que dele se espera, devem ser discutidas objetivamente por todos os Estados-Membros. O Brasil assume aqui o compromisso de trabalhar da forma construtiva com o Senhor Kofi Annan para que suas propostas prosperem em benefício da nossa Organização.

A reforma do Conselho de Segurança

Senhor Presidente,

O Brasil acompanha com interesse e espírito aberto e construtivo o debate sobre a reforma do Conselho de Segurança, porque acredita que o bom encaminhamento dessa questão é central na reforma da Organização.

Posição brasileira

Nós temos defendido uma idéia de reforma, voltada a fortalecer o Conselho e as Nações Unidas como um todo e não a contemplar o interesse individual de um ou outro país. Queremos que o Conselho seja mais representativo das realidades internacionais contemporâneas, como foi no início.

Para isso, o Conselho deve ser ampliado tanto nos seus membros permanentes, para contemplar o mundo industrializado e o mundo em

desenvolvimento, quanto não-permanentes, para dar uma participação mais freqüente aos países interessados.

Repudiamos toda discriminação na concepção ou preenchimento desses novos assentos. Não devemos criar uma terceira ou uma quarta categoria de membros, porque isso enfraqueceria ou desvalorizaria a participação do mundo em desenvolvimento e da América Latina em particular no processo de reforma ou no futuro Conselho ampliado.

Sempre dissemos que a identificação dos novos membros permanentes deve ser um exercício de realismo e de pragmatismo, a partir de um processo democrático de seleção que, sem prescindir do apoio regional, conduza a uma representação legítima e universalmente reconhecida.

O Brasil, através do Presidente Fernando Henrique Cardoso, já se manifestou pronto a aceitar as responsabilidades decorrentes da condição de membro permanente do Conselho de Segurança, se a isso for chamado pela comunidade internacional.

Nesse caso, o Brasil está determinado a desempenhar a função de membro permanente em representação da América Latina e do Caribe. Queremos que a nossa região não apenas esteja presente no Conselho de Segurança em caráter permanente, mas que, através de uma ampla coordenação e consulta, sua voz tenha ainda maior amplitude.

Projeto Razali

O Governo brasileiro vê com satisfação que caminhamos para a construção, senão de um consenso, ao menos de uma expressiva maioria em favor de algumas noções básicas para reformar o Conselho de Segurança. A principal delas é a ampliação do número de membros permanentes de forma a contemplar o mundo em desenvolvimento.

A proposta do Embaixador Razali, que continua sendo discutido no âmbito do Grupo de Trabalho, é base firme para um processo negociador

que leve a uma decisão da Assembléia Geral. O Embaixador Razali nos permitiu resgatar o ideal de uma reforma do Conselho voltada a fortalecer a Organização como um todo.

Estamos convencidos de que a prioridade agora é definir o formato ideal de um Conselho de Segurança ampliado. É o que deve concentrar a nossa atenção.

Conclusão: exortação pela reforma e fortalecimento das Nações Unidas

Senhor Presidente,

A comunidade internacional precisa das Nações Unidas fortes, eficientes, presentes. Não podemos prescindir de um organismo político da universalidade e da força moral que só as Nações Unidas souberam conquistar na história da humanidade.

O foco central desta Sessão deve ser a determinação de dar às Nações Unidas condições para que ela seja um instrumento eficaz na promoção da paz e da segurança internacionais.

O mesmo espírito de liderança demonstrado

pelo Secretário-Geral e pelo Embaixador Razali tem orientado muitas delegações. É visível uma nova disposição de diversos países-membros de dar uma contribuição construtiva ao processo de reforma do Conselho de Segurança e também às demais reformas.

Criou-se agora um novo impulso negociador. Temos liderança e projetos mais definidos e claros. É preciso aproveitar essa oportunidade talvez na história das Nações Unidas. Não podemos perder este momento. Reforma tornou-se, mais do que um conceito-chave, uma palavra de ordem nas Nações Unidas em 1997.

Vamos realizá-la, com o sentido de “veemente urgência do agora” a que se referia o Doutor Martin Luther King, uma figura-símbolo da liderança política e das forças de transformação do século XX. “Este não é o momento”, dizia King no seu mais famoso discurso, “de embarcarmos no luxo da desmobilização ou de tomar o tranqüilizante do gradualismo. Agora é o momento...”. Vamos fazê-lo.

Muito obrigado.

Encontro empresarial Brasil-Alemanha

*"Os avanços recentes e o futuro do Mercosul".
Apresentação realizada no encontro empresarial Brasil-Alemanha. Rio de janeiro, 15 de setembro de 1997*

Os avanços recentes e o futuro do MERCOSUL

É uma grande satisfação voltar a participar, em nome do Governo brasileiro, dos trabalhos do Encontro Empresarial. Este foro, que se reúne a cada ano sob a eficiente coordenação da CNI e da Federação Alemã das Indústrias, já constitui ponto de referência da mais alta expressão no quadro das relações entre o Brasil e a Alemanha. Na ação concreta dos agentes econômicos, encontramos, cada vez mais, uma resposta positiva aos desafios da construção do relacionamento entre nossos países.

O Mercosul assume, entre as diversas iniciativas de integração de que o Brasil participa, a condição de prioridade em nossa política econômico-comercial. Seu sucesso revelou-se tanto pela velocidade de sua implementação como pela dimensão dos resultados alcançados. Apesar da exigüidade do seu tempo de gestação, o Mercosul constituiu-se no eixo mais avançado da integração sul-americana, seja pelas conquistas institucionais e pela ousadia das metas de liberalização, seja pelo aumento do volume de comércio e de investimentos entre seus países membros.

Antes de mais nada, o Mercosul é um instrumento de dinamização econômica, pela abertura de novos e significativos mercados para as exportações de bens, serviços e capitais dos países que o integram. A Argentina, por exemplo, tornou-se o segundo maior parceiro comercial individual do Brasil, num intercâmbio bilateral que passou de US\$

2 bilhões em 1990 para cerca de US\$ 12 bilhões em 1996. Ao mesmo tempo, o comércio com Paraguai e Uruguai cresceu de maneira expressiva: em 1996, enquanto o intercâmbio total com o Uruguai se aproximou dos US\$ 2 bilhões, as exportações brasileiras para o mercado paraguaio foram superiores a nossas vendas para parceiros tradicionais, como Reino Unido e Espanha. O resultado é que o comércio intra-Mercosul aumentou de US\$ 4,1 bilhões em 1991 para cerca de US\$ 16 bilhões em 1996. Já representaria, portanto, cerca de 40% do comércio intra-latino-americano, dados tanto mais impressionantes quando se tem em conta que o comércio dos países do Mercosul com os demais países da América Latina também é bastante significativo.

Além de expressivas no montante, as trocas entre os parceiros do Mercosul passaram a cobrir uma pauta de produtos altamente diversificada, demonstrando o elevado grau de complementaridade entre as economias, num mercado regional de mais de 200 milhões de habitantes, com um Produto Interno Bruto de aproximadamente US\$ 1 trilhão de dólares. Não surpreende que seja justamente para os países do Mercosul que as exportações brasileiras estejam crescendo a taxas mais elevadas, em particular no comércio de bens de maior valor agregado, que enfrentam maior protecionismo e competição mais acirrada em outros mercados.

Passados seis anos desde o lançamento de

suas bases, com a assinatura do Tratado de Assunção, em 1991, o Mercosul inicia uma fase nova em sua bem sucedida história de aproximação entre Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai. Com a superação do chamado período de transição, de 1991 a 1994, e da etapa de consolidação da União Aduaneira, iniciada em janeiro de 1995, abrem-se outras frentes de integração entre os quatro países, os quais têm trabalhado intensamente na busca de convergência em temas não apenas comerciais e econômicos, mas também políticos e culturais. O Mercosul resulta de um processo de interação progressiva, no qual a superação de cada etapa aumenta a interdependência entre os quatro países e cria condições econômicas e motivações políticas para novas iniciativas de aproximação.

O período que ora se inicia apresenta dois desafios fundamentais. O primeiro “aprofundamento” propriamente dito do Mercosul, por meio da assinatura de acordos nas diversas em negociação e da observância do cronograma de implementação da união aduaneira. O segundo é a ampliação do relacionamento externo, em especial com os demais parceiros da América do Sul, mediante a celebração de acordos de associação.

Estes objetivos de aprofundamento intra-Mercosul e de ampliação extra-Mercosul não se excluem, antes são complementares. Quanto mais integrados do ponto de vista econômico-comercial, político, social e cultural, mais os quatro países serão capazes de lograr uma inserção proveitosa na América do Sul em particular e no cenário econômico e político internacional em geral. A integração é fim e meio: representa condições mais favoráveis de desenvolvimento e de relacionamento harmonioso entre os quatro, ao mesmo tempo em que os habilita a melhor aproveitar as oportunidades, e a evitar os riscos, de uma economia internacional aberta e em crescente transformação.

Os desdobramentos recentes das negociações do Mercosul encerram avanços em ambas as vertentes.

Quanto à intensificação do processo de integração interna, foram assinados, no ano, acordos da maior importância, seja para a consolidação da união aduaneira, seja para o aprofundamento da integração para além de seus aspectos puramente comerciais. Celebraram-se, por exemplo, o Protocolo de Defesa da Concorrência, que regula as questões de cartelização e formação de preços; o Regulamento Comum de Medidas de Salvaguarda, que disciplina a aplicação de salvaguardas comerciais; e o acordo de transporte aéreo regional, que visa a tornar mais fácil e rápida a comunicação entre cidades de porto médio dos quatro países, mais Chile e Bolívia. Estão sendo negociados, ainda, acordos sobre serviços, investimentos, propriedade intelectual, regimes especiais de importação e compras governamentais.

Dentro do espírito reafirmado pelo Brasil e seus parceiros no Mercosul de que a integração deve avançar também em seus aspectos sociais e culturais, foram assinados, no ano, o Acordo de Integração Cultural, que prevê projetos e programas conjuntos de divulgação cultural do Mercosul em terceiros países, e os Protocolos de integração Educacional, que permitem a formação de recursos humanos em nível de pós-graduação.

A crescente ampliação da agenda do Mercosul, que passa a abranger diversas atividades, como educação, cultura e previdência social, são os sinais mais evidentes de que a integração não é um projeto de governos, mas sim das sociedades. A constituição do Foro Consultivo Econômico-Social do Mercosul, que reúne representantes sindicais, empresariais e de defesa do consumidor dos quatro países, veio reafirmar o propósito de que, sem a participação dos mais diversos segmentos sociais, o processo de integração perderá legitimidade e força. O Mercosul foi criado e avança inspirado na convicção de que a integração como instrumento para o desenvolvimento e a cooperação regional somente terá sucesso se contar com a vigilância e o apoio de toda a sociedade.

Com respeito à segunda vertente de atuação do Mercosul, a que se refere ao relacionamento com terceiros países, a assinatura dos acordos de associação com o Chile e a Bolívia, no ano passado, marcaram o início da ampliação da parceria entre o Mercosul e seus vizinhos sul-americanos. O propósito agora é criar condições para o estabelecimento de acordos de integração com os países da Comunidade Andina. Pela importância econômica e política dos países que os integram, a celebração de um acordo de livre comércio entre o Mercosul e o Grupo Andino representaria um marco no processo de constituição de um espaço de integração de toda a América do Sul.

Em paralelo, temos avançado no diálogo tanto com os países do Hemisfério, com vistas à conformação da área de Livre Comércio das Américas (ALCA), quanto com a União Européia, iniciativas que convergem para o objetivo maior de aperfeiçoar a inserção do Mercosul na economia e na política internacional.

Neste contexto em que o Mercosul se fortalece internamente e ganha dimensão negociadora com terceiros, destaca-se a aproximação entre o Mercosul e a União Européia.

Para o Brasil e seus parceiros no Mercosul, são muitas as razões que aproximam os dois blocos e tornam desejável o aprofundamento de suas relações. É inegável o interesse em intensificar os vínculos com um bloco regional com o qual mantemos profundas relações econômicas, políticas e culturais e cujo produto interno é superior a sete trilhões de dólares, semelhante, portanto, ao do NAFTA e quase duas vezes o do Japão.

Os números do comércio entre as duas regiões, por sua vez, já são bastante expressivos e ultrapassam a cifra de US\$ 40 bilhões por ano.

A União Européia é o principal parceiro comercial do Mercosul, absorvendo cerca de 30% de suas exportações, além de ser o maior investidor estrangeiro, com aproximadamente 40% dos investimentos diretos totais na região. Como não

bastasse os dados sobre o já expressivo intercâmbio bilateral, não se pode perder de vista que a aproximação com a União Européia, além de oportuna “per se”, fortalece a capacidade de negociação do Mercosul com outros agrupamentos regionais.

Os esforços de aproximação entre a União Européia e o Mercosul encontram sua expressão maior no “Acordo-Quadro Inter-Regional de Cooperação Econômica e Comercial”, o primeiro entre duas uniões aduaneiras. Assinado em dezembro de 1995, em Madri, o Acordo-Quadro é o instrumento de transição para uma futura “Associação Inter-regional Política e Econômica” entre o Mercosul e a União Européia, que teria como características principais a liberalização progressiva e recíproca do comércio, a implementação de mecanismo de consulta política, a promoção de investimentos e o aprofundamento da cooperação técnica.

Por mais positivos que sejam os dados sobre o relacionamento econômico-comercial entre a União Européia e o Mercosul e os avanços no processo de integração, seria ilusório supor que o relacionamento bilateral tenha alcançado um padrão compatível com o potencial de complementaridade política e econômica entre as duas regiões. Não se pode menosprezar, tampouco, a existência de dificuldades para o fortalecimento equitativo e durável de nossos laços econômicos, além de certas tendências preocupantes verificadas nos fluxos comerciais e financeiros entre as duas regiões.

No que diz respeito ao comércio entre os dois blocos regionais, preocupa, por exemplo, o fato de que as importações da União Européia provenientes do Mercosul estejam crescendo em proporções menores do que as exportações comunitárias para nossos mercados. O menor crescimento das vendas do Mercosul para os países europeus deve-se, em boa medida, ao enorme peso, em nossa pauta de exportações para aquele mercado, de produtos primários, cujo acesso sofre restrições decorrentes da reformulação do Sistema Geral de

Preferências e dos elevados subsídios no âmbito da Política Agrícola Comum. Um dos grandes obstáculos a uma futura zona de livre de comércio Mercosul-União Européia é a escassa disposição comunitária de liberalizar o comércio no setor agrícola.

Ainda são muitos, portanto, os desafios para concretizar o objetivo de uma maior associação entre o Mercosul e a União Européia. Merecem atenção redobrada a busca de novas modalidades de promoção do comércio entre os dois blocos, no sentido de ampliar os níveis de acesso ao mercado comunitário para produtos provenientes dos países do Mercosul, e a própria adequação dessa aproximação aos princípios orientadores da Organização Mundial do Comércio. Não obstante, o esforço até agora desenvolvido garante perspectivas extremamente promissoras nas relações entre o Mercosul e a União Européia.

Ao concluir, gostaria de reafirmar dois princípios que vêm orientando a estratégia de

integração comercial do Brasil e, mais especificamente, a atuação do Ministério das Relações Exteriores. O primeiro deles é o da simultaneidade e da complementaridade das iniciativas de integração. Para o Brasil, as negociações com os países da América do Sul, com a União Européia e com os Estados Unidos e demais membros de uma futura zona de livre comércio hemisférica devem ocorrer paralelamente, pois são iniciativas que se complementam e, no caso brasileiro, convergem para o objetivo da melhor inserção do País na economia internacional. O Segundo princípio é de que a estratégia de integração não é um fim em si, mas um instrumento para alcançarmos objetivos domésticos, como o desenvolvimento econômico-social e a própria integração entre as diversas regiões do País. Se nos integramos com o mundo, o fazemos por ser meio de aprofundarmos o desenvolvimento e a integração do Brasil.

Muito obrigado.

Almoço oferecido aos chanceleres e chefes de delegação do grupo latino-americano e do Caribe na ONU

Discurso do Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Luiz Felipe Lampreia, por ocasião do almoço que oferece aos chanceleres e chefes de delegação do grupo latino-americano e do Caribe nas Nações Unidas. Nova York, 23 de setembro de 1997

I wish to welcome all the Foreign Ministers and Heads of Delegation from Latin America and the Caribbean who have honored us with their presence at this luncheon, which has already become a New York tradition for GRULAC.

I would like to greet the Ministers who join us for the first time, thereby contributing to the natural diplomatic renewal to which we are all accustomed.

It is important that through our annual gathering at the beginning of the session of the General Assembly we should be able to demonstrate the unity and cohesion of our group as well as to pursue an informal exchange on the priority items in the agenda which brought us to New York.

This agenda contains several elements of direct regional interest which require a systematic effort to achieve the proper degree of coordination and consultation.

The task at hand does not merely consist in preserving a formal mechanism or keeping alive a tradition. Our region now faces the challenge of living up to a legacy of more than fifty years of active and effective work on behalf of the United Nations and, very especially, of the General Assembly.

This year, as the opening statements in the

General Assembly have made clear, the reform of the United Nations seems destined to dominate a significant portion of our debates. This should not come as a surprise, although what does constitute a novelty, in my view, is the fact that we have entered this 52nd General Assembly under the clear and striking sign of a new kind of leadership in the United Nations.

This leadership has been displayed both by the Secretary-General, Mr. Kofi Annan, and by the President of the 51st General Assembly, Ambassador Razali Ismail, each in his own way. Having gone through a period during which an impression of paralysis and perplexity was produced, we are moving again toward more defined objectives, with clearer ideas and, above all, with the sensation that the strengthening of the United Nations will be pursued with determination.

Such leadership will allow the reform process which we have all been advocating to take off.

I am aware of the fact that we have not reached consensus within our region on the format, the scope or the details of the reform of the United Nations, in its different dimensions.

It is natural and understandable that this

should be so. A few basic guidelines should nevertheless be drawn for the orientation of our work. The first one has to do with our willingness to ensure that our region continue to participate fully and actively in the work of the Organization, and, particularly, in the discussions and negotiations related to the reform process.

A second one can be expressed in terms of the unacceptability of reforms which, explicitly or indirectly, include any form of discrimination against developing countries in general or countries from our region in particular, or that may entail a weakening of the voice of Latin America and the Caribbean in international fora.

The third consists in the need for us to work together in order to neutralize an unfortunate perception which, although artificially created, has gained ground in certain diplomatic and press circles: namely, that our region runs the risk of developing an arms race.

It would be most unfortunate if this totally false and improbable perception were to acquire any credibility before the eyes of the international community. Ours is a stable and democratic region, and it has cost us much effort to reach this situation. We are involved in several regional integration projects which have had the political and strategic effect of eliminating rivalries and establishing a new atmosphere of understanding and cooperation.

It would be indeed contradictory for countries

interested in consolidating trust among regional and international partners to contemplate adventurous behavior through weapons acquisitions that would be incompatible with their other policies. Even more contradictory would be any attempt to create wrong impressions when we all know that an arms race is neither desired nor possible nor admissible.

There is no risk of an arms race in our region, and we should not act in such a manner as to create the impression that such a possibility is admissible. To defend the disarmament of the disarmed defies logic.

We all know that the military expenses in Latin America and the Caribbean are the lowest in the world and that the purchases of military equipment that do take place aim at replacing old or obsolete material. It would be most regrettable if we were to allow a misperception to become a problem, with so many positive elements in our favor.

Excellencies,

Our identity in this world of almost two hundred countries (four times more than when the UN was created) is shaped by our region, our geographic and political circumstances, our group of Latin American and Caribbean Nations.

Upon this note of solidarity, of cohesion and common political will, I wish to raise a toast to all of you once again and wish you happiness. Let us cherish our Latin American and Caribbean friendship.

Thank you.

Visita do Presidente Bill Clinton ao Brasil

*Discurso de saudação do Senhor Presidente da República,
Fernando Henrique Cardoso, ao Presidente dos Estados
Unidos, Bill Clinton. Brasília, 13 de outubro de 1997*

Senhor Presidente,

Nós estamos reunidos nesta noite para celebrar a renovação da amizade entre o Brasil e os Estados Unidos.

Sejam bem-vindos, Senhor Presidente e Senhora Hillary Clinton.

Nós o recebemos com o interesse que naturalmente desperta a visita do líder de uma grande nação, do representante de um povo amigo com o qual compartilhamos valores fundamentais e pontos de vista convergentes em inúmeras questões e desafios destes tempos modernos. E também o recebemos como Chefe de Estado do nosso maior parceiro econômico, cuja presença no setor externo da nossa economia continua a crescer, graças à multiplicação de oportunidades comerciais e de investimentos que o Brasil tem oferecido aos seus sócios.

Ficamos muito satisfeitos de que venha não só à capital do Brasil, mas também a São Paulo e ao Rio de Janeiro. Assim poderá ter uma visão mais completa do que é o Brasil da democracia consolidada, da cidadania forte, da transparência no manejo do patrimônio público, da estabilidade, das reformas, da abertura e do crescimento.

Não há nada que substitua, nas relações entre os Estados, o conhecimento direto, o testemunho pessoal, o contato com a gente do país. Mormente

no coração do povo brasileiro, que sempre recebe de braços abertos e desarmados os homens públicos que o buscam.

Por isso, a sua visita vem acrescentar um elemento fundamental à relação positiva que o Brasil e os Estados Unidos vêm construindo há décadas e que ganhou rumos novos em nossos Governos.

Mais de dois anos se passaram desde a minha visita de Estado a Washington.

Nesse tempo com grande atenção da opinião pública, acompanhamos o êxito com que frutificou boa parte daquilo que nos propusemos realizar naquele reinício solene, mas entusiasmado, da grande parceria brasileiro-norte-americana.

Estamos prontos agora a dar mais um passo na história das relações entre o Brasil e os Estados Unidos.

Da cooperação inovadora que estamos começando a desenvolver na área da educação às discussões para a criação de uma área de livre comércio nas Américas, objetivo ambicioso que compartilhamos, nossa agenda se pauta por propósitos comuns, sem deixar de oferecer um amplo espaço para que se expressem as nossas fortes individualidades, nossos interesses legítimos.

E muitas vezes esses interesses não coincidem inteiramente. Ou são mesmo concorrentes.

Mas, hoje, podemos lidar com essa realidade

melhor do que jamais na história das nossas relações. É muito apropriado que os Presidentes possam simbolizar, com mais este encontro, a excelência das relações entre os seus dois países. Que possam comemorar as realizações conjuntas e renovar o compromisso com novas conquistas e iniciativas, com o mesmo espírito de confiança que deve presidir uma relação madura entre dois grandes países continentais.

Que possam reafirmar, para os seus povos e para os povos do nosso Hemisfério e de todo o mundo, a noção central de que o Brasil e os Estados Unidos, juntos, ajudam a construir uma história de liberdade, de respeito mútuo, de desenvolvimento e de paz no Novo Mundo.

Fomos aliados em duas guerras mundiais e, na paz, parceiros ao longo de cem anos da “aliança não-escrita” forjada por lideranças do porte de Rio Branco, Joaquim Nabuco, Franklin Roosevelt, Cordell Hull e Osvaldo Aranha.

Por isso, temos uma vocação particular para a amizade, o entendimento, o intercâmbio e a cooperação. Por isso, somos capazes de falar a mesma linguagem, para concordar ou discordar, não importa, mas para nos entendermos sempre.

A iniciativa conjunta na área da educação, que lançaremos nesta visita, um símbolo de como, juntos, podemos realizar projetos de indiscutível impacto no desenvolvimento social brasileiro e nas relações entre os dois países.

O Presidente Clinton e eu vamos conversar detidamente sobre a nossa agenda, sobre nossas muitas convergências e sobre alguns problemas que enfrentamos em questões tópicas de comércio.

Desta visita ficará seguramente o compromisso de continuarmos a trabalhar por relações muito produtivas e dinâmicas entre os Estados Unidos e o Brasil. E de prosseguirmos nas consultas amplas e francas que têm orientado a nossa participação em empreendimentos regionais e

internacionais da maior relevância, como a ALCA, a reforma das Nações Unidas e a consolidação da Organização Mundial de Comércio.

Neste sentido, senhor Presidente, é hora de recordar que o instante que vivemos - da globalização da economia - aproxima as nações.

Por isso, buscando inspiração na Revolução Americana, que assegurou na Constituição os direitos, as fronteiras e a autonomia dos estados que se federavam, cabe a nós defender e assegurar o direito das nações.

De cada nação, da mais poderosa à mais fraca, da mais rica à mais pobre.

Só assim seremos herdeiros do espírito de liberdade e de democracia que nos une nos mesmos valores.

Até agora, o direito internacional baseia-se principalmente em processos de acomodação de interesses setoriais, expressos em pactos e contratos. Chegou o momento de evoluirmos, na ordem internacional, para uma configuração baseada em consensos amplos - uma verdadeira constituição -, que assegure às nações, aos povos, sua diversidade cultural, suas fronteiras, sua soberania. A nova ordem global não pode ser imposta, mas compartilhada; não deve ser espoliadora, mas promotora do bem-estar da humanidade.

É este o desafio, Senhor Presidente, seu, meu e de cada responsável pelo destino de nossas nações.

Eu espero que o Presidente Clinton possa levar uma imagem ampla e precisa sobre o Brasil e que a sua presença entre nós contribua para uma compreensão ainda maior entre os dois países.

Vamos trabalhar juntos, com a certeza de que a amizade entre os Estados Unidos e o Brasil é um fator de entendimento na nossa região e de progresso para os nossos povos. Que a hospitalidade brasileira seja a nossa melhor forma de saudá-lo.

Seja bem-vindo, Presidente.

Jantar oferecido ao Presidente Carlos Menem, da República Argentina

*Discurso do Senhor Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, por ocasião do jantar que oferece ao Presidente Carlos Menem, da República Argentina.
Brasília, 10 de novembro de 1997*

O Brasil inteiro mais uma vez tem a honra de receber o Presidente da República Argentina, meu amigo e companheiro Carlos Menem.

Nós o acolhemos como o Estadista que conduz com sabedoria os destinos da Argentina, como um amigo muito especial do Brasil e como um dos maiores responsáveis pelos avanços no Mercosul.

Na história das relações Brasil-Argentina, um dos núcleos da história do nosso continente, o Presidente Menem tem já um lugar assegurado.

Presidente, esta sua visita de Estado coincide com um momento crucial na longa trajetória de convivência entre o Brasil e a Argentina. Superamos a lógica da separação e a substituímos por uma dinâmica de cooperação e de integração.

Hoje, a relação com o outro se tornou parte essencial das nossas próprias visões do mundo e incorporou-se como elemento central e permanente em nossas respectivas estratégias nacionais de desenvolvimento.

Mais do que isso, a importância da relação Brasil-Argentina é um sentimento arraigado nos dois povos. Sabemos hoje que nada se fará, em nossos países, que contrarie a lógica que associou o Brasil e a Argentina em um projeto histórico de longo prazo para os dois países. Nada se fará sem ter em conta a

nossa identidade comum que o Mercosul.

A personalidade internacional do Mercosul é um fato das relações internacionais de hoje e das nossas relações bilaterais. Esse dado objetivo aumenta a nossa responsabilidade comum de consolidar e aprofundar este que representa o grande projeto mobilizador de nossos países: a prosperidade compartilhada.

Não há limites ao que podemos construir juntos. Juntos, seremos mais fortes e respeitados. Juntos, teremos melhores condições para conduzir os nossos destinos.

O recente episódio de turbulência dos mercados internacionais de capital demonstrou mais uma vez (se ainda fazia falta alguma demonstração) que o Mercosul nos proporciona uma circunstância mais favorável para enfrentar os desafios de nossa inserção na economia global.

Presidente, nós dois pertencemos a uma geração que ainda cresceu sob o signo da rivalidade e da competição entre Brasil e Argentina. Esse tempo passou e só interessa como ensinamento da História, como um alerta, como um incentivo permanente para prosseguirmos na continuação desta parceria exemplar na nossa região.

A integração que promovemos entre o Brasil e a Argentina um legado inestimável para as gerações

que nos irão suceder. É uma conquista para todos nós nos dias de hoje.

Quero esta noite compartilhar com Vossa Excelência uma visão do futuro.

A tarefa de governar exige atenção permanente com o presente. Mas exige também uma compreensão adequada dos tempos históricos: do que passou e do que está por vir. As sociedades se movem essencialmente por anseios, por esperanças.

É preciso captar estas aspirações e mobilizar os agentes sociais com idéias e visões que façam sentido; que organizem o presente em função de um futuro a ser alcançado.

Esse futuro pertence a brasileiros e argentinos, se formos, como temos sido, capazes de canalizar nossas melhores energias para o desenvolvimento pleno e integrado dos dois países, com espírito de confiança e de cooperação, aproveitando a crescente e intensa sinergia entre os fatores de produção e o consumo em nossos países.

O presente é de construção. Brasil e Argentina são, por vocação histórica, espaços férteis, terras de oportunidades. Países de imigrantes, e profundamente ibero-americanos, são por isso mesmo um ponto de encontro de vontades capazes de transformar, de criar riqueza e civilização. Somos, essencialmente, um Novo Mundo.

Em abril deste ano, quando nos reunimos no Rio de Janeiro, assinamos uma declaração em que atribuímos formalmente às relações entre o Brasil e a Argentina o caráter de «aliança estratégica».

É um conceito que tem um sentido preciso nas relações entre os nossos países. Algo que fortalece e acentua a projeção individual e conjunta de nossos países no cenário internacional.

É um compromisso, uma mensagem clara: somos centrais, um para o outro; somos parceiros especiais.

Mas o nosso conceito de aliança não está associado à existência de um inimigo comum. Nossa aliança não é reativa nem temerosa. Muito pelo contrário, ativa e propositiva. Sobretudo, inovadora.

É uma aliança porque consolida e afirma objetivos de ação convergente. E é estratégica porque se projeta no futuro, aponta para um destino compartilhado com nossos sócios do Mercosul, potencializa as nossas economias e nosso peso político como atores internacionais e regionais.

Queremos que essa aliança estratégica enseje um processo contínuo de aproximação, de definição de políticas comuns e de coordenação em um amplo espectro de temas. Que seja a expressão prática de uma verdade: que o progresso de um traz o progresso do outro.

Mais do que uma decisão nascida de conjecturas intelectuais, a aliança estratégica Brasil-Argentina responde a uma necessidade concreta. Ela representa a opção soberana de nossos países diante dos desafios de um mundo em que já não há espaço para caminhos isolados ou autárquicos. E responde a uma lógica ampla: a lógica da geografia, da cultura, da fronteira intensamente povoada e dinâmica, do mercado ampliado, da complementaridade das economias.

Responde à lógica de um destino comum de países em desenvolvimento situados em posição geográfica distante dos grandes centros de poder político e econômico. Uma forma de criarmos nosso próprio centro de gravitação.

A interdependência entre o Brasil e a Argentina não significa de modo algum renúncia a projetos nacionais ou o desaparecimento de individualidades. A verdadeira interdependência, como a concebemos e praticamos, se nutre justamente de diversidades, da convergência de caminhos diversos, da compatibilização de perspectivas e de oportunidades. Nós nos fortalecemos mutuamente no crescimento das nossas personalidades nacionais.

Alicerçada na noção de interdependência, nossa aliança estratégica supõe aproximar nossos projetos nacionais, criar marcos regulatórios comuns e ampliar o espaço conjunto para a geração de riqueza. Mas sem esquecer o espaço indispensável

para que as individualidades floresçam.

E o nosso desenvolvimento não é excludente. Só poderemos prosperar em sintonia com os países vizinhos. A relação Brasil-Argentina é uma importante força na criação de uma sul-americana de desenvolvimento compartilhado, baseada nos três pilares de integração em nossa região: a integração econômico-comercial, a integração física e a integração energética. Temos todo interesse em que os países que conformam nosso entorno regional sejam partícipes de nossa prosperidade. Que o nosso projeto de integração regional tenha a base firme dos interesses concretos, políticos e econômicos.

Senhor Presidente,

A afinidade de pontos de vista entre Brasil e Argentina tem sido crucial também nas discussões sobre as perspectivas de integração hemisférica. A II Cúpula das Américas, a realizar-se em Santiago do Chile, em abril do ano que vem, deverá ter a educação como seu tema central, que permeará todos os demais aspectos da agenda.

Isso é muito importante. A educação é pedra fundamental na construção do entendimento hemisférico e nos esforços para estender a todos os habitantes da região os benefícios do desenvolvimento.

Por isso, convidei Vossa Excelência a associar-se de forma muito estreita ao Brasil no empenho decidido para conferir à educação o caráter de uma plataforma que permita às Américas darem passos seguros na transformação profunda de suas estruturas sociais. Estou certo de que os outros Chefes de Estado do Hemisfério se juntarão a nós nesse empreendimento.

Senhor Presidente,

Brasil e Argentina, juntamente com Paraguai e Uruguai, têm uma contribuição a dar: a

consolidação, o aprofundamento e a expansão do Mercosul.

É tempo de se definir a agenda que efetivamente propiciará esses objetivos, como forma de dotar o Mercosul de uma identidade nova, voltada aos desafios que se desenham no cenário internacional deste fim de século. Para tanto, devem-se contemplar ações não só no sentido do fortalecimento da atividade econômica, como também lançar as bases de um Mercosul político, que abranja questões de segurança e de política externa, de modo a outorgar-lhe uma dimensão consentânea com os avanços já realizados no campo da política comercial que já pratica.

De nossas boas relações sairão os sinais indispensáveis para que a comunidade internacional e, sobretudo, o nosso Hemisfério, os nossos próprios povos, compreendam que estamos engajados em um projeto concebido para durar e frutificar.

Para que compreendam que o Mercosul é parte da nossa personalidade internacional e, portanto, um fator indissociável do conjunto de nossos interesses e opções estratégicas. Para que saibam que somos parceiros plenos, que se consultam e se coordenam que se amparam e incentivam.

E que esse projeto transcende Governos, pessoas e inclinações de momento para inscrever-se no âmbito das grandes vontades nacionais de nossos países.

É para saudar esse espírito que mais uma vez reúne os presidentes dos dois países que eu ergo um brinde à Nação Argentina, à nossa amizade exemplar, à nossa aliança estratégica e à saúde e felicidade pessoais do meu querido amigo Carlos Menem e de cada argentino e argentina, companheiros neste empreendimento histórico que estamos construindo juntos.

Muito obrigado.

Cerimônia de assinatura de atos com a Federação da Rússia

Discurso do Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Luiz Felipe Lampreia, por ocasião da cerimônia de assinatura de atos com a Federação da Rússia, durante a visita ao Brasil do Ministro dos Negócios Estrangeiros Ievgueni Primakov. Brasília, 21 de novembro de 1997

Estamos reunidos aqui, Chanceler Ievgueni Primakov, não só para testemunhar a assinatura destes acordos entre o Brasil e a Federação Russa, mas também para dar-lhe as mais cordiais boas-vindas nesta sua primeira visita oficial ao Brasil.

Sua vinda a Brasília é para nós um passo importante no esforço comum de retomar e redimensionar o relacionamento entre nossos países. Ela é a expressão política do desejo comum de dar a essas relações um perfil novo e mais elevado.

Vossa Excelência terá a oportunidade de conhecer o nosso país e de sentir a força das transformações por que passa, a vitalidade da sua economia, o impacto das reformas, da estabilização, da abertura econômica e da integração. Vossa Excelência conhecerá de perto, também, a realidade pujante do Mercosul, uma história de sucesso diplomático e econômico que deu uma nova identidade internacional aos países que o integram.

Sua visita é a oportunidade que esperávamos para aprofundar o diálogo entre os nossos países, identificar novas de intercâmbio e, sobretudo, lançar as bases de uma nova parceria alicerçada na confiança e no respeito mútuos.

Uma nova parceria que reflete melhor as identidades que aproximam, no plano internacional,

dois países continentais, que sobressaem, por suas dimensões, em suas respectivas regiões.

Entendemos sua visita ao Brasil como parte de um grande projeto diplomático russo. Por isso, e porque também nós temos o mesmo interesse de explorar todas as nossas grandes parcerias, nós valorizamos sua visita como uma oportunidade singular para trocar idéias e percepções sobre a realidade mundial e para discutir projetos conjuntos de cooperação e de fortalecimento do nosso intercâmbio comercial e tecnológico.

Senhor Chanceler,

Embora partes de esferas culturais e político-diplomáticas muito distintas, e com tempos e ritmos diferenciados na sua evolução histórica, Brasil e Rússia são dois países continentais, duas grandes democracias em consolidação.

Nossos países passam por processos de abertura e modernização econômica, de ajuste e de liberalização competitiva do comércio internacional. No plano político, Brasil e Rússia têm interesses globais e ambos buscam a integração regional e a diversificação de suas parcerias na arena internacional.

Era natural que quiséssemos dar forma mais

concreta, no plano das nossas relações, a esses elementos naturais que favorecem a associação e a cooperação entre os nossos países.

Por isso, além das conversações francas e amistosas que mantivemos hoje, estamos assinando estes atos. Eles darão um conteúdo político e jurídico mais palpável aos nossos entendimentos, na esteira do mecanismo de consultas estratégicas que criamos e que já se materializou na recente e proveitosa reunião de altos funcionários realizada em Moscou.

Esse é o sentido da “Declaração dos Princípios de Interação entre o Brasil e a Rússia com vistas ao Século XXI”, que estabelece uma nova parceria política entre nós. Ela consolida uma visão convergente do mundo e o compromisso dos dois países com o pluralismo político, a democracia e a liberdade econômica, o respeito aos direitos humanos e a promoção do desenvolvimento sustentável. Com a declaração, demos um marco político à coordenação diante de desafios como o desarmamento, a reforma e o fortalecimento das Nações Unidas, o combate ao terrorismo e ao crime organizado, e, sobretudo, a manutenção da paz, da democracia e do respeito aos direitos humanos em todo o planeta.

Assinamos também a “Declaração Conjunta de Criação da Comissão de Alto Nível”, a Comissão Maciel-Tchernomirdin. Sua relevância reside não apenas no seu elevado grau de representatividade político-governamental, ao reunir o Vice-Presidente do Brasil e o Primeiro-Ministro da Rússia, mas também em sua praticidade e operacionalidade. Ao congregar em uma mesma Comissão, de alta representatividade, a Comissão Intergovernamental para a Cooperação Econômica, Comercial, Científica e Tecnológica e a Comissão para Assuntos Políticos, Brasil e Rússia passam a dispor de um órgão político-estratégico e técnico para avançar suas relações.

O Acordo de Cooperação Cultural e Educacional reflete a importância que Brasil e Rússia outorgam à aproximação de seus povos e o melhor conhecimento recíproco, base de toda amizade

produtiva entre as Nações. Com este instrumento, Brasil e Rússia tornam-se mais aptos a fomentar o intercâmbio de seus respectivos valores culturais nacionais e facilitar o contacto direto entre seus artistas, professores, pesquisadores e estudantes. O Acordo tem ainda a vantagem adicional de dar apoio ao ensino e à divulgação do idioma português na Rússia e do russo no Brasil e de proporcionar maior intercâmbio entre nossos especialistas e professores nessa

Também o Acordo de Cooperação Científica, Técnica e Tecnológica tem um interesse especial para o Brasil. O Acordo de 1981 havia estruturado a cooperação nesses campos, mas com as transformações ocorridas desde então, precisou ser adequado às novas realidades e potencialidades nessa área de cooperação bilateral. Ele oferece agora rumos para os cientistas e técnicos dos dois países desenvolverem pesquisas conjuntas, para o intercâmbio de especialistas e para a organização de seminários e programas conjuntos. Estamos atualizando um importante instrumento de ação diplomática bilateral, à altura das justificadas expectativas geradas pela cooperação Brasil-Rússia nas áreas científica e tecnológica.

Finalmente, um instrumento de grande relevância e impacto prático que firmamos é o Acordo de Cooperação na Pesquisa e nos Usos Pacíficos do Espaço Exterior. A cooperação espacial é área de grande impacto no projeto de desenvolvimento tecnológico do Brasil e constitui prioridade singular para a nossa diplomacia, em sintonia com o programa espacial brasileiro.

Importantes desdobramentos na história recente das atividades espaciais, como a consolidação do MTCR, em que o Brasil ingressou em 1995, e no relacionamento bilateral, com a aceleração dos contactos entre a Agência Espacial russa e da Agência Espacial brasileira, exigiam a substituição Protocolo de 1988 por um Acordo autônomo, mais operacional e em sintonia com os compromissos internacionais dos dois países na área

de não-proliferação.

O Acordo que acabamos de assinar abrange todos os componentes indispensáveis e para sua implementação prática e promete ser um dos mais fecundos em realizações concretas e efetivas no futuro próximo. Ele prevê a cooperação em Ciência Espacial, Meteorologia Espacial, Monitoramento Ambiental a partir do espaço, Geofísica, entre outras atividades conjuntas de pesquisa, e o desenvolvimento, construção, operação e utilização de veículos lançadores, satélites e outros sistemas espaciais – sem falar na possibilidade de utilização da Base de Alcântara para o lançamento de satélites por veículos lançadores russos.

Senhor Chanceler,

A assinatura destes acordos e a visita de Vossa Excelência ao Brasil comprovam o grande interesse recíproco em dar um novo perfil às nossas relações, aprofundar nosso conhecimento mútuo e consolidar os nossos laços tradicionais de amizade e

cooperação.

Criamos hoje um marco novo nas relações Brasil-Rússia. Quero ser muito franco sobre o desejo do Governo brasileiro de que este marco de fato represente o início de uma nova e produtiva etapa na cooperação e no intercâmbio Brasil-Rússia.

Países do porte e da projeção dos nossos não podem tratar-se com respeitosa distância. Distantes na geografia e na história, devemos redobrar os nossos esforços para que as identidades que nos aproximam no plano diplomático tragam benefícios concretos para os nossos povos.

Quem sabe, já em 1998, na visita com que o Presidente Ieltsin muito nos honraria, já poderemos colher alguns dos resultados que começamos a produzir hoje. O que desejamos, e é o convite que lhe pedimos levar ao seu Governo, juntamente com a mensagem de amizade do povo brasileiro a todo o povo da Rússia.

Obrigado.

país, graças à consolidação da democracia, à estabilização da moeda, à abertura econômica, à sua participação na construção do Mercosul, reformas e ao que é hoje, talvez, o mais ambicioso programa de desestatização e privatização em curso no mundo.

Fortalecemos nossas credenciais de credibilidade e confiabilidade em áreas como a não-proliferação, a proteção ambiental e o desenvolvimento sustentável, os direitos humanos.

Voltamos a ser um parceiro econômico de importância reconhecida pelos Governos e agentes econômicos de todo o mundo, graças a políticas consistentes e ao vigor do Plano Real, que conta com o apoio consensual da sociedade brasileira.

E o Governo tem demonstrado um compromisso inalienável com essas políticas, adotando, como acaba de fazer no campo econômico e financeiro, medidas corajosas que deixam patente que o país tem um sentido preciso dos seus rumos e das suas prioridades.

Nós temos insistido em passar essa mensagem, que os Governos e investidores internacionais têm compreendido.

Essas novas realidades criaram um impulso sem precedentes para as relações Brasil-França e temos sabido aproveitar as oportunidades. A troca de visitas presidenciais em 1996 e 1997 e o encontro histórico - e inédito - que os Presidentes Chirac e Fernando Henrique acabam de ter na fronteira comum são expressões políticas máximas desse novo tempo.

Mas não se trata de um movimento político-diplomático abstrato. Falamos de dados reais da economia, com grande impacto sobre os agentes econômicos e os consumidores. Falamos de iniciativas concretas como as que o Acordo de Cooperação Espacial, que assinaremos logo mais, certamente proporcionará em área de grande impacto não só científico-tecnológico, mas também econômico para os dois países.

Os capitais franceses, que haviam habituado o consumidor brasileiro a marcas conhecidas da

indústria e dos serviços franceses, retornaram com força e visibilidade para participar das privatizações brasileiras e das oportunidades que o fortalecimento do mercado interno brasileiro oferece.

A indústria automobilística francesa - a que de resto os brasileiros começaram a se habituar nos anos 50 e 60 voltou agora para participar desta segunda grande etapa de desenvolvimento daquele que foi o carro-chefe do crescimento industrial brasileiro a partir dos anos 50.

O comércio bilateral tem crescido exponencialmente, favorecendo muito mais, entretanto, as exportações francesas, já que produtos brasileiros muito competitivos continuam a enfrentar barreiras protecionistas praticadas pela União Européia. Ainda assim, o panorama das relações econômico-comerciais França-Brasil: é outro; nossa parceria conta entre as principais nas relações entre o mundo desenvolvido e o mundo em desenvolvimento. E o potencial a explorar cresce cada vez mais.

Nunca, nos anos recentes, contamos com uma alavanca tão poderosa para ampliar as nossas relações e para valorizar no Brasil a contribuição que a França e a cultura francesa podem voltar a nos dar, interagindo construtivamente com outras fortes influências a que temos sido crescentemente expostos.

A França volta a ocupar, nas relações exteriores do Brasil, um papel importante como parceiro político, econômico, cultural e na área da cooperação. E o Brasil tem todo interesse em ser uma referência de primeira grandeza para a França na América Latina.

O que quisemos significar com nossa participação nesta primeira reunião da Comissão Geral Brasil-França, que simboliza no plano diplomático esse novo tempo das relações bilaterais.

A agenda é densa, abrangente e relevante e vai ocupar a atenção de três subcomissões substantivas, passando em revista os principais temas políticos, econômicos e de cooperação com ressonância nas relações bilaterais.

É muito oportuno que possamos trocar opiniões francas sobre a conjuntura econômica e comercial internacional, sobretudo no que se refere à integração regional e ao diálogo entre a União Européia e o Mercosul, e sobre os principais temas da agenda internacional - inclusive os que vão ocupar-nos conjuntamente nestes próximos dois anos em que o Brasil se sentará no Conselho de Segurança das Nações Unidas.

Além disso, a nossa agenda tem grande visibilidade perante os setores cultural, técnico e científico-tecnológico dos dois países, e uma capilaridade exemplar pelas instituições que em análise fazem o dia a dia das relações de cooperação entre os nossos países. Estou seguro de que a

Comissão Geral, nesta sua primeira edição, corresponderá às expectativas recíprocas de por em funcionamento um mecanismo ágil e operacional de diálogo, concertação e decisão entre o Brasil e a França.

Os resultados positivos que obtivermos servirão certamente para motivar ainda mais os setores empresarial, cultural, acadêmico e científico-tecnológico a engajar-se completamente nesta tarefa comum de aceleração das nossas relações em todos os campos, para tornar realidade palpável o compromisso que os dois Presidentes assumiram com o desenvolvimento de uma grande parceria franco-brasileira.

Muito obrigado.

III Conferência das Partes da Convenção-Quadro sobre Mudança do Clima

Declaração do Presidente Fernando Henrique Cardoso sobre a III Conferência das Partes da Convenção-Quadro sobre Mudança do Clima. Quioto, 1^a de dezembro de 1997

Será realizada de 1º a 10 de dezembro em Quioto, Japão, a III Conferência das Partes da Convenção-Quadro sobre Mudança do Clima. O principal objetivo da Conferência é a negociação e adoção de um novo acordo internacional destinado a assegurar a redução das emissões de gases de efeito estufa e assim evitar o aquecimento da Terra. O impacto que o fenômeno do aquecimento global poderá causar para a vida no planeta, caso não sejam tomadas agora as medidas necessárias para evitá-lo, justifica o grande interesse suscitado pela Conferência de Quioto em todo o mundo.

Ao buscar soluções para um problema ambiental de natureza essencialmente global, a Conferência de Quioto representa um desafio para a comunidade internacional na construção do desenvolvimento sustentável com base no princípio das responsabilidades comuns, mas diferenciadas, consagrado pela Conferência do Rio.

A comunidade internacional espera de Quioto um compromisso firme com a proteção do sistema climático do planeta e, por conseguinte, com a qualidade de vida e a própria sobrevivência das futuras gerações. Nas negociações de Quioto, os países desenvolvidos, responsáveis pela maior parte do total de emissões de gases de efeito estufa no planeta, deverão assumir responsabilidades inequívocas com a redução de suas emissões em nível

adequado para evitar as graves consequências das mudanças climáticas. Espera-se, nesse sentido, que os países desenvolvidos respeitem o compromisso internacional consagrado há dois anos em Berlim e assumam a liderança na solução de um problema ambiental causado primordialmente por seus padrões insustentáveis de consumo e produção.

Graças, sobretudo, a sua matriz energética essencialmente limpa, baseada no uso do potencial hidrelétrico e de combustíveis renováveis, o Brasil pouco contribuiu para o quadro mundial de emissões de gases de efeito estufa. Somos, aliás, o país cujas emissões mais diminuíram em termos relativos em todo o mundo. Temos consciência, no entanto, de que as consequências do efeito estufa para o mundo e para nosso país em particular podem ser extremamente graves. Nesse contexto, o Brasil tem acompanhado com especial interesse o debate internacional sobre mudança do clima e tem procurado atuar de maneira construtiva nas complexas negociações sobre o futuro acordo internacional a ser adotado na Conferência de Quioto.

Com vistas a contribuir para o resultado exitoso das negociações, o Governo brasileiro apresentou sua própria proposta para a Conferência. Entre seus elementos centrais figura o estabelecimento de um nexo direto entre emissões de gases de efeito estufa e o aumento da temperatura média global. O

Brasil propõe também a criação de um “fundo de desenvolvimento limpo”, baseado no princípio do poluidor pagador, cujos recursos permitirão uma participação equilibrada e voluntária dos países em desenvolvimento nos esforços internacionais para combater as causas do efeito-estufa. Registro com satisfação que a proposta brasileira tem despertado grande interesse junto aos demais países envolvidos

nas negociações de Quioto.

Desejo, por fim, manifestar meus votos de êxito para a Conferência de Quioto. Não tenho dúvidas de que os negociadores envidarão seus melhores esforços para que se alcance uma solução à altura do desafio do aquecimento global, de maneira que possamos legar às gerações futuras um planeta livre de tal ameaça.

Processo de Ottawa

Declaração do Senhor Embaixador Sebastião do Rego Barros, Secretário-Geral das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil, na Conferência de Assinatura do Tratado e Fórum sobre Minas Terrestres. Ottawa, 02 de dezembro de 1997

Senhor Presidente,

O Presidente Fernando Henrique Cardoso honrou-me com a distinção de representar o Brasil nesta conferência histórica, assinando, em nome do Governo brasileiro, a Convenção sobre Proibição do Uso, Estocagem, Produção, Transferência e Destrução de Minas Anti-Pessoais.

A perspectiva de conclusão da Convenção parecia remota há apenas um ano atrás. Graças à convergência de número significativo de países com pontos-de-vista comuns e à liderança e tenacidade do Governo canadense, conseguimos avançar no processo de negociação face às grandes dificuldades encontradas. Gostaria de homenagear o Primeiro Ministro Jean Chrétien, a Vossa Excelência pessoalmente, Ministro Axworthy, e aos negociadores de todas as regiões, cujos esforços tornaram possível estarmos reunidos aqui hoje. Gostaria de estender meus agradecimentos aos Governos da Áustria, Bélgica e Noruega, por terem sido anfitriões das conferências de negociações que, em conjunto, formam o tão bem sucedido processo de Ottawa, e também ao Embaixador Selebi, da África do Sul, pela brilhante condução da Conferência Diplomática de Oslo.

As minas terrestres têm sido apropriadamente descritas como armas de destruição massiva em câmara lenta. Estatísticas sobre o número de vítimas

de minas terrestres refletem a devastação causada por este terrível arsenal de armas que, infelizmente, nos é muito familiar. São poucas, se é que teríamos alguma, as tragédias atuais que consumiram tão grande número de vidas humanas. Precisamos aproveitar a oportunidade de trabalhar de forma séria e determinada para livrar o mundo do flagelo das minas terrestres. É nossa tarefa agir dessa forma.

Temos diversos desafios a enfrentar nos próximos anos. Cerca de 100 milhões de minas terrestres encontram-se espalhadas pelo mundo. A grande maioria delas encontra-se em países pobres, devastados por conflitos e sem dispor de meios para remover esses artefatos dos quais são vítimas as suas populações. O Brasil tem, de forma consistente, defendido o banimento não apenas das minas terrestres, mas também a necessidade de retirá-las e desenvolver formas eficazes de ajudar os países infestados, a fim de limpar as suas áreas minadas, possibilitando que suas terras sejam novamente utilizadas para a produção de alimentos e crescimento.

Permitir que a comunidade internacional acelere efetivamente os esforços no sentido de eliminar as minas é uma tarefa tão importante como o alcance do seu total banimento. Por esse motivo, o Brasil, inspirado em imperativos éticos, assumiu a liderança no esforço bem sucedido de inserir em

nossa Convenção, mecanismos voltados para proporcionar a esses países a ajuda internacional necessária para a remoção das minas e a reintegração social e econômica das populações atingidas.

O Governo brasileiro também contribuiu e continua contribuindo para os esforços de remoção das minas, principalmente na África e América Central, mesmo com o custo de riscos de vida para os integrantes das Forças Armadas Brasileiras. Desejamos manter nossa contribuição para os programas internacionais de retiradas de minas nos próximos anos.

Senhor Presidente,

Em nossa região consideramos a assinatura dessa Convenção uma ocasião particularmente feliz e significativa. Todos os países sul-americanos encontram-se aqui, hoje, preparados para o banimento das minas terrestres. Na realidade, é a América do Sul a única região do mundo em que todos os seus membros decidiram aderir ao banimento.

Esta é a razão pela qual afirmamos ser este momento particularmente feliz e significativo. Cada país em nossa região tem demonstrado confiança em si próprio, confiança em seus vizinhos - somente o Brasil possui 10 vizinhos - e capacidade para agir de

forma coordenada. Não apenas é a América Latina a região mais desarmada do mundo, mas nossa participação regional aqui demonstra, de forma clara e inequívoca, nossa determinação comum de superar tensões e rivalidades passadas e construir um futuro baseado na confiança mútua e prosperidade compartilhada. Esses são princípios que se encontram profundamente enraizados em nossa história.

Senhor Presidente,

O banimento das minas terrestres, livrando o mundo de seus efeitos perniciosos, exige o envolvimento de toda a comunidade internacional e precisamos, portanto, lutar para assegurar a universalidade da Convenção. Embora alguns dos principais países produtores estejam fora do nosso meio, os objetivos da Convenção ganharam apoio substancial de todos os países do mundo. Todos os países que estão assinando a Convenção aqui em Ottawa, têm tido que fazer adaptações e ajustes internos em sua doutrina militar, com vistas a tornar o banimento realidade. Continuamos confiantes que os países que não puderam agir tão rapidamente como nós, possam logo mostrar ao mundo o mesmo espírito conciliador e visão de longo prazo que tornou o nosso trabalho diplomático possível.

Muito obrigado.

Banquete de Estado oferecido por Sua Majestade a Rainha Elizabeth II

Discurso do Senhor Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, no Banquete de Estado oferecido por Sua Majestade a Rainha Elizabeth II e Sua Alteza Real o Duque de Edimburgo. Londres, 2 de dezembro de 1997

Obrigado, Majestade, por suas palavras amáveis, de conteúdo e força simbólica.

Sei que interpreto o sentimento de todos os brasileiros ao agradecer-lhe as referências elogiosas que fez ao meu país e ao nosso povo e as lembranças sobre a tradição de amizade entre o Brasil e o Reino Unido.

Ruth e eu queremos dizer-lhe, em nome do povo brasileiro, que estamos muito agradecidos a Vossa Majestade e ao povo britânico por esta acolhida e por esta homenagem.

São gestos que farão inesquecível esta visita e que expressam com eloquência a secular tradição britânica de bem receber; mas são gestos que falam também do interesse que levou o Brasil e o Reino Unido a construírem, ao longo de quase dois séculos, uma relação sólida de cooperação.

Temos sido parceiros importantes na paz e fomos aliados em duas guerras mundiais. Temos sido sócios na prosperidade e no desenvolvimento e estamos próximos em muitos desafios comuns.

Majestade,

Nunca antes as relações entre o Brasil e o Reino Unido tiveram tantas dimensões complementares. Nunca antes as perspectivas foram tão concretas, tão promissoras. É isso o que me traz a Londres.

A presença do Presidente do Brasil na Corte de Saint James é também a oportunidade de trazer ao Reino Unido a voz de um novo Brasil, de um Brasil que se transforma e se fortalece no apego aos nossos melhores valores, os mesmos valores que contribuíram para fazer do Reino Unido uma força relevante na História universal: a democracia e a liberdade, a força da cidadania, a preeminência dos direitos do indivíduo, o sentido social do Estado.

Vossa Majestade realizou uma memorável visita ao meu país em 1968. Desde então, o Brasil mudou muito. Voltou à normalidade democrática, ganhou uma projeção nova no mapa da economia mundial e um espaço ampliado na sua atuação diplomática.

Aqui no Reino Unido o relógio da História também se acelerou, dando ao país uma nova projeção europeia e internacional.

Graças à nova pujança do Reino Unido, o Governo de Vossa Majestade, sob a liderança do Primeiro Ministro Tony Blair, conduz hoje uma nação atuante na cena internacional e que oferece um exemplo de avanço político, econômico e social ao mundo contemporâneo.

Majestade,

É sob o signo do novo que o Brasil e o Reino Unido aprimoram o seu relacionamento, dando-lhe

uma dimensão dinâmica e moderna, centrada nas prioridades e preocupações fundamentais de nossas sociedades. O comércio e os investimentos têm atingido patamares cada vez mais elevados.

Isso se deve, em boa parte, a oportunidades comerciais e de investimentos geradas no Brasil pela abertura e estabilização da economia, pelo fortalecimento do mercado interno, pelo no programa de privatizações, pela flexibilização de monopólios estatais, pelas reformas e pela força econômica que nos proporciona o Mercosul, contribuindo para uma interação ainda melhor entre o Brasil e os principais pólos da economia internacional.

A Europa e particularmente o Reino Unido têm um papel central na estratégia de inserção internacional do Brasil.

Confio em que a presidência britânica da União Européia, no próximo semestre, contribuirá positivamente para o aprofundamento dos laços entre a Europa e a América do Sul, especialmente com o Mercosul, ajudando a tornar operacional o Acordo-Quadro de Cooperação que permitirá no futuro criar um espaço mutuamente benéfico de livre comércio entre as duas regiões.

O relacionamento Brasil-Reino Unido está ancorado na consciência comum dos desafios próprios da sociedade democrática.

Nosso diálogo foi enriquecido pelos temas associados aos valores da paz, da democracia, dos direitos humanos, do meio ambiente, do desenvolvimento sustentável.

O Brasil tem procurado assumir plenamente os compromissos que lhe correspondem no contexto da cooperação internacional exigida por essa nova agenda internacional. Um exemplo é o esforço do meu Governo, que responde à iniciativa 'Forests for

Life' lançada pelo Príncipe Philip, de fixar metas quantificadas de proteção das florestas brasileiras.

As visões do Brasil e do Reino Unido diante dos desafios e oportunidades do mundo contemporâneo convergem para uma série de ações e projetos conjuntos.

Um exemplo expressivo dessa comunhão de esforços é a prioridade que atribuímos à educação, que permitirá aos nossos países, dentro de suas especificidades, conciliarem as metas do crescimento econômico e do progresso científico-tecnológico com os anseios de justiça social e o imperativo do desenvolvimento sustentável.

Por isso, é uma satisfação ver progredirem no relacionamento Brasil-Reino Unido projetos pioneiros na área da cooperação educacional e acadêmica, voltados tanto ao aperfeiçoamento dos nossos estudantes quanto ao melhor conhecimento recíproco entre os nossos povos. É esse o sentido do exitoso programa de divulgação do Brasil nas escolas britânicas e da criação do Centro de Estudos Brasileiros da Universidade de Oxford.

Majestade,

A nossa parceria se valoriza. Os resultados estão à vista. O diálogo que nossos Governos têm mantido nos mais altos níveis reflete a vontade comum de fazer mais, juntos.

E é pensando na amizade que une brasileiros e britânicos que convido todos os presentes a erguerem suas taças num brinde à prosperidade crescente do Reino Unido e à saúde e felicidade pessoais de Sua Majestade a Rainha Elizabeth II e de Sua Alteza Real o Duque de Edimburgo.

Muito obrigado.

London School of Economics and Political Science

*Conferência do Senhor Presidente da República,
Fernando Henrique Cardoso na London School of
Economics and Political Science. Londres, 3 de dezembro
de 1997*

Para alguém que dedicou a maior parte da vida à atividade acadêmica no campo das ciências sociais, este é um momento muito especial. Recebo sensibilizado, e com orgulho, a homenagem da London School of Economics and Political Science.

Esta é uma instituição respeitada por muitas razões, mas, sobretudo, por ter sabido orientar o pensamento para a transformação construtiva da sociedade.

Muito de meu próprio trabalho como sociólogo se aproxima desse espírito, mas penso que esta iniciativa da London School of Economics representa, antes de tudo, um tributo ao Brasil e aos brasileiros, uma Nação que, apesar das dificuldades, tem sabido transformar-se com otimismo, tolerância e espírito moderno.

Quero desde já prestar aqui minha homenagem ao Professor Anthony Giddens, que hoje dirige esta escola e cujas reflexões sobre os temas de nossa época têm tido grande influência no mundo acadêmico e político. Em uma palavra: ele é um dos maiores pensadores sociais do nosso tempo.

Senhoras e senhores,

Quero compartilhar com este auditório algumas idéias sobre os desafios que se apresentam hoje à democracia.

A democracia é um tema fundamental da ciência política. E é sempre um tema tão instigante

como inesgotável, porque no fundo está ligado ao problema permanente de definir o que é a boa sociedade, ao problema da capacidade dos homens e mulheres de criar instituições para garantir a liberdade e a justiça. Nos dias atuais, contudo, é particularmente relevante a preocupação quanto às formas pelas quais os regimes democráticos podem enfrentar as grandes questões contemporâneas. Como nos ensina o Professor Giddens, em um ângulo um pouco distinto, alguns dos fatores que favorecem a expansão de instituições liberal-democráticas pelo mundo contribuem, eles próprios, para criar novos desafios que parecem colocar em cheque a capacidade de atuação daquelas mesmas instituições. Enfraqueceram-se alguns elementos que se identificavam com o funcionamento da democracia moderna, como os partidos políticos, a utilização do Estado como mecanismo de promoção do bem-estar social e, em um plano mais básico, a própria noção de que os Estados nacionais devem comandar plenamente os processos que afetam as suas populações.

Menciono alguns aspectos do problema:

a) No plano das instituições, os mecanismos de representação e de agregação de interesses, em particular os partidos políticos, encontram dificuldades em acompanhar as demandas de representação geradas no contexto de fragmentação temática que caracteriza a vida política contemporânea, que reflete

a fragmentação das *constituencies* em torno de interesses específicos, setoriais, que vão muito além da mera inserção do indivíduo no sistema produtivo. No tratamento de temas como meio ambiente, direitos humanos, situação da mulher e grupos sociais vulneráveis, os partidos políticos dividem o espaço com as ONGs, que oferecem uma perspectiva distinta, não totalizante, deliberadamente segmentada.

b) Com as restrições fiscais enfrentadas pelo Estado em uma situação onde a inserção internacional é inevitável e cada vez mais competitiva, enfrentam-se novos limites para o próprio esforço de inclusão social, para a construção daquela soma inteligente de democracia formal e democracia substantiva que já foi o programa da social-democracia européia. Nos países desenvolvidos, isso tem obrigado a repensar as estruturas de bem-estar social. Nos países em desenvolvimento, essa questão torna-se ainda mais complexa, pois partimos da situação de um Estado do “mal-estar social” e o desafio é ainda mais difícil, tanto mais porque os avanços nas técnicas de comunicações e transportes, e o próprio processo de urbanização, tornam facilmente acessível a todos, não a própria prosperidade, mas a idéia do que é a prosperidade de outros, no seu próprio país ou no exterior. A questão da exclusão e da pobreza torna-se mais visível, o que às vezes pode projetar a impressão de que se tornou mais grave. De qualquer forma, o importante é que a demanda por equidade aumenta no momento mesmo em que se restringe a capacidade dos Estados de responder a ela.

c) O processo de globalização torna mais difícil que os projetos nacionais sejam dirigidos por uma vontade, mesmo que popular, dos Estados. Vários dos temas que afetam o dia-a-dia das populações envolvem fatores transnacionais, que escapam ao controle dos Governos. A questão dos fluxos financeiros internacionais é um exemplo evidente disso, que mostra o quanto as estruturas de *governance* existentes no plano global estão aquém do que seria necessário para que esse tipo de fenômeno pudesse ser objeto de tratamento democrático. Já se criou a consciência de que há

problemas que afetam a humanidade como um todo - da concentração de vantagens tecnológicas e de riqueza até as questões ambientais, mas até que ponto essa consciência da universalidade dos problemas propicia condições para que sejam tratados universalmente?

d) Nos países da América Latina, soma-se a esses aspectos a percepção de que o restabelecimento da democracia nos anos 80 não veio acompanhado de soluções para os problemas sociais, produzindo-se algumas vezes uma certa nostalgia do autoritarismo que, ainda que não pregue a sua volta, tende a manifestar impaciência com o processo de diálogo e negociação que é próprio da democracia e se permite imaginar um Executivo dotado de poderes similares aos de um regime autocrático.

Delineados esses elementos do problema, quais os caminhos que se abrem para a democracia nos dias de hoje? Acredito que a resposta não está em menos, mas em mais democracia. Eu defendo que é preciso radicalizar a democracia, ir à raiz dos processos que permitem que o povo soberanamente comande o seu destino e encontrar aí condições renovadas para o exercício do governo do povo, no novo contexto engendrado pelas condições da sociedade de massa contemporânea. Devemos encarar o regime democrático não somente como um ponto de chegada, para o qual a maioria das sociedades já convergiu ou está convergindo, mas também como um ponto de partida.

Vivemos, na realidade, uma oportunidade histórica única, pois as condições internacionais de estabilidade política são razoáveis, mas, ao mesmo tempo, não existe um mapa claro para enfrentar os problemas que acabo de mencionar. Não existe, por exemplo, uma teoria econômica que inclua os efeitos da globalização. No plano social, é difícil saber como se pode conduzir um processo de transformação nas sociedades contemporâneas na ausência de ideologias totalizadoras e em conjunturas nas quais, muitas vezes, a sociedade se antecipa aos que pretendem liderá-la. É igualmente difícil saber qual

pode ser o sujeito histórico dos processos de transformação quando o Estado se enfraquece e tantas formas novas de identidade social se sobrepõem às tradicionais divisões de classes. Frequentemente, os que refletem sobre esses temas estão pensando situações novas com categorias antigas.

No entanto, o fato de que as questões sejam complexas não significa que não possamos ter ideais, rumos. Os “ideais” incluem o equilíbrio em um processo de atendimento a múltiplas demandas, fragmentadas. A chave desse equilíbrio - que é central para a idéia de radicalização da democracia - é a idéia de que o Estado sirva efetivamente ao “todo” da cidadania. De que maneira isso é possível?

Essa é uma questão complexa e há mais de uma forma de encará-la. Quero indicar alguns pontos que, em minha percepção, podem ser relevantes para que as democracias estejam em condições de responder aos desafios do nosso tempo.

a) Antes de mais nada, é necessário lidar com um conceito amplo de cidadania, que, mantendo as bases antigas (essencialmente a noção de participação na política), vá mais além e incorpore, por exemplo, as demandas localizadas que se produzem nos vários planos de identidade individual. O cidadão não é mais simplesmente o eleitor: é membro de um gênero, de uma etnia, de uma minoria sexual, é desempregado, sem-terra, etc., e essa multiplicidade de pontos de vista deve refletir-se no funcionamento do sistema político. Os partidos políticos devem ser capazes de acomodar essa pluralidade de perspectivas, reconhecer a sua legitimidade. Ao mesmo tempo, o Estado deve estar preparado para uma interlocução em geometria variável com os diversos grupos e organizações que refletem essa pluralidade de identidades do indivíduo na sociedade contemporânea.

b) Como pode a cidadania manter algum comando em uma economia na qual o mercado é central e a privatização, um caminho necessário? É necessário superar a noção simplista de que o que é

bom para a cidadania deve necessariamente provir do Estado (na realidade, não faltam exemplos, no Brasil ou em outros países, de como se exerce a influência de interesses privados em ações do Estado). Os mecanismos de regulação das atividades “públicas privatizadas” (comunicações, energia elétrica, transportes, etc.) devem ser claramente orientados pelas necessidades do povo e, para isto, a participação direta de representantes da sociedade civil nos órgãos é fundamental. O Estado deve ser “poroso”, permeável às necessidades da cidadania, especialmente naquilo que é novo, nos temas em que ainda faltam as soluções mais definitivas. A identidade do Estado com o interesse nacional não é um dado, mas necessariamente uma construção política, que exige um esforço amplo de elaboração de consensos.

c) A democracia pressupõe a necessidade de universalização do acesso aos serviços públicos essenciais, como condições decisivas para a própria construção de uma cidadania efetivamente participante. E, naturalmente, os primeiros desses serviços são a educação e a saúde. Mais do que nunca, a educação é um fator decisivo para a construção da cidadania, muito especialmente em um país como o Brasil, onde ainda há tanto o que fazer a esse respeito. A saúde é, igualmente, elemento indispensável da dignidade do cidadão. O Estado deve continuar, portanto, a assumir a responsabilidade pelo tratamento das demandas de equidade e de serviços públicos, complementando o mercado naquelas áreas em que este não é capaz de oferecer as respostas. Nas condições atuais, a solução dos problemas sociais exige uma parceria criativa entre Estado e sociedade. Há uma multiplicidade de papéis que podem ser desempenhados pelo Estado, como o de oferecer liderança, o de funcionar como um catalisador, o de fomentar iniciativas da própria sociedade. Existe todo um espaço para novas formas de interlocução e ação conjunta que podem trazer uma contribuição fundamental para a realização daquilo que já se denominou “democracia substantiva”. No Brasil, o

Programa “Comunidade Solidária” é um exemplo disso, buscando atuar na interface entre a responsabilidade social do Governo e a das empresas e organizações da sociedade civil.

d) Impõe-se a tarefa da renovação do espaço da política, a tarefa de dar voz a todos, em condições de liberdade efetiva. Nas circunstâncias da vida social contemporânea, o importante é que a esfera pública seja realmente pública, e nas condições da democracia contemporânea isso pressupõe que ela seja uma esfera de argumentação, de diálogo, ao mesmo tempo em que é uma esfera de tolerância e respeito ao outro. Radicalizar a democracia significará, de um lado, dar condições efetivas de liberdade para que todos, mesmo os que não estão organizados, “falem”. Existe aí um papel importante para o Estado, no sentido de garantir a liberdade de expressão e de procurar contribuir para que o espaço público seja construído em condições tais que permitam compensar os desniveis de organização entre os diversos grupos sociais, de tal modo que todos os argumentos se façam ouvir.

e) Por fim, será necessário encontrar fórmulas para responder aos desafios que o processo de globalização apresenta para a democracia e para o comando pelo Estado de seu próprio destino. Essa questão deve ser pensada fora da moldura tradicional dos esquemas autárquicos. Não voltaremos a um sistema internacional nos moldes de Westphalia. A interdependência entre os Estados é um fato e ignorá-lo seria condenar os nossos esforços, desde logo, ao reino da fantasia. Mas isso não nos exime de examinar a questão de saber o que é possível e necessário regular, no plano internacional, para que a vontade dos cidadãos possa ser democraticamente exercida. É necessário pensar o papel das instituições de Bretton Woods no atual contexto da economia internacional. Da mesma forma, é preciso repensar a composição e as formas de atuação do Conselho de Segurança das Nações Unidas, de modo a assegurar que ele tenha a legitimidade indispensável para um papel de relevo na defesa da paz e da segurança

internacional.

A consideração desses desafios à democracia poderia, em aparência, sugerir uma tarefa de complexidade tão grande a ponto de colocar pressões excessivas sobre sistemas políticos que já respondem com dificuldade às necessidades cotidianas de governo e que se mostram ainda menos eficientes quando se trata de efetuar reformas profundas, de romper com categorias do passado. Mas nem tudo depende do sistema político, dos partidos ou do Estado. Em nosso tempo, as próprias sociedades freqüentemente se antecipam aos projetos de transformação e experimentam processos de mudança nascidos dos próprios movimentos sociais.

No Brasil tem sido assim. No processo de transição do autoritarismo para a democracia, a partir do final dos anos 70, e posteriormente nos momentos iniciais de consolidação da democracia, a partir de meados dos anos 80, operou-se uma verdadeira revolução democrática na sociedade brasileira, com o surgimento de novos atores (organizações e grupos sociais) e a definição de um novo padrão de relação entre a sociedade e o Estado, caracterizado pela exigência de transparência, abertura e acesso aos processos decisórios. Mais recentemente, esse substrato de democracia social foi o que permitiu que o povo brasileiro fizesse uma opção nítida e consciente pela estabilidade econômica alcançada com o Plano Real.

O controle da inflação, propiciado pelo Plano Real, teve um impacto social extraordinário. Milhões de brasileiros, pelo mero fato de que sua renda deixou de ser corroída pelo aumento dos preços, foram capazes de superar a linha de pobreza e ter acesso a bens e serviços com os quais antes podiam apenas sonhar.

Mais do que isso, porém, a conquista da estabilidade econômica teve e tem, para os brasileiros, um significado político muito importante. É óbvio que o controle da inflação não resolveu, num passe de mágica, todos os problemas do Brasil. A população sabe disso. Mas o Plano Real, ou seja, a

estabilidade econômica, proporcionou aos brasileiros um ponto de unidade, um consenso em torno a um objetivo nacional definido e produzido através de mecanismos democráticos. E a razão para isto não é apenas a lógica econômica, mas também a mudança política e social.

Essas breves observações sobre a história recente do Brasil ilustram, a meu ver, o fato de que o processo de radicalização da democracia não se faz de cima para baixo, por decisão de Governo, mas envolve a mobilização da própria sociedade. Mas, em qualquer hipótese, é preciso que se faça com a participação dos governantes.

Trata-se, sobretudo, de eliminar obstáculos ao aprofundamento e ao exercício desimpedido da democracia. São obstáculos que se acumularam ao longo de décadas como resultado da perda de sintonia entre a realidade social e os procedimentos políticos. Alguns desses obstáculos encontram-se dentro do próprio aparelho estatal - daí a importância decisiva das propostas de reforma do Estado.

Estamos multiplicando e consolidando os canais de expressão da coletividade, tornando mais descentralizadas as instâncias de deliberação e decisão, fazendo-as mais permeáveis à participação, aproximando o poder público das pessoas e as pessoas, do poder público. Em essência, indo à raiz da palavra poder, cristalizando em cada cidadão a certeza de que pode falar e de que vale a pena fazê-lo, de que pode contribuir para a mudança, e de que vale a pena fazê-lo. Trata-se de resgatar em sua plenitude o significado da expressão "cidadania", a noção de que o indivíduo é mais do que um indivíduo: é membro de uma comunidade. Embora em circunstâncias distintas, encontro a mesma perspectiva no conceito de uma "stakeholder society", elaborado com tanta propriedade pelo Primeiro Ministro Tony Blair.

Quando me perguntam se essa democracia radicalmente pluralista, cada vez mais democrática, vai resolver o problema fundamental da exclusão, respondo que sim, inclusive porque não há outro

caminho. E se a sociedade é plural, as soluções não podem deixar de refletir esse fato. Porque não há apenas uma exclusão, a dos pobres marginalizados do processo de desenvolvimento; essa é a percepção tradicional. Na verdade, há várias exclusões: a da mulher, das crianças, dos idosos, dos deseducados, dos desempregados, dos portadores de deficiência física, das vítimas de violência, dos sem-terra, dos atingidos pela poluição e outros danos ao meio ambiente.

Não basta, portanto, politizar apenas uma linha de exclusão, no velho molde da luta de classes. É preciso politizá-las todas, incentivar a mobilização, criar organizações e ampliar os canais entre elas e as instituições que compõem o Estado.

Ninguém poderá entender corretamente o Brasil se não se der conta de que isso já está acontecendo intensamente no país. E mais, que embora grande parte desses movimentos se transforme em pressões sobre o Governo, em reivindicações que muitas vezes não podem ser atendidas, o Governo quer mais mobilização, mais organização, mais vigilância na sociedade brasileira.

Defender que o simplismo das dicotomias tradicionais entre esquerda e direita, operários e capitalistas, deve ser substituído pelo reconhecimento da complexidade de nossas sociedades não significa ser conservador, como pensam alguns 'fundamentalistas' (no sentido em que o Professor Giddens utiliza esse termo). Ao contrário, significa aceitar a mudança e querer mais mudança; significa estar disposto a abrir mão do conhecido e participar da construção de algo verdadeiramente novo.

É com o espírito desse desafio intelectual de pensar o verdadeiramente novo que deixo, aos jovens estudantes da London School of Economics and Political Science, meus votos de que possam ter a felicidade de contribuir, cada qual à sua maneira, para a construção de um mundo que seja mais democrático, que seja mais próspero e solidário, de um mundo radicalmente melhor.

Muito Obrigado.

Recepção do Lord Mayor em Londres

Discurso do Senhor Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, ao ser recebido pelo Lord Mayor no Guildhall. Londres, 3 de dezembro de 1997

É uma honra muito grande para mim, minha mulher e aqueles que nos acompanham, sermos acolhidos neste templo extraordinário da história britânica, que é o Guildhall. Diante de suas paredes medievais, passaram séculos e séculos – mais de meio milênio – e não poderia ser senão de admiração o sentimento de quem se depara com esta arquitetura em muitos aspectos intacta e, no seu todo, magnificamente preservada ao longo das gerações.

Este é um momento alto da minha Visita de Estado ao Reino Unido. É a oportunidade, proporcionada pela hospitalidade da Corporação de Londres, de encontrar-me com os líderes e representantes de um dos maiores centros financeiros do mundo. A cidade de Londres é para o Brasil, uma referência importante na condução de seus negócios e de suas estratégias em matéria econômica. O que reverbera dentro e além do seu território de uma milha quadrada tem impacto direto sobre nós. Daí, a importância do acompanhamento permanente das suas atividades e, mais do que isso, da própria presença na cidade, em ocasiões como esta, das autoridades e líderes empresariais de países que, como o Brasil, necessitam estar em contato com este que é um dos principais centros formadores da opinião econômica internacional.

Graças, em boa parte, ao dinamismo, ao espírito empreendedor e à projeção mundial da

cidade de Londres, as relações entre o Brasil e o Reino Unido nas áreas do comércio, das finanças, dos investimentos têm atingido níveis significativos. Espero firmemente que esta minha visita possa ajudar, de alguma forma, a expandir ainda mais esses vínculos. Por isso, minha satisfação de vir esta noite ao Guildhall e desfrutar da companhia ilustre de tantas personalidades: além do Lord Mayor, da Lady Mayoress e demais autoridades da Corporação de Londres, os nobres membros da Família Real aqui presentes, Ministros do Governo de Sua Majestade, políticos, parlamentares, embaixadores, homens de ciência e cultura, da imprensa, e, sobretudo, significativo número de representantes da comunidade empresarial anglo-brasileira.

Lord Mayor,

Agradeço suas palavras amáveis de saudação dirigidas ao Brasil e a mim, pessoalmente. Elas bem traduzem a estima recíproca e a autêntica amizade entre nossos povos.

Peço a Vossa Excelência, em nome do Governo brasileiro, no meu próprio e no de minha comitiva, que aceite os melhores votos de sucesso e felicidade, extensivos a todos os membros da Corporação de Londres.

Muito obrigado.

Recepção oferecida pela Presidente da Canning House

Discurso do Senhor Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, na recepção oferecida pela Presidente da Canning House. Londres, 4 de dezembro de 1997

É um prazer para mim poder voltar à Canning House, instituição que está associada à obra da crescente aproximação do Reino Unido com a América Latina e, em particular, com o Brasil.

Há muito acompanho o trabalho desta Casa, ponto de passagem obrigatório para os Presidentes latino-americanos em visita ao Reino Unido. Aqui estive anos atrás, quando Ministro das Relações Exteriores, e é com especial satisfação que agora, como Chefe de Estado, cumpro este agradável ritual. Na Canning House, as comunidades diplomática e empresarial de nossos países em Londres encontram um ponto de apoio aos seus esforços individuais.

Noto, com satisfação, que a Canning House tem procurado fortalecer suas atividades em prol da cooperação cada vez mais estreita entre o Reino Unido e a América Latina. Um dos marcos dessa nova fase da instituição foi a Conferência realizada em maio em São Paulo, sobre o tema ‘O Brasil, o Mercosul e a União Européia na Economia Global’. Sei dos resultados positivos daquele encontro, no qual tanto o Governo quanto o setor privado brasileiros estiveram diretamente envolvidos. Foi uma iniciativa notável de divulgação das oportunidades

de negócios que se abrem com a presente etapa do desenvolvimento brasileiro. Além de seus esforços na área econômico-comercial, a Canning House tem desempenhado papel de relevo na promoção dos vínculos culturais e educacionais entre nossos países. Prova disso é a exposição fotográfica ‘Terra Brasil’, com motivos ambientais, que se realiza nestes dias aqui na sua própria sede. Menciono ainda a importância do ensino do português como parte tradicional de seu programa de trabalho, e espero que a Canning House possa continuar a promover essa atividade em benefício do maior conhecimento da nossa língua e da nossa cultura.

Agradeço, Baronesa Hooper, suas palavras amáveis de saudação. Não quis deixar de vir à Canning House por ocasião de minha visita de Estado, a fim de expressar-lhe o reconhecimento do Governo brasileiro pela contribuição que, há quase meio século, vem prestando ao desenvolvimento das relações entre nossos países.

Desejo estender a todos os membros desta Casa os melhores votos de felicidade e de contínuo êxito em suas atividades.

Muito obrigado.

Recebimento do Título de Doutor “Honoris Causa” em Direito na Universidade de Cambridge

Discurso do Senhor Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, ao receber o Título de Doutor “Honoris Causa” em Direito na Universidade de Cambridge. Cambridge, 4 de dezembro de 1997

É motivo de grande orgulho pessoal para mim e prova de especial deferência ao Brasil o título de Doutor Honoris Causa em Direito que acabo de receber das mãos de Sua Alteza Real.

Orgulho pessoal por encontrar-me aqui, vinte anos após ter sido titular da Cátedra Simón Bolívar, no Clare College, para receber do Chanceler da Universidade sua mais elevada comenda acadêmica. Deferência ao meu país, porque interpreto este título também como um reconhecimento aos esforços dos brasileiros para construir um país mais justo.

Como alguém que, antes de assumir responsabilidades políticas, formou-se em uma longa experiência acadêmica, sei do valor das Universidades na vida cultural e política e no desenvolvimento de um país. Sei da importância de que a ação social seja iluminada pela reflexão, pelo pensamento, tanto no âmbito técnico como no plano propriamente político, da reflexão filosófica sobre os valores. Sei da necessidade de que uma sociedade possa contar com a excelência das instituições superiores de ensino, para formar quadros e transmitir às novas gerações a herança de conhecimento a partir da qual cada época pode expandir as possibilidades

humanas.

Sei, também, que a Universidade de Cambridge reúne de forma exemplar essas características de excelência. Que esta Universidade, perto de completar oito séculos de existência, tem sido um fator permanente de contribuição ao progresso do conhecimento. Que ocupa um lugar de destaque no espetacular avanço das letras, das artes e das humanidades neste milênio cujo fim estamos por testemunhar. Cambridge é uma síntese do quanto o Brasil tem a ganhar com uma parceria com o Reino Unido. É um símbolo do empreendimento humano, das grandes conquistas da cultura e da civilização, conquistas pelas quais se empenha o Brasil de hoje e que são a marca do nosso projeto de futuro.

Esta é, sem dúvida, uma das maiores expressões de reconhecimento acadêmico em toda minha vida. E, além da distinção acadêmica, valorizo profundamente a carga de responsabilidade adicional que este título me impõe como intelectual e como homem público. Desejo, portanto, expressar meu profundo agradecimento por essa manifestação de apreço pelo Brasil e pelo seu Presidente.

Muito obrigado.

ATOS INTERNACIONAIS

Acordo de Cooperação entre os Governos Integrantes da CPLP para a Redução da Demanda, Prevenção do Uso Indevido e Combate à Produção e ao Tráfico Ilícito de Entorpecentes e Substâncias Psicotrópicas. Salvador, 18 de julho de 1997.

Ata de Retificação do Acordo de Complementação Econômica nº 35, entre o Mercosul e o Chile. Montevidéu, 20 de agosto de 1997.

Convenção Conjunta sobre o Gerenciamento Seguro do Combustível Irradiado e dos Rejeitos Radioativos. Viena, 5 de setembro de 1997.

Sexto Protocolo Adicional ao Acordo de Complementação Econômica nº 35, entre o Mercosul e o Chile. Montevidéu, 11 de setembro de 1997.

Sétimo Protocolo Adicional ao Acordo de Complementação Econômica nº 35, entre o Mercosul e o Chile. Montevidéu, 11 de setembro de 1997.

Convenção sobre Compensação Suplementar por Dano Nuclear. Viena, 12 de setembro de 1997

Protocolo de Emenda da Convenção de Viena Sobre Responsabilidade Civil por Danos Nucleares. Viena, 12 de setembro de 1997.

Emendas ao Protocolo de Montreal sobre Substâncias que destroem a Camada de Ozônio, aprovadas em Montreal, em 17 de setembro de 1997, ao término da Nona Reunião das Partes, e,

em Pequim, em 3 de dezembro de 1999, por ocasião da Décima Reunião das Partes. Montreal, 17 de setembro de 1997

Convenção sobre a Proibição do Uso, Armazenamento, Produção e Transferência de Minas Anti-Pessoal e sobre sua Destrução. Oslo, 18 de setembro de 1997.

6º Protocolo Adicional ao Acordo de Alcance Parcial de Renegociação nº 9 (Protocolo de Adequação), entre Brasil e México. Montevidéu, 26 de setembro de 1997.

Sétimo Protocolo Adicional ao Acordo de Complementação Econômica nº 27, entre o Brasil e Venezuela. Montevidéu, 26 de setembro de 1997

Protocolo de Prorrogação dos Acordos Comerciais entre Brasil e México. Montevidéu, 26 de setembro de 1997.

Oitavo Protocolo Adicional ao Acordo de Complementação Econômica nº 25, entre Brasil e Peru.

12º Protocolo Adicional ao Acordo de Alcance Parcial de Renegociação nº 11, entre Brasil e Equador. Montevidéu, 26 de setembro de 1997.

8º Protocolo Adicional ao Acordo de Alcance Parcial de Renegociação nº 10 (Protocolo de Adequação), entre Brasil e Colômbia. Montevidéu, 26 de setembro de 1997.

6º Protocolo Adicional ao Acordo de Alcance Parcial nº 21, Subscrito ao Amparo do Artigo 25 do Tratado de Montevidéu de 1980, entre Brasil e Cuba. Montevidéu, 29 de setembro de 1997.

Ata de Retificação do Protocolo de Adequação ao Acordo de Alcance Parcial de Renegociação nº 10, entre Brasil e Colômbia. Montevidéu, 3 de outubro de 1997.

Resolução 232 do Comitê de Representantes da Associação Latino-Americana de Integração (ALADI). Montevidéu, 8 de outubro de 1997.

Primeiro Protocolo Adicional ao Acordo de Complementação Econômica nº 36, entre o Mercosul e a Bolívia. Montevidéu, 14 de outubro de 1997.

Ata de Retificação do Acordo de Complementação Econômica nº 36, entre o Mercosul e a Bolívia. Montevidéu, 10 de outubro de 1997

1997

Convenção Interamericana Contra a Fabricação e o Tráfico Ilícito de Armas de Fogo, Munições, Explosivos e Outros Materiais Correlatos. Washington, 14 de novembro de 1997.

Convenção Internacional para a Proteção dos Vegetais (CIVP) (Revisão do texto de 6/12/51 e de 28/11/79). Roma, 17 de novembro de 1997.

Emendas ao Anexo da Convenção Internacional de 1974 para a Segurança da Vida Humana no Mar Solas-74 e às Diretrizes 1 e 2 da Referida Convenção (Programa Melhorado de Inspeção Durante o Reconhecimento de Graneleiros e Petroleiros - Resolução A.744). Londres, 27 de novembro de 1997.

Acordo Quadro para a Promoção do Comércio Mediante a Superação das Barreiras Técnicas ao Comércio, entre Brasil, Argentina, Bolívia, Chile, Colômbia, Equador, México, Paraguai, Peru e Venezuela. Montevidéu, 8 de dezembro de 1997.

Protocolo de Quioto para a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança Climática. Quioto, 11 de dezembro de 1997.

Convenção Internacional para a Supressão de Atentados Terroristas com Bombas. Nova York, 15 de dezembro de 1997

Protocolo de Montevidéu sobre o Comércio de Serviços do Mercosul. Montevidéu, 15 de dezembro de 1997

Acordo Multilateral de Seguridade Social do Mercado Comum do Sul e seu Regulamento Administrativo. Montevidéu, 15 de dezembro de 1997.

Décimo Oitavo Protocolo Adicional ao Acordo de Complementação Econômica nº 18, entre Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai. Montevidéu, 17 de dezembro de 1997.

Décimo Nono Protocolo Adicional ao Acordo de Complementação Econômica nº 18, entre Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai. Montevidéu, 17 de dezembro de 1997.

Convenção sobre o Combate da Corrupção de Funcionários Públicos Estrangeiros em Transações Comerciais Internacionais (OCDE). Paris, 17 de dezembro de 1997.

13º Protocolo Adicional ao Acordo de Alcance Parcial de “Renegociação das Concessões Outorgadas no Período de 1962/1980” nº 11, entre Brasil e Equador. Montevidéu, 18 de dezembro de 1997.

9º Protocolo Adicional ao Acordo de Complementação Econômica nº 25, entre Brasil e Peru. Montevidéu, 18 de dezembro de 1997.

Oitavo Protocolo Adicional ao Acordo de Complementação Econômica nº 27, entre Brasil e Venezuela. Montevidéu, 18 de dezembro de 1997.

9º Protocolo Adicional ao Acordo de Alcance Parcial de “Renegociação das Concessões Outorgadas no

Período de 1962/1980” nº 10 (Protocolo de Adequação), entre Brasil e Colômbia. Montevidéu, 18 de dezembro de 1997.

7º Protocolo Adicional ao Acordo de Alcance Parcial nº 21, Subscrito ao Amparo do Artigo 25 do Tratado de Montevidéu de 1980, entre Brasil e Cuba. Montevidéu, 18 de dezembro de 1997.

COMUNICADOS, NOTAS, MENSAGENS E INFORMAÇÕES

Declaração Presidencial sobre a Proibição de Minas Anti-Pessoal. Ottawa, 2 de dezembro de 1997

A celebração, em Ottawa, de 2 a 4 de dezembro próximo, da cerimônia de assinatura, por mais de cem países, entre os quais o Brasil, da Convenção para a Proibição do Uso, Armazenamento, Produção e Transferência de Minas Anti-Pessoal e para sua Destrução, marcará uma conquista da humanidade em sua persistente busca por um mundo de paz e de solidariedade.

As minas são armas terríveis, de ação indiscriminada, que continuam matando muitos anos depois de terminado o conflito que motivou seu emprego. A maioria esmagadora das vítimas de civis, sobretudo mulheres e crianças. O flagelo das minas espalha-se hoje por cerca de sessenta países, em cujos territórios se estima haver plantadas cem milhões de minas Anti-Pessoal. Povos irmãos na América Central e na África padecem dessa calamidade humanitária, cujo pesado fardo se fará sentir ainda por várias gerações.

O Brasil é um país livre de minas. Essas “assassinas silenciosas” nunca encontraram solo fértil em território nacional. Há anos não se produzem minas Anti-Pessoal no país e, já em 1995, o Brasil havia declarado moratória unilateral na exportação dessas armas. São fatos que comprovam a vocação pacífica de nosso país e o excelente relacionamento que historicamente mantemos com nossos muitos vizinhos ao longo de extensas fronteiras. Estes fatores muito contribuíram para a efetiva coordenação de posições sobre o assunto levado a cabo durante as

negociações do texto da Convenção entre os países de nossa região, que comparecerão em peso à reunião de Ottawa.

No entanto, ao assinar a Convenção de Ottawa, o Brasil não estará apenas formalizando seu firme propósito de manter o país livre de minas e de não contribuir para a propagação desse flagelo, objetivos já de há muito alcançados no que nos diz respeito. Estará também renovando seu compromisso de solidariedade com os países infestados por minas no esforço para libertarem seu solo desse mal invisível, passo fundamental para a retomada do desenvolvimento econômico e para a reconstrução daquelas Nações.

Durante a negociação do texto da Convenção, o Brasil destacou-se por defender, com sucesso, um maior comprometimento da comunidade internacional com a causa da cooperação para a desminagem dos países infestados. Mais uma vez demos mostra de coerência e convicção de propósitos, lutando por uma causa com a qual há muito já estamos comprometidos.

De fato, ao assinar a Convenção de Ottawa, o Brasil estará, ao mesmo tempo, rendendo homenagem às Forças Armadas pela forma como têm contribuído para o esforço de desminagem em países irmãos da América Central, em Angola e em Moçambique. Trata-se de um trabalho humanitário que exige grande bravura e que tem custado, por vezes, o sacrifício heróico de nossos militares, como no caso do Capitão-de-Corveta Ruy Xavier da Silva, mutilado em acidente quando participava de operação de desminagem em Honduras.

Declaração Conjunta do Senhor Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, do Chanceler Helmut Kohl, da República Federal da Alemanha, do Vice-Presidente Thabo Mbeki, da República da África do Sul e do Primeiro-Ministro Goh Chok Tong, da República de Cingapura. Quioto, 1^a de dezembro de 1997

Prévia à III Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima

Quioto, 1 a 10 de dezembro de 1997

A política internacional sobre mudança do clima já figurava como uma questão central da Iniciativa Conjunta que apresentamos em 23 de junho de 1997, em Nova York, por ocasião da 19^a Sessão da Assembléia Geral das Nações Unidas.

Motivados por nossa preocupação em garantir que o clima da Terra receba com urgência a proteção necessária e tendo em vista o estado ainda extremamente difícil das negociações, conclamamos os países Partes da Convenção-Quadro sobre Mudança do Clima a adotarem na próxima III Conferência das Partes, a ser realizada em Quioto, um protocolo ou outro instrumento legalmente vinculante que reflita a grande importância da proteção do clima global para o conjunto da humanidade.

Esse documento deve conter compromissos legalmente vinculantes para que os países desenvolvidos reduzam significativamente suas emissões de gases causadores de efeito estufa. A esse respeito, fazemos referência à proposta apoiada por nossos países, segundo a qual os países desenvolvidos, individual ou conjuntamente, terão de reduzir as emissões dos três mais importantes gases causadores do efeito estufa (dióxido de carbono, metano e óxido nitroso) em pelo menos 7,5% em 2005 e 15% em 2010 em comparação com os níveis verificados no ano de 1990.

As reduções necessárias devem ser realizadas, sobretudo, no plano nacional. Ademais, a implementação flexível de reduções mandatórias

entre países desenvolvidos poderia ser utilizada. Nesse contexto, a Conferência de Quioto deve considerar a utilização da modalidade de implementação conjunta entre países desenvolvidos de acordo com regras e critérios a serem acordados.

Metas mandatórias de redução de emissões em um protocolo sobre mudança do clima terão credibilidade especialmente se houver regras efetivas de verificação de cumprimento das mesmas. Nesse sentido, poderia ser um aporte para a eficácia das regras de cumprimento, a proposta de que contribuições proporcionais daqueles países desenvolvidos em descumprimento com as metas contidas no protocolo sejam colocadas disposição para a implementação de medidas de proteção ao clima em países em desenvolvimento.

Todas as nações do mundo devem cooperar com o objetivo de proteger o sistema climático para o benefício das futuras gerações. Reconhecemos que, a longo prazo, um esforço verdadeiramente global de todos os países será necessário de acordo com suas responsabilidades comuns, mas diferenciadas, para atingir o objetivo da Convenção sobre Mudança do Clima. Reconhecemos a necessidade do crescimento econômico sustentável em países em desenvolvimento e consideramos a cooperação tecnológica e a assistência financeira como parte de nosso esforço de longo prazo. Desse modo, a Conferência de Quioto deve também considerar medidas para promover o acesso à tecnologia ou à transferência de tecnologia, bem como de recursos financeiros de forma a auxiliar os países em desenvolvimento no cumprimento de seus compromissos.

Em Quioto, os países desenvolvidos serão instados a demonstrar sua responsabilidade pela proteção do clima ao se comprometerem a reduzir as suas emissões de gases causadores de efeito estufa a níveis significativamente inferiores aos de 1990.

Os países em desenvolvimento também devem considerar seu papel no longo prazo, com vistas a, no futuro, contribuir adicionalmente, de

forma apropriada, para a proteção do clima global, baseados no princípio das responsabilidades comuns,

mas diferenciadas e tendo em vista o progresso alcançado pelos países desenvolvidos em Quioto.

ARTIGOS

“O Brasil e o TNP”

Artigo do Senhor Luiz Felipe Lampreia, Ministro de Estado das Relações Exteriores - O Estado de São Paulo, 1º de julho de 1997

Em 20 de junho, o presidente Fernando Henrique Cardoso enviou mensagem ao Congresso Nacional solicitando autorização para o ingresso do Brasil no Tratado de Não-Proliferação (TNP) de armas nucleares. A iniciativa corresponde à seqüência natural de um processo iniciado, em meados dos anos 80, pela aproximação com a Argentina na área nuclear e pela inclusão na Constituição de 1988 de dispositivo que consagra a finalidade exclusivamente pacífica do programa nuclear brasileiro. Acordos internacionais subsequentes, todos debatidos e aprovados pelo Congresso, confirmaram no plano internacional o compromisso brasileiro com a não-proliferação nuclear.

Ainda assim, a iniciativa de aderir ao TNP poderá suscitar interrogações em alguns setores da opinião pública. Afinal, desde a conclusão do tratado, em 1968, a diplomacia brasileira manteve atitude crítica em relação a alguns de seus aspectos, em particular quanto à imposição de obrigações diferenciadas às potências nucleares e aos membros não nucleares. Por que, então, a decisão de tornar-se membro do tratado?

A resposta está no processo de mudanças por que passaram as relações internacionais, sobretudo com o fim da guerra fria, e nas transformações sofridas pelo próprio TNP, que, de instrumento de congelamento do poder se vem tornando mecanismo de progresso rumo ao desarmamento e à não-proliferação.

Mudou o cenário estratégico internacional,

com a superação da divisão entre duas alianças militares ancoradas na dissuasão nuclear—Otan e Pacto de Varsóvia —e com a marcha inescapável da globalização. Esta nova realidade desvalorizou politicamente a opção pela arma nuclear e pelas armas de destruição em massa, de modo geral. Os novos fatores determinantes da influência internacional estão ligados à estabilidade social e política, ao dinamismo econômico e social e à articulação diplomática.

No mundo de hoje, vem se firmando uma nova convergência de valores e objetivos entre praticamente todos os membros da comunidade internacional, voltada para a garantia da segurança por meios não agressivos, pelo desarmamento e pela não-proliferação de armas de destruição em massa. Isso não quer dizer que tenham desaparecido as tensões entre os países. As regras do jogo, porém, tornaram-se mais sólidas e se aproximam da universalidade.

Na área nuclear, a convergência de objetivos reflete-se no aumento do número de membros do TNP, que já alcança 185 (o mesmo que a Carta das Nações Unidas), e na reversão da corrida armamentista, marcada pelo início de reduções drásticas nos arsenais das superpotências e pela proibição total dos testes nucleares. As reivindicações tradicionalmente apresentadas pelo Brasil e por outros países não nucleares começam, assim, a ser atendidas.

Mudou, também, o TNP. Concebido como mecanismo de emergência para conter o número de potências nucleares, que ameaçava multiplicar-se de forma incontrolável, o tratado vem se transformando no principal foro de debates e de acompanhamento do progresso na direção do desarmamento nuclear

e da garantia do uso pacífico da energia atômica.

A conferência de 1995 prorrogou indefinidamente a vigência do TNP, inicialmente prevista para 25 anos. Ao mesmo tempo, estabeleceu uma lista de princípios e objetivos na área de não-proliferação e desarmamento nuclear e um mecanismo semi-permanente de revisão, que se reúne quatro anos em cada cinco.

Dessa forma, o comitê preparatório da conferência do ano 2000 já realizou sua primeira reunião, em abril, na qual foi estabelecida uma relação de temas prioritários para discussão e uma lista de pontos de acordo geral. O Brasil, como não é membro do TNP, não pôde participar do comitê preparatório, ainda que nele tenham sido discutidos temas como desarmamento, salvaguardas e usos pacíficos da energia nuclear, de óbvio interesse para o País.

Por isso, ingressar no TNP já não carrega a conotação de conformismo com a corrida armamentista. Representa, ao contrário, a disposição de prestar a contribuição que se espera de um país do porte do Brasil para concretizar os valores comuns da comunidade internacional nas áreas de não-proliferação, desarmamento e usos pacíficos da energia nuclear.

“As relações entre Brasil e Argentina”

Artigo do Senhor Secretário-Geral do Ministério das Relações Exteriores, Embaixador Sebastião do Rego Barros, publicado no jornal Clarín, de Buenos Aires, em 27 de agosto de 1997

O anúncio recente pelo Governo norte-americano da futura concessão à Argentina de status de “aliado especial” extra-OTAN despertou, na imprensa brasileira, suspeitas de dupla natureza, ambas fundadas numa ótica de *Realpolitik*. A primeira delas é a de que os Estados Unidos buscariam, com a medida, semear a desconfiança e a divergência no Mercosul e, em particular, no relacionamento entre Brasil e Argentina. A segunda é a de que a Argentina, por sua vez, procuraria

contrabalançar tanto o reequipamento militar chileno quanto uma suposta supremacia regional do Brasil, animada por nosso desenvolvimento econômico e crescente prestígio internacional.

Essa percepção seria convincente caso se aplicasse a um ambiente regional caracterizado pela lógica da confrontação, que desconsiderasse o amadurecimento das relações entre Brasil, Argentina e Chile. Esta visão peca, no entanto, por abstrair um dado fundamental de nossos dias: já se foi o tempo em que Brasil e Argentina sacrificavam os benefícios recíprocos da cooperação político-estratégica e da integração econômica em favor de um isolamento econômico e de uma rivalidade regional que atentavam francamente contra os interesses nacionais dos dois países.

A visão confrontacionista de anos passados frutificou, em certa medida, por equívocos de ambas as partes. Custamos a perceber, ou a admitir, que, para dois países vizinhos que tinham tudo a ganhar com a complementaridade entre as duas maiores economias sul-americanas e tudo a perder com a persistência de uma rivalidade estratégica, a vocação era a de cooperar. Empreendemos, assim, e *pari passu* com a democratização, uma aproximação econômica e política sem precedentes, que se intensificou de modo notável ao longo da década. Mudou o Brasil, mudou a Argentina e o contexto internacional e regional em que se desenvolvem as relações bilaterais.

No passado, importantes setores no Brasil e na Argentina cortejavam visões geoestratégicas ortodoxas. Hoje, nossos militares realizam manobras conjuntas. No passado, hesitávamos em intensificar as relações econômicas em determinadas áreas, como a energética, por temermos depender de um vizinho que era visto antes como rival do que como aliado. Hoje, o Brasil é o maior parceiro comercial da Argentina, enquanto a Argentina detém o segundo maior mercado para nossas exportações, após os Estados Unidos. O que ocorreu nestes dez anos foi uma verdadeira revolução na história de um

relacionamento bilateral que, ao longo de mais de um século e meio, se arrastou, essencialmente, sob o signo da desconfiança: pela primeira vez e de forma sólida, construímos uma parceria que traz ganhos, seja para o desenvolvimento econômico nacional, seja para a paz e a estabilidade da região, dos quais Brasil e Argentina não podem e não querem prescindir.

O exemplo maior desta parceria é o Mercosul. **Gestado** pelo espírito de cooperação política que se seguiu à superação de contenciosos em torno da construção de usinas hidrelétricas em rios internacionais e do desenvolvimento da indústria nuclear, o Mercosul, ao propiciar um enorme incremento do comércio e da própria interdependência entre os dois países, selou de vez uma aliança que transcende em muito seus aspectos econômicos.

De iniciativa no campo econômico-comercial resultante do desanuviamento político dos anos 80, o Mercosul evoluiu para uma intensa cooperação política, militar e cultural, que vai muito além de divergências ocasionais, perfeitamente naturais num relacionamento tão próximo quanto o de Brasil e Argentina. No caso da expansão do Conselho de Segurança da ONU, por exemplo, a existência de posições diferentes, há muito conhecidas e que refletem interesses de ambos os países, em nada impede que intensifiquemos a cooperação nas mais diversas áreas inclusive na estratégica e militar. O diálogo entre nossos governos, a defesa comum de valores, fundados na democracia, e a afinidade de posições em vários temas internacionais, da qual cito apenas o exemplo eloquente das negociações acerca da ALCA, revelam a profundidade de uma relação que, me arrisco a dizer, nem o Brasil nem a Argentina atingem com nenhum outro parceiro.

Estou persuadido de que esse entendimento, que serviu de núcleo e motor do Mercosul, será também combustível suficiente para construirmos com nossos sócios -Paraguai e Uruguai -, com os países associados - Bolívia e Chile - e com os demais países que formam o Grupo Andino - Venezuela, Peru,

Colômbia e Equador - uma zona de paz e prosperidade na América do Sul.

A recente reunião do Grupo do Rio em Assunção e os encontros que mantiveram, na ocasião, os Presidentes Fernando Henrique Cardoso, Carlos Menem e Eduardo Frei serviram, uma vez mais, para reafirmar este propósito comum. Não há mais volta no caminho do diálogo e da cooperação: compartilhamos a certeza de que o objetivo prioritário de nossos países — o desenvolvimento — somente será alcançado numa atmosfera de estabilidade política e de crescimento econômico da região, o que depende, em grande medida, da preservação do diálogo franco e privilegiado que estabelecemos entre nossas sociedades e governos.

“A reforma do Conselho de Segurança”.

Artigo publicado pelo Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Luiz Felipe Lampreia, na folha de São Paulo. 31 de agosto de 1997

A reforma do Conselho de Segurança é um dos temas tão antigos quanto a própria ONU. O Brasil sempre defendeu um conselho mais representativo e que preste contas à totalidade dos membros das Nações Unidas. Nunca assumiu, porém, uma postura paralisante ou obstrucionista.

Ao contrário. Depois de estar 20 anos ausente do conselho como membro não-permanente, o Brasil voltou em 1988 e 1989 e em 1993 e 1994. Em janeiro, retornará, para o biênio 1998-1999, consolidando sua participação nos esforços pela manutenção da paz e da segurança internacionais.

Os desenvolvimentos em Nova York e, sobretudo, as diferenças nas posições do Brasil e da Argentina deram uma projeção nova à questão da reforma e eventual participação brasileira em um conselho ampliado.

Três fatos novos vieram dar impulso às reformas: 1) a eleição do novo Secretário-Geral, empenhado em uma reforma pragmática e realista das Nações Unidas; 2) a determinação do Presidente

da 51^a Assembléia-Geral, o malásio Ismail Razali, de fazer avançar a reforma do Conselho, a partir de um projeto de reforma pela ampliação do número de membros permanentes - dois desenvolvidos e três em desenvolvimento - e não-permanentes - algo em torno de cinco -, deixando em suspenso, por agora, a questão do voto; 3) o anúncio do governo norte-americano de que havia reconsiderado a sua posição tradicional para favorecer não só o crescimento da Alemanha e do Japão, mas também o de três países em desenvolvimento da América Latina, escolhidos por indicação nominal ou em bases rotativas.

O projeto Razali determina que primeiro se defina o novo formato do conselho, para só depois elegerem-se os países que ocuparão os assentos permanentes eventualmente criados - uma votação democrática da Assembléia-Geral. Tudo tem que ser aprovado por maioria de dois terços da Assembléia-Geral, sempre com o voto concorrente da Rússia, que podem, portanto, exercer o seu poder de voto nas duas etapas.

O projeto não atribui a regiões ou grupos a prerrogativa de propor ou “vetar” eventuais candidatos, evitando, assim, a necessidade de consensos nas regiões sobre a forma de preencher o seu eventual assento permanente.

A proposta está, portanto, de acordo com a lógica que deve nortear a reforma do Conselho, ao lhe dar uma dimensão universal e compatível com a idéia que o Brasil defende: uma reforma voltada a fortalecer o conselho e as Nações Unidas como um todo e não a contemplar interesses individuais.

Queremos um conselho mais representativo da macroestrutura internacional contemporânea e mais eficiente. Para isso, ele deve ser ampliado tanto na categoria de membros permanentes, de forma a contemplar também o mundo em desenvolvimento, quanto na de não-permanentes, de forma a possibilitar uma participação mais frequente dos países interessados.

Repudiamos toda a discriminação na atribuição ou no preenchimento desses assentos. Não

podemos aceitar a criação de uma terceira ou quarta categoria de membros, que enfraqueça ou desvalorize a participação do mundo em desenvolvimento no conselho ampliado.

Se prevalecer essa visão da reforma, o Brasil poderia ser chamado a exercer as responsabilidades de membro permanente. Seria natural que assim ocorresse. Seria prestigioso para o país. Seria o reconhecimento de progresso considerável na inserção e na ação externa do Brasil. E seria algo que reforçaria nossa interlocução com o mundo inteiro. O Brasil é visto como um importante ator nas articulações na ONU; como um país capaz de ser fator de equilíbrio e ponte entre países desenvolvidos e em desenvolvimento; país de diplomacia segura, tradição pacífica, ações refletidas e coerentes, que não cede a impulsos nem recorre a gestos histriônicos. Por isso, encontra-se entre os países mais procurados para consultas; sua liderança discreta e equilibrada bem recebida dentro e fora da nossa região.

Não nos furtaremos a exercer as responsabilidades inerentes à condição de membro permanente do Conselho de Segurança se formos chamados a isso.

Defenderemos os interesses do Brasil no conselho e lutaremos para que nossa região esteja ali plenamente representada. Não abriremos mão do que é natural, objetivo e universalmente reconhecido: que, se uma vaga permanente tiver de ser preenchida por um país latino-americano, o Brasil conta com credenciais que o habilitam legitimamente a apresentar-se ou a ser apresentado para essa função.

Mas não subordinaremos a nossa política externa a esse objetivo nem deixaremos que ele afete adversamente as prioridades da nossa ação internacional. A OMC, o Mercosul e as relações com parceiros de primeira magnitude, como a Argentina, são prioridades básicas, que se traduzem em dados macroeconômicos e em projeção internacional do país. Não desejamos que sejam afetadas, seja pela incidência conflitiva de outros temas, seja pelo desvio desproporcional da atenção que devemos dar a essas

prioridades.

Uma participação mais intensa do Brasil nas Nações Unidas teria também consequências práticas e financeiras.

Por isso, é necessário um debate amplo sobre as responsabilidades concretas que nos incumbiriam como membro permanente, já que, além do financeiro – que poderia chegar a US\$ 80 milhões anuais - essa condição implica não a obrigatoriedade, mas a disposição mais ativa em operações de paz e o imperativo de termos preparo e disponibilidade militar para fazê-lo de forma ágil.

Essa não e não pode tornar-se uma questão partidária ou de política interna, nem um objetivo ou um alvo de manifestações de natureza eleitoral. Estamos falando de um interesse permanente do Brasil. Nossa atitude e nossas decisões terão consequências duradouras. Não devem, portanto, ser fruto de um cálculo alheio à política externa.

Em suma, o Conselho de Segurança é um tema importante para a diplomacia brasileira. Mas a nossa abordagem do assunto se insere em uma concepção ampla da política externa e das relações internacionais, que não se subordina nem é condicionada por temas individuais. Por isso nossa preocupação em não fechar o leque das nossas opções, em não nos isolarmos nas nossas posições, em manter o espírito aberto.

Quanto à nossa reação à entrevista do presidente Menem procuro evitar que o assunto seja colocado em termos que enfraqueçam a relação entre os dois países ou o Mercosul.

Isso não significa que não possam haver diferenças de enfoque e de políticas da relação bilateral Brasil-Argentina ou do Mercosul. Essas diferenças são não apenas naturais, mas saudáveis, e refletem visões de mundo distintas que decorrem das posições que cada um dos países ocupa no mundo e das suas experiências históricas individuais. A reforma do conselho não é um tema central, estrutural, nas relações entre o Brasil e a Argentina ou para o Mercosul.

Nosso interesse principal na questão foi resguardado: não queremos que o assunto afete adversamente as relações com a Argentina nem a coesão do Mercosul. Não queremos que se instrumentalizem esse e outros temas para criar a cizânia entre parceiros especiais, nem para introduzir falsos elementos de barganha que jamais aceitaríamos.

"El mercosur: una muralla contra la crisis".

Artigo publicado pelo Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Luiz Felipe Lampreia, no jornal El País, do Uruguai. Montevideu, 15 de dezembro de 1997

Los Presidentes de los países miembros del Mercosur, de Chile y de Bolivia se reúnen una vez más, ahora en Montevideo, para su cumbre semestral. Es cierto que el Mercosur ha alcanzado ya un grado de madurez y de operacionalidad que lo ha convertido en un mecanismo con fuerza propia. Sin embargo, las cumbres presidenciales siempre han tenido un papel instrumental en la progresión del esfuerzo de integración regional y de avance gradual de la Unión Arancelaria.

Un hecho recurrente en la diplomacia contemporánea son las críticas que se vienen haciendo al uso y abuso de la diplomacia de Jefes de Estado y de Gobierno, de las cumbres y del protagonismo de los mandatarios en un área la política externa, que siempre trajo la marca de la discreción propia de los diplomáticos. Se dice, a veces con razón, que el uso excesivo de cumbres de mandatarios genera una proliferación de formas que no logran ocultar la falta de contenido.

Sin embargo, no es lo que ocurre en el Mercosur. La tradición de las cumbres del Mercosur es uno de los ejemplos más efectivos de la diplomacia de mandatarios.

Nuestro proyecto de integración regional ha exigido de nuestros más altos representantes una participación personal, un compromiso político que sólo la presencia y la participación efectiva de los

Presidentes es capaz de ofrecer. Posiblemente el uso correcto de la diplomacia presidencial ha sido el vector más poderoso en la acelaración del Mercosur.

Si ya tenía sobrados elementos de substancia en lo que se refiere a la administración de los progresos ordinarios del Mercosur, los que se traen a sanción presidencial regular en estas ocasiones, la cumbre de Montevideo ha ganado una proyección especial y una importancia singular para el Mercosur como conjunto y para nuestros países individualmente. Veamos por qué.

Cuatro órdenes de preocupaciones deben merecer la reflexión y la respuesta de los presidentes. Cuatro órdenes de preocupaciones que, como todo lo que se refiere al Mercosur, tienen un impacto directo sobre nuestras economías, nuestros agentes económicos, nuestros consumidores - sin contar la proyección misma de nuestro grupo.

La primera dice respecto a la forma de operacionalizar, de manera visible y determinada, el compromiso que hemos venido reiterando en relación con la profundización del Mercosur, extendiendo los acuerdos y proyectos que ya rigen el comercio de bienes a las áreas relacionadas, como el comercio de servicios, la propiedad intelectual, las compras gubernamentales, la protección al consumidor. El proyecto del Mercosur es llegar a ser un mercado común pleno, con las cuatro libertades de circulación - de bienes, de servicios, de capitales y de personas -, con normas propias, pero modernas y de acuerdo a los compromisos de la Organización Mundial de Comercio. Para que se logre ese propósito sin duda ambicioso, tenemos una larga secuencia de tareas a enfrentar.

Profundizar el Mercosur, consolidándolo, es la forma de concretar nuestra disposición de hacerlo permanente, de darle un perfil propio como interlocutor económico y político a nivel regional e internacional. Es la manera de responder al interés y al respeto que el Mercosur ha generado en nuestra región y en el mundo. Y es, sobre todo, seguir valorando y perfeccionando un instrumento de política

económica y de política externa que se ha mostrado fundamental para cada uno de nuestros países individualmente. No cabe duda de que somos más, hoy día, en el escenario internacional, gracias al Mercosur.

La segunda orden de preocupaciones se refiere a la expansión horizontal del Mercosur, un proceso que iniciamos con gran éxito con la asociación de Chile y Bolivia, pero que, hay que reconocerlo, enfrenta algunas dificultades puntuales en las negociaciones con otros países sudamericanos. Ese es un reto importante que enfrentaran los Presidentes; estamos delante de una disyuntiva que merece reflexión. Montevideo será una oportunidad sin paralelo para ese ejercicio. Nuestra idea es seguir conversando, individualmente con los países más interesados si es el caso, pero siempre dejando claro que no estamos buscando nuevos asociados a cualquier precio. El Mercosur tiene un patrimonio político y económico y a nosotros, países-miembros, nos cabe cuidar ese patrimonio.

La tercera orden de consideraciones dice respecto al de Libre Comercio de las Américas - ALCA. El Mercosur ha venido actuando como un bloque unido y decidido, con una personalidad propia que el mismo Presidente de los Estados Unidos, Bill Clinton, hizo hincapié en reconocer. El ALCA se encuentra también en un momento de indefiniciones y de retos; tenemos el compromiso de lanzar en Santiago de Chile, durante la II Cumbre de las Américas, negociaciones orientadas a crear un área de libre comercio en las Américas. Al mismo tiempo, la reacción de la Administración demócrata norteamericana a las resistencias al *fast track* en el Congreso estadounidense ha creado un hecho nuevo, lleno de implicaciones e interrogantes. Será igualmente oportuno que los Presidentes se dediquen a un análisis objetivo y realista de ese hecho, haciendo los ajustes necesarios en nuestra política común en relación con el ALCA.

Por fin, esta cumbre del Mercosur se realiza bajo el impacto de la crisis financiera internacional

provocada por los problemas asiáticos. El Mercosur tuvo que reaccionar prontamente para ayudar las dos economías más grandes que lo integran a hacer frente a las amenazas provenientes de Asia y de la bolsa de Nueva York. Más que un instrumento puntual de ajuste de macropolíticas, sin embargo, el Mercosur ha demostrado su fuerza como instrumento para enfrentar a la crisis por lo que es: un bloque con alto grado de integración y un importante volumen de comercio y transacciones internos. Frente a la amenaza de inestabilidad externa, de cierre de mercados y de reflujo de inversiones, el Mercosur se ha mostrado un marco fundamental de referencia para nuestros países. Si hubiéramos estado solos a la intemperie financeira internacional, o si como bloque hubiéramos demostrado falta de cohesión y de visión de futuro, estaríamos seguramente en este

momento frente a una crisis magnificada La Unión Arancelaria no se puede debilitar en este momento.

Montevideo recibe, pues, a los Presidentes del Mercosur y de los Estados asociados para una celebración y para la renovación de un compromiso. Una celebración de nuestro éxito al haber construido y consolidado un instrumento tan poderoso, en lo interno y lo externo, para impulsar el desarrollo de nuestros países y aumentar su poder relativo en el escenario regional e internacional. Y un compromiso con lo mucho que nos falta avanzar para hacer de nuestra Unión Arancelaria un bloque económico completo, que multiplique por muchas veces la atracción, el interés y el respeto que despierta en nuestros socios individuales o reunidos en sus grupos y bloques. El momento internacional es de reto, de inspiración y por ende de responsabilidad.

ENTREVISTA

As razões do Presidente - O sociólogo Fernando Henrique expõe a doutrina do governo Fernando Henrique. Revista Veja , 1º de julho de 1997

“Está faltando conceito.” Em conversas, tanto com os próximos como com os não tão próximos, o presidente Fernando Henrique Cardoso tem manifestado essa preocupação. Faltam “quadros gerais”, tem dito. Falta “ideologia”. Qual seja: falta, na concepção do presidente, uma compreensão abrangente do que o governo faz e planeja fazer. O porquê está fazendo isso e não aquilo. A origem do raciocínio que o levou a trilhar os caminhos que vem trilhando.

Se falta a compreensão abrangente é porque talvez esteja faltando ocasião para explanação abrangente. É por isto que VEJA convidou o presidente a fazer nesta entrevista. Não se trata de expor números. Não se trata de uma prestação de contas, e tampouco de anúncio de programas de governo. Muito menos se trata de fazer um giro em torno dos temas das manchetes.

Trata-se, antes, de expor uma visão de mundo. O presidente faz, aqui, sua análise do panorama mundial e do Brasil, à luz da qual procura explicar a ação de seu governo. O presidente acha que falta diálogo, igualmente. Expostas suas idéias, espera incitar o debate e ampliar o espaço de discussão.

“Não estou trabalhando às cegas”, tem dito. Ele acredita possuir um rumo. “Não estou vacilando, tentando aqui, depois ali.” O presidente quer passar a percepção de que tem um norte, e nesta entrevista, para fazê-lo, lança mão das melhores armas a seu alcance: a condição de intelectual e a profissão de

professor. É o sociólogo Fernando Henrique Cardoso que nela sobressai, para explicar o presidente Fernando Henrique Cardoso.

A passagem do 7 de Setembro, num ano em que o Brasil completa 175 anos de vida independente, era uma boa ocasião, julgou a VEJA, para dar a palavra ao presidente. A entrevista foi feita em duas rodadas, no Palácio da Alvorada, nos dias 27 e 29 de agosto.

E resultou, como convém a uma peça jornalística publicada no Dia da Pátria, também numa reflexão sobre o país, seu presente, seu passado e seu futuro.

Vivemos uma revolução sem saber

Veja: Imaginemos que estamos no dia 7 de setembro de 2007, daqui a dez anos. Que Brasil é este?

Fernando Henrique: É um outro país. E outro país por quê? Porque começou a se mover já há algum tempo. Quando era ministro do Exterior, e tudo estava ainda muito confuso, tanto quanto à questão da inflação, como à desordem no governo e no Estado, viajei bastante e já dizia lá fora: “Você está olhando o Brasil de maneira equivocada, do ângulo exclusivamente da inflação, e a sociedade mudou”. A grande novidade no Brasil não é o governo nem o Estado. É a sociedade, o país. Sendo assim, a força dinâmica que nos levará, daqui a dez anos, a ser outro Brasil, é o povo, é a população, a própria sociedade, pela maneira como se desenvolve. Além disso, está em curso um processo de reestruturação, no governo e na economia, que já começa a apontar para a irreversibilidade.

Veja: A sociedade mudou como? Para onde?

Fernando Henrique: Quando estávamos no regime autoritário, o que aconteceu? Havia um debate entre as oposições. Uns achavam que era preciso preparar as organizações políticas para quebrar o Estado. Outros, como eu, acreditavam que isso não funcionaria. O que estava acontecendo era uma mutação, que tinha como raiz a sociedade, e acabaria por alcançar o próprio autoritarismo. Naquela altura, a sociedade inventou agentes, por intermédio da mídia. Na nova sociedade, a mídia tem papel fundamental. A mídia inventou a SBPC, por exemplo, e a ação dos intelectuais. Eu próprio tive participação nisso. Surgiram o Lula, o sindicato, os empresários progressistas. Enfim, os agentes foram virtualmente criados. Isso não saiu da dinâmica da política tradicional, dos partidos. Também não saiu da visão do princípio, no caso o general Golbery, nem dos conselhos do Huntington, que o Golbery chamou quando planejava a descompressão. Tudo isso teve um papel, mas o que deu dinamismo ao processo foi outra coisa: a própria sociedade. Outro exemplo tivemos na campanha das diretas já, e outro ainda no impeachment do Collor. A sociedade, o povo, a parte da população que está organizada sabe como se mover. E a que não está começa a ter peso também.

Foi ela que se colocou na dianteira das grandes mudanças nas últimas décadas.

Veja: E hoje?

Fernando Henrique: Hoje é a mesma coisa. Como se muda uma sociedade? As pessoas têm uma visão, digamos, mecânica do processo. A mudança se daria sempre da mesma forma: a quebra de uma ordem para criar outra. Não é assim. Às vezes está ocorrendo uma mudança e nem se percebe. Os que estão vivendo o processo de transformação não têm consciência dele. Mais tarde vem um historiador, um cientista político ou um líder político e formula que mudou. Ex post pode-se dizer: houve uma revolução. Quando se está mudando, convivem o velho e o novo. E nem tudo que é velho é ruim ou o que é novo é bom. Ver as coisas desse jeito é um defeito

fundamentalista. Tudo se interpenetra. Há avanços e resistências tanto na parte nova quanto na velha. A mudança não se dá mais nos termos clássicos formulados no século XIX as teorias que ensinam que os grupos têm de se organizar, ter uma consciência da mudança, produzir os agentes da mudança, constituir uma classe social que faz a mudança...

Isso não existe mais. As sociedades contemporâneas são muito menos rígidas em sua estruturação. A mudança não ocorre porque um grupo poderoso resolveu mudar. As sociedades se movem de outra maneira, e acho que no Brasil já possuímos os ingredientes desse novo estilo, que se pode chamar como quiser moderno, por exemplo, embora essa palavra para mim não queira dizer nada.

Enfim, é outro padrão estrutural de sociedade.

A força da globalização

Veja: O senhor diz que o Brasil, daqui a dez anos, será outro. Mas será melhor?

Fernando Henrique: Essa é a questão. Será melhor? Melhor para quem? Como estamos vivendo um momento novo na história não da nossa história, mas da história universal, as transformações são tantas que trazem preocupações. Para mim esse novo país certamente terá maior capacidade de integração, ou seja, menos exclusão. Não compartilho do ponto de vista catastrofista nesse assunto. Será um país mais democrático, não no sentido da democracia que já conquistamos, mas de novos fatores de democracia mais canais de expressão da sociedade, uma sociedade mais permeabilizada, e também agências de decisão mais dispersas. Além disso, acredito que, por causa da força de nossa economia e de nossas potencialidades físicas e naturais, temos a possibilidade de, dentro de dez anos, ser um país capaz de se integrar sem se desintegrar. Minha visão do país, daqui a uma década, é então extremamente otimista: mais democracia, mais inclusão e maior capacidade de tirar proveito das condições naturais e das oportunidades.

Veja: Que nova fase da história é essa da

qual o senhor fala?

Fernando Henrique: A fase do famoso processo da globalização, por exemplo. A globalização não é um valor. Não é algo que se queira, que se deva querer, a que se tem amor. É uma força já instaurada no processo de expansão do sistema capitalista no mundo, que produz uma série de desastres por um lado e uma série de modificações positivas por outro. Para compreender esse processo, convém compará-lo com outros grandes momentos da história. Hoje, vivemos uma transformação equivalente à de 500 anos atrás, quando se deu a formação do capitalismo comercial, a expansão do capitalismo no mundo, a descoberta do Novo Mundo, o Renascimento. Esta é uma época equivalente, em que as mudanças ocorrem sobre uma base de enorme transformação tecnológica.

Veja: Aquilo foi globalização?

Fernando Henrique: Claro. Hoje há semelhanças, mas estamos noutro patamar. Temos a conquista do espaço planetário, e até extraplanetário. E temos, realmente, o sistema produtivo que se integrou e, o que é mais complicado, os capitais que se liberaram e estão flutuando pelo mundo. Este último ponto é extremamente negativo do ponto de vista da ordem de cada sociedade. Fiz um discurso na Cepal, logo depois que tomei posse, em que sugeria que ela se concentrasse em estudar os efeitos do sistema financeiro mundial nas diversas sociedades, pois não temos instituições de controle. E, todas as vezes em que se reuniu o grupo G-7, mandei carta a cada um dos presidentes, chamando a atenção para esse problema. Algumas medidas tímidas foram tomadas.

E tímidas por quê? Porque ninguém sabe o que fazer. Você tem, ao mesmo tempo, uma integração do sistema produtivo e um avanço no sistema de telecomunicações. Então grandes unidades de produção podem funcionar em nível mundial uma parte produzida num país, outra noutro e trocas fechadas entre eles. Isso é um processo. Outro é o dos capitais, não os capitais que movem o

sistema produtivo, mas esses que flutuam. Sobre o sistema produtivo se tem controle. Pode-se interferir no processo decisório. Já com relação a essa massa brutal de recursos que flutuam, não há país, não há governo, não há Banco Central, nem o BIS, em Zurique nada é capaz de controlá-la. Há um setor do novo sistema, e um setor que se move com velocidade imensa, que não é controlado. Não sei se é controlável.

Veja: Essa nuvem de recursos que flutuam não seria reflexo da crise mundial dos sistemas de previdência? Não se está procurando uma poupança que não se ampara mais nas bases tradicionais?

Fernando Henrique: Sim, procura-se o futuro. Garantir o futuro. Vou fazer um pouco de história barata. Tem-se hoje ao mesmo tempo um Renascimento e um sentimento romântico do século XIX, um sentimento de malaise. O Renascimento deu confiança ao homem. Depois, no século XVIII, o Século das Luzes, esse sentimento se reforçou. Aí, no século XIX, o romantismo trouxe o malaise, o mal-estar, à Byron. Nós, aqui, vivemos a fusão dessas duas coisas. Temos um lado renascentista, ou iluminista, dos que acreditam na razão, e outro dos que estão angustiados. As pessoas talvez não saibam identificar precisamente o problema, mas sentem que há uma grande insegurança no mundo. E há.

Veja: Produto da globalização?

Fernando Henrique: Sim, a globalização traz essa insegurança. Mas há uma novidade. Essa insegurança não é só dos países em desenvolvimento, é dos desenvolvidos também. A agenda dos países começa a se assemelhar, por esse ângulo, embora a situação objetiva não seja a mesma. Uns são prósperos, outros estão ficando mais prósperos e outros continuam na pobreza.

Alguns estão até excluídos, vastas porções da humanidade excluídos mesmo da globalização e, portanto, têm outro tipo de angústia. Mas há uma angústia que é comum a diferentes tipos de país. A temática francesa, a alemã, a inglesa ou a espanhola são parecidas com a nossa.

Veja: A diferença é que eles não têm os miseráveis que temos.

Fernando Henrique: Essa é a diferença. O grau de prosperidade é maior, mas o grau de incerteza é o mesmo. Porque a incerteza não vem da falta de prosperidade, e sim da forma nova da prosperidade. Mas, apesar das semelhanças, não acho que estejamos destinados a repetir a Europa. Nunca acreditei que se possa repetir a experiência de outros países. Nunca se repete a história. A teoria da dependência... ela tem sido criticada de maneira tão primitiva que não respondo. Mecanizaram tudo. Nela, o que eu defendia era o seguinte: você tem fatores universais, mas cuidado, seus efeitos em diferentes sociedades dependem da maneira como internamente nos organizamos para reagir. Agora é a mesma coisa. Você tem fatores universais, que são a globalização, a falta de controle dos capitais, a angústia decorrente, lá como aqui, dos problemas de previdência, mas você tem a possibilidade de se organizar de outra maneira. Não acho certo, então, imaginar que daqui a dez anos passaremos pelo que passa hoje a Europa.

Medo e desemprego

Veja: O senhor se refere ao desemprego e à estagnação na Europa?

Fernando Henrique: Sim. Vou dar algumas razões que nos tornam diferentes. Primeiro, lá havia um Estado de bem-estar social mesmo. E as pessoas tinham uma ligação positiva com esse Estado que as amarrou, talvez. Segundo, não se tem mais espaço de investimento dinâmico no mundo europeu. Disso resulta que qualquer inovação tecnológica, lá, leva ao desemprego. Agora, a situação não é essa nos Estados Unidos, na China, no Japão e não é assim no Brasil também. Aqui as pessoas assimilam angústias que não são nossas. Para começar, há uma certa angústia que é dos prósperos. Aqui não há tanta prosperidade, há pobreza. Portanto, aqui temos de continuar a pensar no Estado como fator importante para resolver a questão da igualdade. Por isso, irrita-

me tanto falar em neoliberalismo. Aqui não há nem liberalismo quanto mais "neo". O que há aqui é um sistema patrimonialista, com privatização do Estado. Temos de reconstruir o Estado, que é o que estou tentando fazer, para que possa enfrentar os problemas da maioria a doença, a pobreza, a falta de educação. Por isso, aqui, vamos ter sempre uma ação do Estado. Se se deixar o mercado solto, pobre país! Penso, nesse assunto, o oposto do que dizem que penso. O que penso é que, se deixar o mercado solto, pobre país. Não que ele não vá crescer, mas crescerá com exclusão. Se, ao contrário, deixarmos o Estado tal como ele se apresenta, sem as reformas, pobre país também. Porque esse Estado não vai responder, nem na área econômica nem na social, de maneira adequada. Além dessa diferença com relação aos europeus, temos outra: a estrutura de nossa sociedade é mais americana do que européia. A estrutura das classes.

Veja: Inclusive na desigualdade...

Fernando Henrique: Na desigualdade, na escravidão, no espaço físico, na mobilidade geográfica das pessoas, na mobilidade profissional. Não se tem por que imaginar que a reorganização do Brasil repetirá o curso da Europa, onde o desemprego cresceu muito.

Veja: O senhor não acha que um grande amortecedor do desemprego, no Brasil, nos Estados Unidos e em países semelhantes, é a desigualdade? A desigualdade permite pagar menos, explorar mais, dar menos garantias o que, perversamente, são formas de absorção.

Fernando Henrique: Pode ser até que seja. Mas acho que a perversidade maior, no Brasil, é outra. Como é que o Brasil ajustou o mercado de trabalho? De maneira farisaica. Porque os que estão integrados têm uma legislação trabalhista, que, se por um lado assegura algumas vantagens, por outro traz dificuldades e obstrui a mobilidade, o que aconteceu? Esse mercado ficou paralisado, e cresceu o mercado informal. Informal não quer dizer pior, do ponto de vista econômico. Os dados mostram que onde a

renda mais cresceu foi no setor informal. Mas o setor informal não paga imposto, o que traz uma consequência fiscal. O que permite não aumentar o desemprego, no Brasil, é uma informalização maior, e isso não é bom. Não que as pessoas vivam pior no setor informal.

Não é bom porque vai gerar problemas de previdência e de financiamento do bem-estar. Resolve só momentaneamente.

Veja: Como criar formas de ocupação que contrabalancem o crescimento do setor informal?

Fernando Henrique: Temos saídas. Temos, por exemplo, um setor agrícola imenso. Nesse sentido, o MST tem razão. Não o MST, a política de assentamento, de pequena economia familiar. Por isso dou toda a atenção a programas como o Pronaf, criado pelo governo para financiar o pequeno produtor. Durante um bom tempo nos dez anos que você propôs será necessária muita ênfase nessas iniciativas. É preciso atentar para as múltiplas formas de ocupação baseadas na pequena propriedade familiar. E aí precisa-se de governo novamente, sem governo ficamos sem nada. Precisa-se do governo aliado aos elementos que constituem a sociedade nova organizações não-governamentais e outros agentes de pressão da sociedade. Será necessário criar múltiplas formas de atividade, e formas de financiamento delas, porque um país do tamanho do Brasil, com sua população, não conseguirá empregar toda a mão-de-obra no setor que se internacionaliza. E devemos tomar cuidado para não termos dois Brasis, o que se internacionaliza e o que fica à margem, o que prospera e o que fica parado. A modificação que ocorre no mundo não é uniformizadora, somente. Os países não vão ficar iguais. Há fatores de diferenciação, e aqui entra de novo uma expressão que pode parecer antiga o interesse nacional. A globalização não revogou o interesse nacional. Sou favorável a uma política industrial capaz de permitir que setores enraizados no Brasil possam produzir e competir nessa nova ordem...

Veja: Política industrial costuma significar protecionismo ou subsídio. É isso?

Fernando Henrique: Não. A política industrial a que me refiro significa criar condições tecnológicas de competitividade e oferecer financiamento adequado, com juros baixos, sem subsídio. Realmente, quando se falava em política industrial se pensava em subsídio e fechar o mercado. O subsídio acaba acarretando uma baixa capacidade de desenvolvimento tecnológico. No meu governo não será assim. Não haverá nem subsídio nem fechamento do mercado, mas apoio financeiro e tecnológico. O que está acontecendo com a indústria têxtil, que todo mundo previa que se desnacionalizaria? Foi para o Nordeste e teve apoio do governo.

Nisso tudo entra a ação do governo, do Estado. Essa coisa de neoliberal é conversa fiada.

Exclusão e miséria

Veja: O senhor disse que o país, daqui a dez anos, terá menos exclusão. Por quê?

Fernando Henrique: A exclusão está diminuindo no Brasil, ao contrário do que se possa imaginar. O barulho sobre a exclusão é que está aumentando o que é bom sinal. Quando se tem uma sociedade muito dividida, fundada num sistema de apartheid, essa questão não aparece para essa sociedade. Fica bloqueada. Impedida de vir à tona. Aparece para quem observa de fora, mas não para quem está dentro porque não se politiza a questão. Quando ela se politiza, aparece. Hoje a questão da exclusão está politizada. É sinal de que já começa a haver um processo de inclusão. Há dados que comprovam isso. A estabilização trazida com o Real fez com que de 8 a 13 milhões de pessoas saíssem da linha de pobreza. Algumas estatísticas falam em oito milhões, outras em treze. Os setores em que mais houve aumento de renda se situam na base da sociedade o setor informal e o da construção civil.

Estou dando exemplos econômicos, e economia não é tudo quando se fala em exclusão.

Tome-se a educação. Um levantamento concluiu que temos dois milhões e meio de crianças fora das escolas. É muito, mas esperávamos quatro milhões, ou quatro e meio. Agora, estamos nos preparando para lançar algum programa com o objetivo de colocar todos na escola. Será um desafio para o Brasil: não ter criança em idade escolar fora da escola. Quando aumenta a freqüência na escola, isso é um índice claro de inclusão.

Veja: Trocando o novo conceito de exclusão para o velho tema da miséria, a miséria aumenta ou diminui no Brasil?

Fernando Henrique: Diminui.

Veja: A percepção, para quem anda nas grandes cidades, é de que aumenta.

Fernando Henrique: É a mesma coisa que a exclusão: quando a sociedade exclui mesmo, nem se vê. Só vê quando começa a incluir, e então você fica irritado. A trajetória da miséria no Brasil, é trágico dizer isso, é conhecida. Ela estava no campo quando eu nasci. Este era um país eminentemente rural, com 70% ou 80% da população no campo. Isso se inverteu, no período de meio século. Quando a miséria estava no campo, quem estava na cidade não a via, e então se cantam loas ao passado: "Ah, não havia assalto!", "Ah, a escola pública funcionava!" É verdade. A pobreza ainda não tinha entrado nas cidades. Entrou com as grandes migrações, durante e após a II Guerra Mundial. No campo não havia escola nem hospital. E por que as pessoas migravam? Não era por trabalho, não, mas porque a cidade parecia melhor: tinha escola e hospital. Há muitas pesquisas mostrando isso.

Veja: Isso ainda é verdade? Será melhor, ainda, viver na periferia de São Paulo do que no interior do Ceará?

Fernando Henrique: Não. Agora começa a haver o contrário. O progresso se espalhou, já há oportunidades melhores de vida nas pequenas cidades. E o campo não é como antes. O campo era desolado, não tinha luz. Aqui pertinho de Brasília era tudo muito precário. Meu avô paterno era de Goiás.

As histórias que me contavam de Goiás eram inacreditáveis, e hoje Goiânia é a cidade com maior número de automóveis por habitante no Brasil. É uma mudança palpável. Não que eu tenha uma visão cor-de-rosa. Os problemas são muito graves, os problemas urbanos são tremendos, mas são outros droga, violência. Também não estou dizendo que não há miséria, seria louco se dissesse isso. Mas, proporcionalmente, há menos. O que ocorre é que a miséria hoje é mais visível, mais chocante e menos aceitável.

Veja: Menos aceitável por quê?

Fernando Henrique: Porque no passado você não tinha como acabar com a miséria e hoje tem. No passado, você se conformava. Hoje, o conformismo é crime. É imoral. Com o nível de renda per capita que temos no Brasil, que é de quase 5.000 dólares, se já não for 5.000, não há razão para tanta miséria. Quero deixar bem claro o que penso. Desse ângulo, é pior o que acontece hoje. Somos mais culpados. Nós, a sociedade. Não encorajo, não acho "politicamente correto", como se diz hoje, ficar brandindo a bandeira da miséria. Porque isso é uma maneira de não resolver. Dá a impressão de que o problema é tão grande que não tem solução. Não é verdade. Acho a demagogia sobre a miséria tão grave quanto a indiferença. Se se quer resolver um problema, é preciso circunscrevê-lo. Onde está a miséria? No Nordeste? Na periferia das grandes cidades? O que podemos fazer?

Senão, não se faz nada. Você faz um discurso e vai dormir feliz, porque disse que é contra a miséria. Isso é farisaísmo.

Veja: Será? No século passado, o pensamento predominante no Brasil era de que a mistura produzia uma raça degenerada.

Fernando Henrique: Claro. No século passado queriam branquear, trouxeram imigrante para branquear. Quando se tinha a escravidão, tinha-se segregação, mas deu-se um fenômeno de, digamos, morenização, mulatização cultural do Brasil

o Darcy Ribeiro vivia falando nisso, antes o Gilberto Freyre já falara, embora de maneira um pouco romântica, negando a violência nas relações entre brancos e negros. Não estou negando a violência. Uma pesquisa indica que a maior probabilidade de uma pessoa estar em má situação, no Brasil, ocorre se ela for negra, mulher, tiver filhos, não tiver marido e morar no interior do Nordeste.

Portanto, há alguma mistificação nesse nosso gostar da diferença, no plano existencial. Mas no plano cultural gostamos. Nós nos vangloriamos de ser o país do carnaval, das religiões africanas...

Veja: Nos Estados Unidos houve uma ascensão social importante dos negros, conduzida por políticas governamentais. A experiência não é aplicável no Brasil?

Fernando Henrique: A ascensão nos Estados Unidos foi mais forte que aqui pois foi uma ascensão deliberada e conduzida pelas diversas instâncias do governo e da Justiça. Aqui as pessoas têm horror de pensar num Estado que dê privilégios a determinados grupos. Se se fala em cota para o negro, cota para a mulher, a reação contrária é grande. Espera-se que haja uma evolução natural, e isso vem mais devagar. No Brasil, hoje, temos de valorizar a diversidade. Tenho feito isso. Todas as vezes que tenho a oportunidade de falar no assunto, falo. Reforçamos a figura de Zumbi como herói nacional, constituímos uma comissão de negros dentro do Ministério da Justiça, o Ministério da Educação adotou a política de limpar, nos livros de texto, o preconceito contra o negro, o índio, a mulher. Devemos reconhecer que a experiência dos americanos foi vitoriosa. Se não podemos usar aqui os mesmos métodos, adotando, digamos, políticas efetivas de integração, temos de cultivar uma consciência maior da necessidade de integração. Mostrar que somos um país mestiço, mesmo, e que isso é bom.

A busca da felicidade

Veja: Nesse duplo sentimento que o senhor

identifica com relação à nova ordem mundial, esse sentimento de mal-estar convivendo com o otimismo iluminista, curiosamente, ou sintomaticamente, o otimismo cabe, em geral, às classes mais bem-postas da sociedade...

Fernando Henrique: Não...

Veja: Os maiores entusiastas da globalização são os empresários...

Fernando Henrique: Os bancos estão perdendo...

Veja: O mal-estar é mais acentuado na classe média, nos assalariados...

Fernando Henrique: Nas pesquisas sobre a visão do futuro, sua vida vai ser melhor ou pior que a de seu filho? O otimismo aumenta embaixo e em cima, e onde há mais dúvidas é no meio. Com base nisso, sim, podemos concluir que a angústia é maior na classe média. E com razão, porque na mudança ela tem sofrido uma perda de status relativo. Isso não é bom. É bom para o país que os pobres progridam, mas não é bom para quem sofre a perda de seu status relativo. Além disso, a classe média tem mais luzes, lê mais, se informa mais e teme mais que venha a acontecer aqui o que acontece em outras partes.

Veja: De qualquer forma, se é verdade que os mais entusiasmados são os que estão por cima, inclusive as nações que estão por cima, a pergunta é: a globalização não é uma nova forma de dominação?

Fernando Henrique: Tudo é uma nova forma de dominação. Não tenho dúvidas quanto a isso. O problema é como conviver com ela, o que contrapor a ela. E a resposta é: a democracia. Ampliar a democracia, esse é o desafio que se impõe diante das novas formas da economia. A grande questão que está aí é construir uma democracia mais radical. Se se perguntar o que é ser progressista hoje, a resposta é: ser progressista é estar em busca da radicalização da democracia. Que pessoas pensaram o progressismo hoje? Hobsbawm pensou alguma coisa. Bobbio também. Anthony Giddens pensou alguma coisa. Em que linha eles pensaram, quaisquer

que sejam suas origens ideológicas? Na linha da ampliação da democracia. Li outro dia um texto interessantíssimo, no jornal italiano *Il Sole-24 Ore*: o resumo de um discurso do líder do ex-Partido Comunista Italiano Massimo D'Alema. É um discurso em que ele retoma Gramsci. Num famoso artigo, “Americanismo e fordismo”, Gramsci faz uma crítica da esquerda, dizendo: a matriz do pensamento da esquerda, toda esquerda, mesmo a social-democracia, é marxista-leninista-estatizante. Ele injeta então ao que hoje seria chamado de liberalismo os valores de liberdade, dinamismo, responsabilidade individual. E diz: “Não é possível, tem gente aqui na Itália que se aposenta aos 25 anos”; “Com esse corporativismo não é possível avançar”. Gramsci! Então, seja qual for a origem dos que estão pensando o progressismo hoje, são gramscianos. Eles radicalizam a democracia. Como é que se pode ser mais radicalmente democrata? O que significa isso? Dar mais acesso às decisões. Tornar o Estado mais permeável. Há outros elementos que fazem parte desse novo progressismo.

Tem-se de incorporar a dimensão global, e isso implica cuidar do meio ambiente. Por qualquer lado que se olhe, deve-se perguntar: como é que se terá bem-estar? É preciso colocar a questão da felicidade. Como as pessoas podem ser mais felizes? Não podem ser felizes com poluição, com destruição da natureza. Não podem ser felizes com a destruição do futuro do filho, e aí entra o desenvolvimento: é preciso procurar formas de crescimento. Como é que se dá mais acesso à informação? Como você aumenta a competição? Essas são as questões. Respondendo à sua pergunta, é verdade que é uma nova forma de dominação. Portanto, cabe uma crítica radical da globalização. Seria uma coisa patética imaginar: “Ah, está globalizando, que bom!” Minha perspectiva não é essa. Está globalizando, isso modifica a vida numa porção de aspectos e o resultado pode vir para o bem ou para o mal. É preciso fazer uma crítica da globalização, mas essa crítica não deve partir da defesa do antigo: “Vamos

fechar a economia”, “Vamos construir um Estado burocrático”. Aqui no Brasil nem se colocam as questões novas. Isso é patético. Roberto Freire tem dito coisas interessantes. Gostei de uma entrevista recente dele. Não por acaso, como o D'Alema, trate-se de um ex-comunista gramsciano.

A doutrina do atraso

Veja: Quem faz crítica inteligente ao governo?

Fernando Henrique: Roberto Campos também faz, mas pelo outro lado. Não concordo. Ele é liberal. Quer realmente que o Estado diminua. Que regulamente menos. Outro dia ele fez uma crítica a mim. Disse que não sou um “convertido”. Tem razão. Não sou mesmo convertido a essa visão de um Estado que não regulamenta. O que estamos fazendo na prática? Criando agências de regulamentação. Privatizando e criando agências de regulamentação. Criando um novo Estado. E quando falo da regulamentação estou pensando também na radicalização da democracia. Controlar vai no sentido de radicalizar a democracia. Controlar por meio de órgãos nos quais a sociedade tenha voz, não por meio da minha vontade autoritária embora, curiosamente, vivam querendo que eu seja ditador...

Veja: Ditador?

Fernando Henrique: Sim. Quando vêm pessoas aqui e dizem: “Por que não faz?”, “Faz, tem de fazer”. Isso está na subcultura nacional.

Veja: Não estão pedindo, necessariamente, que se faça pelo método ditatorial.

Fernando Henrique: Querem que eu entre em esferas que não são próprias do Executivo. Queimaram o índio pataxó, uma coisa horrorosa. Por que não pressiona o juiz? A Encol quebrou. Por que o governo não resolve a questão dos mutuários? Você pode! Faz uma medida provisória, dizem. A vontade imperial deve prevalecer. Inconscientemente querem um ditador.

Veja: Alguém mais faz crítica inteligente ao governo?

Fernando Henrique: A visão do Roberto Freire é interessante, não porque ele esteja de acordo comigo, mas porque vê que há algo novo no Brasil, e reconhece que estamos fazendo algo novo. Não adianta dizer: “É PFL, é PPB”; “O governo rendeu-se ao PFL, esta proposta é do PPB”. Isso são ilusões. Não há propostas carimbadas. Uma vez, assisti à tese de docência de Paula Beiguelman, professora da USP, autora de um livro sobre os estilos de pensamento no período do Império. Joaquim Nabuco representaria o pensamento progressista, enquanto Bernardo Pereira de Vasconcelos encarnaria o conservador. Então Sérgio Buarque de Holanda, que era um sábio, disse: “Doutora Paula, a senhora já leu Burke?” Burke é o grande teórico conservador na Inglaterra. “A senhora acha que o que aquela gente fazia, ou pensava, tinha algo a ver com Burke? Porque o pensamento conservador é uma coisa séria. Pode-se discordar, mas tem fundamentos.” Aqui, concluía Sérgio Buarque, eles não eram conservadores “eram atrasados”. Em larga medida, nosso problema é o atraso. O problema não é ser de esquerda, direita, liberal, social-democrata ou conservador. É ser atrasado. Tem de haver um aggiornamento. Muita gente percebeu isso e faz críticas nessa direção. Na imprensa inclusive. E às vezes fustigam também o nosso atraso, o do governo as dúvidas do governo, os compromissos que o governo às vezes assume. Posso até me irritar num dado momento, mas filosoficamente estou de acordo.

Acho que contribui para o avanço. Creio que uma ação política, digamos, crítica, hoje, não pode dar as costas para o sentido do que estamos fazendo. Tem-se de examinar o que há de novo, e perguntar: “Dá para inovar mais?” Essa é a pergunta certa. O certo é apontar: “Ah, isso não é inovação. É atraso”. Isso só se faz dialogando.

Veja: E não há diálogo?

Fernando Henrique: A atitude mental da oposição, quer seja de esquerda, direita ou centro, que não entende que o fundamento da radicalidade da democracia à la Habermas, se você quiser é

colocar as questões na arena pública e argumentar, ir às raízes, tentar convencer... quem não entende isso não entende como se faz uma política moderna de esquerda, não gosto da palavra “moderna”, mas, enfim, uma política que faça avançar. E há mais: o pensamento progressista tem de ser otimista. Há um livro admirável do Albert Hirschman sobre a retórica reacionária, no qual ele diz que quem é pessimista é o conservador: “Plus ça change plus c'est la même chose”, “perder os anéis para não perder os dedos”... É uma retórica contra a mudança. Essa é a essência do pensamento conservador. Nossa crítica de esquerda é conservadora. Ela acha que nada muda. Ou quer que nada mude. Por quê? Porque, como não é democrática na essência, e não reconhece que tem de haver o espaço público, que é o espaço da argumentação, conclui que só ela é capaz de mudar. Porque ela é fundamentalista. Quem não estiver do meu lado está contra mim. É uma visão fundamentalista, pessimista no cotidiano e otimista escatologicamente, lá na frente quando ela for dominadora. Isso não é democrático.

Veja: E os críticos inteligentes não há ninguém mais?

Fernando Henrique: Há muita gente. Outro dia li o livro de Augusto de Franco, presidente da Ação da Cidadania, do Betinho.

Ele foi do PT. O livro é interessante, O Novo Partido. Ele faz considerações, com as quais eu concordo, quanto ao sentido da radicalidade da democratização. Mas há um problema que não está resolvido, ninguém sabe como resolver: embora a sociedade mude por mecanismos que ela própria cria, embora a radicalidade democrática necessite de mais interlocutores, de arenas públicas, de argumentação, de incorporação de temas novos, como o do meio ambiente, embora tudo isso, a discussão sobre a divisão do poder passe necessariamente pelos partidos. Então, não se pode deixar de enfrentar a seguinte questão: qual partido?

Que tipo de partido é capaz de ser congruente com uma sociedade radicalmente democrática? Um

partido que não tenha pretensão hegemônica nem a petulância de imaginar que só ele é capaz de salvar? Que entenda a necessidade de discussão sobre alianças?

Quem é contra as alianças é essencialmente antidemocrata, e aqui estamos em Gramsci, de novo. Sempre fui favorável às alianças. Não acredito em partido que se propõe a refundar, sozinho, o Estado, a sociedade e a felicidade geral.

Qual partido?

Veja: Mas se esses partidos, tipo PT, se despem de seu lado fundamentalista, eles não acabam?

Fernando Henrique: Acabam, concordo. Mas o PT não nasceu assim. Foi ficando assim por incapacidade de absorver os ares do tempo. Não imagino que se possa ter democracia, numa sociedade complexa como a nossa, sem partidos. Não se pode governar somente no âmbito dos partidos, mas também não se pode governar sem os partidos. Mas que partido? Esse é um tema não resolvido como esse partido funcionaria, do ponto de vista de suas propostas, de sua organização, de tudo.

Veja: O senhor está propondo, ou impondo, um dilema cruel ao PT e partidos assemelhados. Ou continuam como estão, e jamais realizarão algo de prático, ou se despem de seu caráter fundamentalista, e acabam.

Fernando Henrique: Se acabar, faz outro. Por que deixaram chegar a esse ponto? Não acho que historicamente tenha muita importância o fim de um partido, desde que haja outro. Alguns se adaptam. Veja-se o que aconteceu na Europa. Os partidos mudaram. O que aconteceu no Partido Trabalhista inglês? Mudou sem fazer barulho.

Veja: Ele não se desfigurou? É difícil captar o que é o Partido Trabalhista, hoje.

Fernando Henrique: É difícil captar o que é a esquerda. Mas é assim. O Giddens, que eu já citei aqui hoje ele é diretor da London School of

Economics, professor em Cambridge, tem um livro interessante: *Beyond Left and Right* (Além de Esquerda e Direita). Não adianta pensar no Partido Trabalhista do tempo do Attlee. No Brasil é que pensamos assim. Os partidos socialistas europeus pensam em termos de radicalidade da democracia, em como manter a prosperidade. Na França isso ainda não está claro, mas os espanhóis do PSOE conseguiram se adaptar, e os socialistas portugueses também. Na Itália, o antigo Partido Comunista está no governo, em aliança com Prodi, um professor universitário. É uma pessoa que pensa o mundo. Eu lhe perguntei o que iria fazer com Maastricht. Porque Maastricht é uma dor de cabeça na Europa. Maastricht significa botar ordem e, quando se vai botar ordem, sempre alguém vai perder, ou muitos. Prodi respondeu: “Não há alternativa. Aqui, se não houver Maastricht, não pombos a economia em ordem”. Você vê que a liderança política italiana está colocando os temas novos. No Brasil temos de fazer força para colocar os temas novos. Para avançar nessa direção, para nos libertar desse atraso, seria necessário um diálogo mais desinibido.

Acho patético que o chefe da oposição nunca tenha conversado comigo. É patético. Não é ter conversado comigo privadamente, é discutir os temas sem ser no plano da retórica. “Estão dando a Vale do Rio Doce”, ficam dizendo. “Estão vendendo a soberania do Brasil.” Não sabem o que dizem. Não sabem em que condições se deu a privatização da Vale, por quê. “O Proer é para salvar banqueiro.” Não é possível que haja gente que, em certos momentos, não sente comigo não para concordar, mas para perguntar por que se fez isso ou aquilo, para criticar melhor. Se o país não percebe que as oposições são capazes de tomar as rédeas, não vai lhes dar o poder. Temos de ter uma utopia realista, para usar uma expressão de que eu gosto, por ser paradoxal, e que o Giddens também usa. Temos de ter um pé no chão e um olhar no futuro. Entender que existe a globalização, mas também a exclusão. E não se imagine que vou resolver tudo pela minha

vontade. Falar em “vontade política” é outro engano. É de novo apelar para o ditador. “Se tiver vontade política faz.” Ora, estamos de novo diante de uma visão autoritária voluntarista.

Veja: Se o PT estivesse no governo, ele realizaria o que propõe?

Fernando Henrique: Não. Governar propondo o quê? O isolamento da economia do Brasil do resto do mundo? A ação crescente do Estado? A manutenção de privilégios? Aconteceu no Brasil que o setor que se quer progressista acabou defensor do atraso. Houve uma espécie de mitificação do Estado. O Estado, pelo menos na teoria de esquerda que acreditava na luta de classes, era a expressão das forças dominantes. No nosso caso, além disso, era a expressão do autoritarismo, e não só do autoritarismo militar.

Nosso Estado foi formado dentro de uma visão autoritária e, portanto, incorporou certos grupos e não outros. Sempre digo que não temos um Estado do bem-estar social, e sim do mal-estar social. Defendê-lo é defender o mal-estar social um Estado que não permite a generalização da educação ou do atendimento à saúde, que dá aposentadoria privilegiada a uns e miserável a outros.

Pateticamente, os setores que se querem progressistas unem-se aos setores mais atrasados do Congresso para bloquear qualquer mudança. E ainda acusam o governo de estar ligado aos setores atrasados! Na verdade os sinais estão trocados. Se examinarmos as votações no Congresso, verificamos que a esquerda a “esquerda” entre aspas, aquilo que se chama de esquerda no Brasil votou contra, por exemplo, o fundo de valorização do professor. Por quê? Qual a lógica disso? É a lógica da pequena política.

Querem destruir a mim e atingem o interesse do país.

Veja: Mas a oposição não tem de se opor? Seu papel não é ser contra?

Fernando Henrique: Não contra o país.

Veja: Dizer, pode-se dizer o que quiser.

Fernando Henrique: Não quero personalizar, mas veja: há práticas que não são consistentes com uma visão progressista. Quais são essas práticas? A confusão do público com o privado. O maior problema do nosso conservantismo é que ele é de origem patrimonialista, e confunde o público com o privado. Não posso dar, como presidente, exemplos concretos, mas aqui há desde pessoas que considero inimputáveis porque nem sabem o que estão fazendo, não percebem a separação entre o público e o privado, pessoas tipo “coronelão” até as mais sofisticadas, que usam mecanismos avançados de corrupção. O que permeia o nosso conservantismo é a fisiologia. Aquilo que Sérgio Buarque de Holanda chamou de atraso, no Brasil, é a fisiologia. No sentido perverso, não no sentido normal de você distribuir cargos ao séquito dos que te apóiam isso é Weber, mas no sentido perverso de utilizar os cargos para fins de clientela, ou pessoais, ou familiares. Existem duas questões que não mencionei, que considero fundamentais numa perspectiva de radicalização democrática, portanto de nova esquerda. A violência e a corrupção. Não são temas clássicos do pensamento de esquerda. Pelo contrário, eram considerados moralismo pequeno-burguês. Hoje a violência faz parte da agenda da insegurança do mundo contemporâneo. Não há violência porque se é pobre, a violência é muito mais ampla. O tema da droga, junto com o da violência, é um tema da insegurança contemporânea que não foi politizado, e tem de ser. Politizado não no mau sentido politizado no sentido de ir para a agenda pública.

Direita e Esquerda

Veja: Que significa ser de direita ou de esquerda? Isso faz sentido?

Fernando Henrique: Faz sentido se elegermos como eixo a luta do progressismo contra o atraso conservador, entendendo-se por progressismo a defesa da radicalização da democracia, da universalização do acesso aos bens sociais e econômicos etc. O que está em discussão?

O que coloca a esquerda em questão? O que a coloca em questão é que, no passado, ela tinha como elemento-chave a mudança do controle do sistema produtivo. Na medida em que a esquerda vitoriosa, o socialismo real, na União Soviética e depois na China, estatizou os meios de produção, a esquerda passou a ter essa cara estatal. Então, a esquerda ficou muito impregnada da noção de que o eixo é isso a burocracia estatal iluminada. Progressivamente, essa noção substituiu a da classe que, na visão marxista, faria a libertação da humanidade. Esta visão global incluía a igualdade, mas como consequência de uma forma de apropriação. Hoje, não há quem proponha um modelo de organização da produção, sob controle estatal, consistente.

A crise da esquerda é isso. E contagia também a social-democracia, também o PSDB. Pergunta-se, hoje: vale a pena desapropriar?

Só quem mantém essa idéia como um valor é o setor agrarista, porque ainda vê na desconstituição da propriedade a chave do bem-estar. E faz sentido, porque estão lidando com um problema do século XIX. Para o restante das questões, é preciso encontrar novas soluções. São as reformas em que estou empenhado. Outro dia, uma pessoa me falou de um cartaz que dizia assim:

“Reforma, só agrária”. O cartaz estava assinado pela CUT. Veja só: uma esquerda que é contra reformar. Que não tem o pensamento da transformação. Então, não é esquerda. Esquerda sou eu.

Veja: Eles são o quê, então?

Fernando Henrique: Eles, os que se autoproclamam esquerda, “esquerda” entre aspas, estão amarrados ao Estado e não querem que esse Estado seja reformado. Assim fazendo, condenam o Estado à morte, porque a sociedade não vai parar. Não dá para estancar as forças do progresso dentro da sociedade. O que vai parar é o Estado. O que acontece em várias unidades da federação, hoje? Gastam tudo o que arrecadam com pessoal e previdência, e o pouco que sobra com juros. E a

“esquerda” não quer aprovar as reformas que dariam a esses governos estaduais os meios para se recuperar. Esta “esquerda” não pensa. Está mordendo a própria cauda. Não deixa o Estado se libertar. E diz que é contra o neoliberalismo. Na verdade, ela está garantindo as condições para a existência futura do neoliberalismo, porque o Estado vai quebrar e o que vai sobrar é o mercado. Na prática, então, são neoliberais. É patético! É um paradoxo! Esquerda sou eu, que me alinho a um pensamento de mudança e de reforma. Eles são neoliberais. Eu sou um combatente contra o neoliberalismo prático.

Houve uma renovação das funções presidenciais. Ou melhor, dos chefes de Estado e governo em geral, o que inclui reis e primeiros-ministros, mundo afora. Esta é uma imposição da sociedade de massas e dos meios de comunicação do mundo de hoje. Para começar, o que acontece com os partidos? Não é que eles não representam a sociedade, mas a representam fragmentariamente. Não têm mais uma proposta globalizante. Eles conseguem agregar interesses, e eu acho que isso é legítimo, mas não é suficiente. Precisariam também agregar valores, e raramente o fazem. Aqui voltamos ao problema da crise da esquerda.

Eu quero ideologia. Ao contrário do Fukuyama, estou ansioso por ideologia, isto é: por valores. Na medida em que os valores antigos ficaram peremptos, na esquerda, e não foram substituídos por novos, a cena se empobreceu. Ficamos sem cimento ideológico. Sem ideologia, sem valores atualizados, os partidos não são capazes de formular propostas que valham para toda a sociedade. Então, o que acontece? Sobressai a função presidencial. O presidente tem, mais do que seria o razoável, de cumprir a função simbólica de agregação, de apresentar e representar valores para a sociedade. Por que fui eleito presidente? Porque eu, ou melhor, a minha candidatura, o que representava a minha candidatura, reunia uma série de valores que constituíam uma alternativa.

Não foi por outra razão. Para bem exercer essa função, essa função agregadora, você tem de ter... como vou dizer?... capacidade de convencimento, de persuassão.

Veja: Para convencer quem? Do quê?

Fernando Henrique: Para convencer a sociedade de que se está seguindo um rumo. Por que estou lhe dando esta entrevista?

Porque acho que faz parte de minhas funções. Não que eu queira convencer eleitor. Não é assim que funciona. Mas preciso explicar às pessoas que tenho um rumo. Isso não é um poder de controle, é simbólico, mas é importante e é um poder. O poder mais concreto, o poder de impor, não será tão grande, se não vier acoplado ao poder de persuadir. Então, o poder do presidente é de geometria variável. Se se põe na cadeira alguém incapaz de persuadir, seu poder será muito menor.

Veja: O senhor está falando de um poder pedagógico, virtual, quase. E o poder real, tradicional, de mandar, demitir, nomear?

Fernando Henrique: Tenho horror a isso.

Isso é passado, é um poder sem persuasão, sem hegemonia cultural, como dizia Gramsci. É o poder dos conservadores. O poder dos conservadores é a clientela, a nomeação. Num país como o nosso não é mais possível um presidente baseado neste poder. Ele é pequeno, muito pequeno. Eu tenho poder, mas precisamos qualificar esse poder. O poder tradicional, digamos, do presidente, é pequeno, com relação ao que já foi, e tende a diminuir. É limitado pelo Congresso, os tribunais, a opinião pública, a burocracia. Não posso dizer: "Quero que aconteça tal coisa", e essa coisa acontece.

Quase ninguém diz não ao presidente da República, mas há uma resistência passiva. A silenciosa resistência burocrática, ou então os óbices jurídicos, o bloqueio dos caminhos técnicos... Mas o presidente tem uma posição privilegiada no sistema político. Ou melhor: no sistema político-sócio-cultural. Tem amplo acesso, pelos meios de comunicação de massa, à sociedade. Existe então esse outro lado do

poder um lado que é virtual mas que, nem por isso, deixa de ser de enorme importância.

Veja: Quem exerce bem o poder presidencial, no mundo?

Fernando Henrique: Eu presto muita atenção nisso, li bastante sobre o Clinton, o Mitterrand. O Clinton é muito bom no desempenho dessas funções que eu descrevi. O Mitterrand igualmente, mas em forma de "majestade e silêncio", mesmo modelo de De Gaulle. Aqui às vezes as pessoas querem me迫使 a fazer a mesma coisa. Não dá, as culturas são diferentes. Vá eu me meter a ser majestoso e silencioso. Eu perco. Já me criticaram porque toda hora estou fazendo discurso, ou dando entrevista.

Quem pode ser silenciosa e majestosa numa situação como a brasileira é a direita, porque o poder dela não depende da palavra, mas da caneta. Outra pessoa que acho admirável é o Felipe González. Que é que ele fez? Foi o tempo todo um agregador de valores: falou, tomou posição, rompeu...

Incompreensão e nhenhenhém

Veja: Apesar de seu notório bom humor, nota-se que o senhor tem permeado seu discurso, ultimamente nesta entrevista inclusive, pela queixa da incompreensão...

Fernando Henrique: É verdade.

Veja: A Presidência o deixou amargurado?

Fernando Henrique: Amargurado não. Irritado talvez. Porque eu digo: não é possível que não vejam, não é possível. Não é possível que não percebam que sem essas reformas estão matando o Estado. Diminuindo a possibilidade de universalização do acesso aos bens. Isto é uma conversa de surdos. Não quero generalizar. Meu diálogo com o Congresso, por exemplo, é intenso e permanente. Mas... Será que não vêm o que está acontecendo no mundo? Não vêm pelo menos o que eu estou querendo fazer?

Veja: O senhor não estaria reivindicando a unanimidade?

Fernando Henrique: Não. Todo mundo gostaria que todos o compreendessem, mas não é isso. Eu queria que os inteligentes compreendessem. Há tanta gente inteligente que se tolda... Não dá para entender. Vejo alguns ex-colegas de universidade escreverem coisas tão sem sentido, e com tanta pompa, com tanto academicismo, que não tenho mais paciência para ler. Quando reclamo de incompreensão, não é geral. Não posso reclamar do país. Não posso reclamar do povo. Estamos fazendo um estrito controle do gasto, não dei nenhum aumento até hoje, e não obstante tenho apoio. Mesmo o Congresso ele aprova as iniciativas do governo, bem ou mal. Onde situo minha reclamação de incompreensão é naqueles que tinham de compreender. No setor mais acadêmico, da vanguarda da política. É para esses que digo: não é possível! Também entendo que seja assim, porque as pessoas se aferram a uma visão do mundo, o mundo muda e elas ficam com a visão antiga. Não era Marx que dizia que a consciência sempre vem depois? O que eu reclamo é que está demorando um pouquinho demais para chegar.

Veja: Nós começamos com uma referência ao 7 de Setembro, vamos terminar com outra, agora olhando para o passado. Considerados estes 175 anos de independência, o desempenho do Brasil foi satisfatório?

Fernando Henrique: Em termos objetivos, sim. Talvez só o Japão tenha se transformado e crescido tanto quanto o Brasil nesse período. Um inglês, Angus Maddison, fez um estudo mostrando isso. Em termos de integração social certamente não,

de inclusão, de igualdade, certamente não. A famosa dívida social continua aí. Nesse ponto, de novo, a esquerda volta a ter função e força. Num país com o grau de desigualdade do Brasil, uma esquerda é necessária, desde que seja moderna, que faça avançar. Porque a solidariedade, o valor da solidariedade, é indispensável. É interessante como a palavra “comunidade” passou a ser usada amplamente, hoje, mesmo para situações em que a rigor, na literatura sociológica, não caberia. Passou a se valorizar, no mundo contemporâneo, isso de passar juntos pela mesma experiência. A diferença não é tanto objetiva, não é tanto se um sujeito é rico e o outro é pobre, mas se passaram juntos pela mesma experiência, têm algo em comum, estão em comunidade, e isso dá liame, junta. Quando se fala em comunidade, freqüentemente, é isso: compartilhar a mesma experiência, estar junto. Esse estar junto é o cimento indispensável do mundo contemporâneo. E isso é um valor de esquerda. O conservador não quer estar junto. O conservador resolve sozinho. Não dialoga, não participa da mesma experiência. Há muita coisa nova para ser reivindicada como valor de progresso. Cabe muita coisa, inclusive um novo humanismo. O mundo da globalização é ao mesmo tempo essa confusão do dinheiro internacional, da homogeneização da produção, da fragmentação e um mundo que coloca de novo a humanidade como sujeito, porque traz à tona questões que afetam a todos. Há tanta coisa boa, nova, desafiadora, que me entristece ver como as pessoas se aferram a esse... como é que eu chamei?... esse nhenhenhém, não foi isso o que eu disse?

ÍNDICE REMISSIVO

A

África do Sul 71, 92

Alemanha 22, 25, 34, 49, 92, 98

Argentina

9, 23, 29, 30, 31, 32, 36, 37, 49,
50, 57, 58, 59, 88, 95, 96

Assembléia-Geral da ONU 24, 35

B

Bill Clinton 100

Bolívia 7, 8, 9, 10, 23, 50, 51, 88, 97

Buenos Aires 96

C

Câmara dos Deputados 29, 40

Canning House 83

Carlos Menem 57, 59, 97

Comissão de Relações Exteriores 29

Comissão-Geral Brasil-França 66

Cingapura 92

Conferência das Partes 69, 92

Conselho de Cidadãos 11, 12

Conselho de Segurança

14, 21, 23, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35,
36, 37, 40, 43, 46, 47, 48, 67,
78, 97, 98, 99

Convenção-Quadro sobre Mudança do Clima

69, 92

CPLP 13, 15, 16, 17, 18, 87

D

Diplomacia

15, 19, 20, 21, 22, 23, 26, 27, 29,

31, 33, 36, 40, 62, 65, 95, 98, 99

Doutor Honoris Causa 85

E

Encontro Empresarial 49

EUA 22, 30, 33, 34

F

França 65, 66, 67, 112

G

Gasoduto 7, 8, 9

Globalização

18, 21, 24, 56, 76, 78, 95, 104, 105,
106, 107, 109, 110, 113, 116

Guiné-Bissau 13, 14, 17

H

Hong Kong 11, 12, 25

I

Instituto Rio Branco 19

L

Líbano 25, 39, 40

**London School of Economics and Political
Science** 75, 79

Londres 73, 81, 83, 88

Lord Mayor 81

M**Mercosul**

17, 20, 22, 23, 27, 29, 30, 32, 36, 37, 44, 49, 50, 51, 52, 57, 58, 59, 61, 66, 67, 74, 83, 87, 88, 96, 97, 98, 99

Minas Anti-Pessoal 45, 87, 91**Minas terrestres** 45, 71, 72**Mudança do Clima** 69, 92**N****Nova York** 23, 30, 33, 37, 88, 92, 97**O****OTAN** 29, 30, 96**Otan** 95**Ottawa** 45, 71, 72, 91**Q****Quioto** 69, 70, 88, 92**P****Processo de Ottawa** 45, 71**R****Rainha Elizabeth II** 74**Reunião ministerial** 14**Rio de Janeiro** 55, 58**Rússia** 61, 62, 63, 65, 98**S****Salvador** 14, 15, 16, 18, 87**T****Terrorismo** 24, 45, 62**TNP** 25, 32, 45, 95, 96**U****Universidade de Cambridge** 85**Uruguai** 49, 50, 59, 88, 97, 99

RESENHA DE POLÍTICA EXTERIOR DO BRASIL

Número 81, 2º semestre de 1997

Ano 24

Capa / projeto gráfico

Editoração eletrônica

Formato

Mancha

Tipologia

Papel

Número de páginas

Tiragem

Impressão/ Acabamento

Hilton Ferreira da Silva

Hilton Ferreira da Silva / Daniel Bastos de Oliveira

Bomfim

20 x 26 cm

15,5 x 21,5 cm

Times New Roman 12 x 18 (textos);

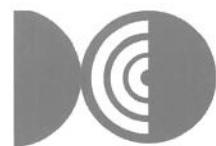
Times New Roman 26 x 31,2 (títulos e subtítulos)

Supremo 250 g/m², plastificação fosca (capa),
e 75 g/m² (miolo)

120

500 exemplares

Dupligráfica Editora Ltda



Departamento de Comunicações e Documentação

